



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Wagner Roberto Locks Reis

“ChanacomChana também é bacana”: lésbicas e comunicação militante na
abertura política brasileira (1981-1987)

Florianópolis
2024

Wagner Roberto Locks Reis

“ChanacomChana também é bacana”: lésbicas e comunicação militante na
abertura política brasileira (1981-1987)

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.(a) Janine Gomes da Silva, Dr.(a)

Florianópolis

2024

Reis, Wagner Roberto Locks
"ChanacomChana também é bacana" : lésbicas e
comunicação militante na abertura política brasileira
(1981-1987) / Wagner Roberto Locks Reis ; orientadora,
Janine Gomes da Silva, 2024.
122 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. História. 2. Boletim ChanacomChana. 3. Imprensa
alternativa. 4. Imprensa Lésbica. 5. Ditadura Militar. I.
Silva, Janine Gomes da . II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III.
Título.

Wagner Roberto Locks Reis

“ChanacomChana também é bacana”: lésbicas e comunicação militante na abertura política brasileira (1981-1987)

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 26 de março de 2024, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Camila Diane Silva
Professora da Secretaria do Estado de Santa Catarina

Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Janine Gomes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de em História.

Insira neste espaço a
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a
assinatura digital

Prof.(a) Janine Gomes da Silva, Dr.(a)
Orientador(a)

Florianópolis, 2024.

Dedico este trabalho a minha falecida avó,
Hirma Klkamp Locks.

AGRADECIMENTOS

A quem está aqui faz tempo e a quem acabou de chegar. É tão bom me ver mudando e mudado junto com vocês. Obrigado por terem gostado de mim e me darem confiança para me expor. Não tenho medo de ser ridículo; não tenho medo de gritar; não tenho medo de cair; não tenho medo de morrer; muito menos de viver; porque me sinto amado.

A minha mãe, Iria Locks, por me ensinar que não tem amor melhor do que o que transborde. A minha avó, que deixou amor transbordado para tanta gente. E para o resto da minha família de sangue: os que me apoiaram ou não. A todo um outro tanto de família que fiz pela vida: aos amigos que encontrei em minha jornada acadêmica e em tantas outras. Todos me trouxeram até aqui de alguma forma.

A Lou Andreas-Salomé, pelo insight sobre a potência coletiva do narcisismo.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, por acolher um vizinho de centro e me dar a oportunidade de crescer tanto. Em especial, aos docentes e discentes da linha de Histórias Entrecruzadas de Subjetividades, Gênero e Poder, a qual tive o prazer de compor.

A minha orientadora, Janine Gomes da Silva, por todos os ensinamentos. Pela paciência e empatia. Principalmente, por me incentivar a prosseguir em momentos em que eu sozinho não o teria feito.

As professoras Camila Diane Silva e Cristina Scheibe Wolff, que generosamente aceitaram construir minha banca e me apresentaram tantas ponderações que permitiram o crescimento esta pesquisa.

Às minhas companheiras de pesquisa, que me acolheram e me auxiliaram nessa selva que é a academia: a Ana Carolina Machado, Jaíne Chianca da Silva, Janai Harin Lopes, Leonardo Martinelli e Sarah Pinho da Silva pelas trocas dentro e fora de sala de aula. Um agradecimento especial a minhas amigas acadêmicas Fanny Spina França, Alina Nunes e Felipe Fonseca por trocas e desabafos que perpassam o meio acadêmico, mas não se findam nele.

Também às instituições de incentivo que resistem na medida do possível e impossível: à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e também ao CAPS – Centro de Atenção Psicossocial. Nessa jornada percebi que elas têm muito mais em comum do que parece. Que toda loucura se canalize em conhecimento e vice-versa. E que possamos desfrutar de ambos sem culpa.

Eu determino que termine aqui e agora,
Eu determino que termine em mim,
mas não acabe comigo
Determino que termine em nós e desate
E que amanhã, que amanhã possa ser diferente pra elas
Que tenham outros problemas
E encontrem novas soluções
E que eu possa viver nelas,
através delas e em suas memórias.
(Linn da Quebrada, 2019)

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar as práticas de comunicação militante adotadas pelo periódico ChanacomChana e suas produtoras durante seu período de circulação (1981-1987). Considerado um marco da primeira onda da imprensa lésbica brasileira, o ChanacomChana foi um veículo de informação e sociabilidade editado por militantes do Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF) no Estado de São Paulo, onde atuavam. Suas 13 edições, publicadas sem periodicidade fixa, contam com editorias voltadas ao entretenimento, arte, informes, trocas de contatos, articulação e debates políticos entre mulheres lésbicas. A pesquisa é baseada na análise de características técnicas e editoriais do periódico, na catalogação de seus conteúdos e na articulação de referencial teórico a respeito da história do boletim e sua relação com o contexto ideológico de instauração da ditadura brasileira. Busca-se, assim, contribuir para a expansão e aprofundamento das concepções de resistência às violências políticas perpetradas pelo regime militar.

Palavras-chave: Boletim ChanacomChana; Imprensa Alternativa; Imprensa Lésbica; Movimento Homossexual; Ditadura Militar.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the activist communication practices adopted by the periodical ChanacomChana and its producers during its circulation period (1981-1987). Considered a milestone of the first wave of Brazilian lesbian press, ChanacomChana was an information and sociability vehicle edited by activists of the Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF) in the state of São Paulo, where they operated. Its 13 editions, published without fixed periodicity, feature sections focused on entertainment, art, information, contact exchanges, articulation, and political debates among lesbian women. The research is based on the analysis of technical and editorial characteristics of the periodical, the cataloging of its contents, and the articulation of theoretical references regarding the history of the bulletin and its relationship with the ideological context of the establishment of the Brazilian dictatorship. Thus, it seeks to contribute to the expansion and deepening of conceptions of resistance to political violence perpetrated by the military regime.

Keywords: ChanacomChana bulletin; Alternative Press; Lesbian Press; Homosexual Movement; Military Dictatorship.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Quadrinho sobre violência policial no ChanacomChana	32
Figura 2 – Mulheres na linha de frente da passeada contra a repressão policial em São Paulo.....	36
Figura 3- Quadro com a repetição da palavra “lésbica” em múltiplos idiomas, publicado na Edição 9 do ChanacomChana.....	40
Figura 4 – Capa da edição nº4 d’O Snob	41
Figura 5 - Coluna do Meio, do Jornalista Celso Curi, da edição do Jornal Última Hora de 10 de fevereiro de 1967.....	42
Figura 6 - Logotipo do Somos	45
Figura 7 - Intervenção de homossexuais no 1º de maio de 1980.....	45
Figura 8 - Capa da edição piloto do ChanacomChana.....	48
Figura 9 - Página 2 da edição piloto do ChanacomChana, com texto em contorno a fotos de Angela Ro Ro	55
Figura 10 - Páginas do ChanacomChana com colunagem única, dupla e tripla, respectivamente	56
Figura 11 – Símbolos e referências ao feminino e ao lesbianismo em múltiplas edições do ChanacomChana	58
Figura 12 - Capas das edições 5, 6 e 7 do ChanacomChana	59
Figura 13 - Capas das edições 3, 4 e 11 do ChanacomChana	60
Figura 14 - Anúncio de filiação ao GALF.....	61
Figura 15 - Seção de anúncios do ChanacomChana.....	62
Figura 16 - Anúncio de compra do ChanacomChana por correios.....	63
Figura 17 - Informe no ChanacomChana sobre o surgimento da publicação Amazonas	66
Figura 18 – Documento “Mulheres Violentadas”	77
Figura 19 - Propaganda “transe numa boa”, publicada na edição nº 9 do ChanacomChana	83
Figura 20 - Fachada do Ferro’s Bar	87
Figura 21 - Rosely Roth discursando no Ferro’s Bar.....	88
Figura 22 – Panfleto “A Democracia Depende de Nós” distribuído no Ferro’s após o Levante do dia 19.....	90
Figura 23 - Rosely Roth (acima) e Maria Amélia (abaixo) no programa da Hebe	93

Figura 24 - Cartaz do III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe	96
Figura 25 - Miriam Martinho no IV Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe	97
Figura 26 - Encontro de mulheres latino-americanas na 8ª Conferência do ILIS	98
Figura 27 - Intervenção do ILIS em Genebra, 1986	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
CESH	Centro de Estudos de Sexualidade Humana
CIM	Central da Informação da Mulher
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
EBHO	Encontro Brasileiro de Homossexuais
EGHO	Encontro de Grupos Homossexuais Organizados
GALF	Grupo Ação Lésbica Feminista
GGB	Grupo Gay da Bahia
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
ILGA	Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexos
ILIS	Serviço de Informação Lésbica Internacional
LF	Lésbico-Feminista
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queers, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binários, +
MHB	Movimento Homossexual Brasileiro
MHOL	Movimento Homossexual de Libertación
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NMS	Novos Movimentos Sociais
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPGH	Programa de Pós-Graduação em História
RJ	Rio de Janeiro
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso nas Ciências
SNI	Serviço Nacional de Informação
SP	São Paulo
SOS	Código universal de socorro
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	PERIGOSAS E SUBVERSIVAS: POLÍTICA SEXUAL, IMPRENSA E HOMOSSEXUALIDADE NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA	28
2.1	CONFLITOS E INTERVENÇÕES DISCURSIVAS POSSÍVEIS A RESPEITO DA HOMOSSEXUALIDADE NA MÍDIA.....	37
2.2	ALTERNATIVOS E REVOLUCIONÁRIOS: IMPRENSA E ARTICULAÇÃO DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL BRASILEIRO	43
3	EXERCÍCIO DE LIBERDADE: O CHANACOMCHANA E A CONSOLIDAÇÃO DA IMPRENSA LÉSBICA NO BRASIL	50
3.1	FAÇA VOCÊ MESMA: ASPECTOS TÉCNICOS DO CHANACOMCHANA	54
3.2	“UM VEÍCULO DE SONHO”: ASPECTOS EDITORIAIS DO CHANACOMCHANA.....	64
4	“NÃO ME ENVOLVAM, EU ME ENVOLVO”: A ATUAÇÃO DO GALF NA ABERTURA POLÍTICA BRASILEIRA	72
4.1	FEMINISMOS E LESBIANIDADES: CONFLITOS E POTENCIALIDADES	73
4.2	“REFLUXO E DESMOBILIZAÇÃO”: REARTICULAÇÃO DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL.....	82
4.3	LUTAS POR PROTAGONISMO E REPRESENTAÇÃO: O LEVANTE DO FERRO’S BAR E O GALF NA HEBE	86
4.4	PARA ALÉM DO BRASIL: A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS LUTAS DO GALF	95
4.5	HORIZONTE DE MUDANÇA: HOMOSSEXUALIDADE NA CONSTITUINTE E A REDEMOCRATIZAÇÃO.....	100
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
	REFERÊNCIAS	108
	APÊNDICE A – LAMBE “XANA COM XANA TAMBÉM É BACANA”, NO BLUES VELVET BAR	118
	APÊNDICE B – VALORES DE VENDA E ASSINATURA DO CHANACOMCHANA	119
	APÊNDICE C – COLABORADORAS DO CHANACOMCHANA, POR EDIÇÃO	120

APÊNDICE D – EVENTOS COM PARTICIPAÇÃO DO GALF VEICULADOS NO CHANACOMCHANA	121
--	------------

1 INTRODUÇÃO

No marco dos 60 anos da consolidação do golpe militar no Brasil, vive-se um momento de relativa esperança para quem acredita na prosperidade da estrutura democrática. A nível federal, acompanhamos a retomada de um projeto de governo interessado, se não em solucionar, ao menos em atentar-se às demandas políticas de grupos e sujeitos desconsiderados pela última administração. É nítida a diferença de alinhamento político entre uma gestão que, em 2021, foi à justiça obter aval para comemorar o aniversário do golpe político e militar de 1964 e outra que, na iminência das seis décadas dos eventos que instauraram a ditadura militar brasileira, propõe uma agenda de formações e mobilizações¹ para garantir que o dia que durou 21 anos jamais volte a se repetir.

Pontuar uma certa esperança na melhoria das condições democráticas está longe, no entanto, de tomá-las ingenuamente como asseguradas. A vulnerabilidade das garantias fundamentais ficou evidente quando o projeto político neofascista executado pelo governo de Jair Bolsonaro entre 2018 e 2022, desmontou — por meio de medidas administrativas como o “revogaço” e a extinção e incorporação de dez Ministérios —, políticas públicas e subsídios já existentes para grupos considerados pela então administração como “minorias”, que deveriam, segundo o governante, “se curvar” a uma suposta maioria.²

No campo das políticas de gênero e sexualidade, observamos não só o desmonte de políticas públicas, mas a construção de uma nova pauta de prioridades para mulheres e a população LGBTQIAPN+ baseada em uma “moralidade religiosa, na centralidade da família tradicional nuclear e heteronormativa, no resgate de valores tradicionais e de gênero e no embate direto com as pautas e movimentos” (IPEA, 2020, p. 2). Sob a premissa de uma caça à “ideologia de gênero”, e em meio a uma pandemia de proporções mundiais que provocou mais de 700 mil mortes apenas no Brasil, mulheres, especialmente negras, pobres e periféricas, foram as mais afetadas

¹ No momento da escrita deste trabalho, o planejamento da agenda citada ainda existia. Durante revisão final para envio ao acervo da UFSC, a programação foi cancelada. Opto por manter a colocação pois, ainda que ainda exista uma nítida mudança de postura entre os dois projetos políticos citados, o veto do governo às manifestações institucionais sobre o golpe de 1964 reitera o constante jogo de interesses na disputa sobre a memória da ditadura militar citado ao longo dessa pesquisa. Disponível em: <https://bit.ly/4bUWu2B>. Acesso em: 15 mai. 2024.

² Entrevista de Jair Bolsonaro disponível na íntegra em: <https://bit.ly/4bZAK6p>. Acesso em: 15 mai. 2024.

não apenas pelo desamparo institucional, mas também pelo agravamento de casos de violência doméstica e outros abusos físicos e psicológicos.³ A situação com a população LBGTQIAPN+ não foi muito diferente. A retirada da pauta desses grupos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos dificultou ainda mais as possibilidades de diálogo e permitiu um desmonte sistêmico de políticas públicas conquistadas ao longo dos 46 anos de história do movimento LBGTQIAPN+ no Brasil num momento de agravamento da vulnerabilidade financeira e psicológica desses sujeitos, resultado da pandemia de COVID-19.⁴

Aponto essa sucessão de eventos ocorrida durante a gestão presidencial passada porque, para além da evocação constante de Jair Bolsonaro ao regime ditatorial de 1964, período analisado nesta pesquisa, foi em meio a esse contexto que ingressei no Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. Tive duas semanas de aulas presenciais antes da educação como um todo adentrar em ensino remoto e assim permanecer por dois anos, enfrentando não apenas as limitações dessa nova modalidade de ensino e pesquisa imposta pelo contexto global, como também o iminente adoecimento psicológico de estudantes e profissionais da educação provocado pela reclusão e pelo projeto de desvalorização do ensino e da pesquisa levado a cabo pelos múltiplos ministros da Educação do Governo Bolsonaro.

Também não construo essa análise com a ingenuidade de compreender o contexto brasileiro antes da ofensiva da direita nas eleições federais de 2018 como um espaço puramente favorável à luta por direitos. Minha jornada acadêmica enquanto graduando foi permeada pelo clima político pós jornadas de junho e julho de 2013, pela reeleição de Dilma Rousseff e pelo golpe misógino que provocou sua saída da presidência em 2016. As consequências a longo prazo de um projeto político de conciliação de classes supostamente necessário para a governança de um país com a extensão do Brasil permitiram, ao menos em partes, a ascensão de um pensamento neofascista que extrapola a esfera da institucionalidade e trava uma disputa constante a respeito das narrativas de memória sobre o período militar brasileiro. Os ataques terroristas às Sedes dos Três Poderes, em janeiro 2023 em

³ Para informações mais detalhadas sobre o impacto da pandemia de COVID-19 na vida das mulheres brasileiras, recomendo o capítulo nove do Relatório de Políticas Sociais do IPEA, disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11537/17/BPS_29.pdf. Acesso em: 15 mai. 2024.

⁴ Destaco os resultados da pesquisa realizada pelo coletivo #VoteLGBT em 2021 sobre as consequências da pandemia de COVID-19 para a população LBGTQIAPN+. Disponível em: <https://bit.ly/49CFqNM>. Acesso em: 15 mai. 2024.

Brasília⁵, por exemplo, dialogam diretamente com a agenda política das manifestações da direita brasileira em setembro de 2021, que levou multidões às ruas com o coro de um discurso que questionava a legitimidade do processo de eleitoral e das decisões do Supremo Tribunal Federal, referenciando amplamente a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, conjunto de manifestações ocorridas em 1964 que legitimaram a concretização do golpe militar no Brasil e serão analisadas com mais detalhes ao longo deste trabalho.

A atenção a esse jogo de disputas em torno da memória, em especial no que tange às questões relativas à política sexual, permite não só uma ampliação das noções de resistência, mas também a constatação do caráter interseccional do autoritarismo no período ditatorial. Muito além de uma política de controle do espaço público, a repressão invadia a esfera do particular, operando diretamente sobre corpos e emoções e deixando marcas para além do visível. Atentar-se a estas nuances nos possibilita encarar todo um novo campo de conhecimento onde múltiplos fatores permeiam a maneira como indivíduos experienciaram e resistiram à ditadura não só no Brasil, como em todo o Cone Sul. Perpetua-se, assim, a necessidade de constante construção e manutenção da memória política individual e coletiva.

No Brasil, o trabalho de memória realizado pelas Comissões da Verdade a partir de 2011 foi essencial para o estímulo a novas perspectivas interdisciplinares sobre o regime militar. Em 2014, em meio às recordações dos 50 anos do golpe militar, foi simbólico que mais de 200 militantes tenham ocupado o auditório do Memorial da Resistência, em São Paulo — antigo prédio do Departamento de Ordem Política e Social — para a audiência “Homossexualidades e a ditadura no Brasil” (QUINALHA, 2017, p. 15). Diversas outras iniciativas desenvolvidas dentro e fora das universidades brasileiras também integram o campo da disputa da memória sobre a ditadura militar brasileira. Na História, especificamente, as abordagens sobre as políticas da emoção e afetos por meio de métodos como a história oral têm possibilitado uma nova compreensão sobre como os processos políticos operam na performatividade do individual e do coletivo. Categorias de análise como gênero, raça e sexualidade, emergem como elementos significantes indispensáveis para a percepção de como

⁵ Refiro-me à invasão dos prédios do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal e do Palácio do Planalto em 8 de janeiro de 2023, ocasião em que suas estruturas foram depredadas e saqueadas. O ato questionava a legitimidade das eleições federais ocorridas no ano anterior e resultou na denúncia junto ao MPF de mais de 1400 pessoas por tentativa de golpe. Disponível em: <https://bit.ly/3IAAnY0n>. Acesso em: 15 mai. 2024.

sujeitos diversos experienciaram e resistiram às violências do regime militar. Destaco aqui produções de pesquisadoras do próprio Laboratório de Estudos de Gênero em História (LEGH) da UFSC, como o livro “Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul”, organizado por Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff, e projeto “Mulheres de Luta”, de 2019 — um trabalho colaborativo de dezenas de pesquisadoras que resultou tanto num livro quanto num produto audiovisual a respeito da memória plural envolvendo múltiplas experiências de mulheridades no contexto ditatorial. Ao relatar as viagens que envolveram a coleta de informações para a construção do livro sobre resistências no Cone Sul, suas organizadoras observam como múltiplas iniciativas se entrecruzam e provocam uma ampliação epistemológica que humaniza os agentes históricos e evidencia as complexidades e potencialidades de suas formas de atuação em diferentes cenários. Gênero, na análise das pesquisadoras, apresenta-se como um modo de significação das relações de poder e foi com base em sua associação com outros elementos fundantes de diferenciação que indivíduos experienciaram e resistiram às violências do regime militar.

(...) estamos escrevendo uma história da luta armada e das diversas formas de resistência às ditaduras no Cone Sul, bem como da apropriação das ideias feministas neste período, levando em conta diferenças, vantagens e desvantagens de uma pessoa ser reconhecida como homem ou como mulher nesta situação (PEDRO, WOLFF, 2011, p. 22).

Buscando contribuir com o escopo amplo de produções sobre a memória do período ditatorial brasileiro, em especial no que tange ao campo dos estudos de gênero e sexualidade, o presente projeto analisa o boletim lésbico ChanacomChana⁶, publicado na cidade de São Paulo entre 1981 e 1987, e sua relação com o Grupo de Afirmção Lésbica Feminista (GALF). A análise se dá por meio da catalogação e técnica e documental das 13 edições da publicação (uma em formato tabloide e 12 em formato de boletim) com atenção especial aos conteúdos que se referem às coberturas de mobilizações que tiveram participação do GALF. O recorte temporal dá ênfase ao intervalo de veiculação do periódico (1981-1987), mantendo os devidos deslocamentos analíticos necessários para contextualização do conteúdo junto a outros desdobramentos do período ditatorial. Por meio do entrecruzamento dos dados

⁶ Ao longo das edições, o periódico apresenta escolhas de grafia diferenciadas, por vezes todo em caixa alta ou baixa, junto ou separado. Para fins dessa pesquisa, utilizo a grafia ChanacomChana, com nome todo junto e com delimitação da palavra “chana” com primeira letra em caixa alta, porque é a escolha predominante nas pesquisas mais recentes, além de ser como as próprias mulheres que o produziam passaram a referenciá-lo nos anos posteriores a sua circulação.

coletados com outras fontes escritas, orais e imagéticas, observando elementos da prática de comunicação comunitária e militante, bem como os métodos de produção e financiamento de um veículo de imprensa alternativa no período ditatorial, busca-se situar o periódico no escopo mais amplo das produções de Imprensa Lésbica e Homossexual no Brasil, suscitando suas potencialidades emancipadoras.

Debater a existência de uma imprensa alternativa em geral e, mais especificamente no caso desta pesquisa, uma imprensa alternativa e lésbica, posiciona pesquisador e leitor num espaço de reflexão e criticidade em relação ao caráter de “espelho da realidade”⁷ dos meios de comunicação (CAPELATO, 1988, p.14). Por meio de sua aparente representação do real, periódicos e outras plataformas agem não apenas no imaginário sobre o presente como também sobre o passado, visto que a imprensa se torna objeto de análise documental da historiografia. De maneira relacional, Jacques Le Goff situa a figura do historiador como agente ao constatar seu papel de transformar documentos em monumentos num processo de sua desestruturação e reconstrução ao longo da análise (LE GOFF, 1990, p. 546-548). Observa-se, assim, uma dimensão relacional entre comunicador e produto essencial para a análise de periódicos. A natureza do objeto de estudo jornalístico apreendida em sua integralidade precisa perpassar não só sua prática profissional, mas também “sua configuração social, política, econômica, tecnológica, como discurso, narração, imaginário, técnica e manifestação cultural; como constituído e constituinte da vida em sociedade” (SILVA, 2009, p. 207).

No que diz respeito ao campo da comunicação, o conceito de imprensa comunitária e militante é objeto de debates há algumas décadas. A bibliografia a respeito do tema existe desde 1987 quando, na IX Semana de Estudos de Jornalismo da USP, foi definido pela organização como “o conjunto dos veículos que integram a imprensa de bairros, a imprensa do interior, a imprensa negra, a imprensa religiosa e a imprensa de imigrantes” (MELO, 2006, p. 125). Com o tempo, nota-se a alteração desse conceito atrelado à reconfiguração das bases sociais e políticas alavancada pelo surgimento dos novos movimentos sociais. Há um deslocamento gradativo da caracterização da imprensa comunitária fundamentado na própria ampliação da noção de comunidade. Ela torna-se também militante na medida em que toma para si a

⁷ A crítica à visão do jornalismo como reflexo do real já possui um longo percurso no meio acadêmico. Há que se considerar a contribuição de teorias como a do agendamento (MCCOMBS; SHAW, 1972) e debates sobre a dimensão pedagógica dos meios de comunicação (MEDITSCH, 1992).

característica de “veículo aglutinador e porta-voz de um grupo conscientemente organizado (não importando se essa organização assume uma natureza geográfica, econômica, institucional ou ideológica)” (MELO, 2006, p. 125). Concebe-se, portanto, um periódico militante como um veículo aglutinador ao movimento feito “pela e para a comunidade” (DORNELLES, 2006, p.92). Essa linha de comunicação como um todo se inspira na teoria emancipatória de Paulo Freire, sendo concebida tanto no campo da pesquisa quanto na prática com “dialogicidade na educação e a defesa da posição transformadora do ser humano no mundo” (PERUZZO, 2008, p. 370).

A categoria imprensa militante constitui-se também numa vertente historicizada da conceituação de “imprensa alternativa”, que surge anterior aos debates sobre comunicação comunitária, durante o período militar no Brasil, baseada na demanda de movimentos e organizações de esquerda em criar “canais de expressão fora do bloqueio estatal que ligassem pessoas com perspectivas políticas em comum” (FRANCO, 2016). Surgindo num espaço temporal relativamente parecido, a imprensa homossexual emerge no Brasil em meados dos anos 60 com aspirações iniciais essencialmente recreativas. As primeiras publicações produzidas por e para homossexuais⁸ no país são resultado direto da consolidação de subculturas dissidentes nos grandes centros urbanos, em especial São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, resultado de uma alteração sistemática da distribuição espacial brasileira das zonas rurais para as urbanas entre 1945 e 1969 (GREEN, 2019, p. 261). Grupos de homossexuais produziam materiais de maneira artesanal, mimeografados e distribuídos com o intuito de “reunir amigos, conversar, divertir-se e namorar” (PÉRET, 2011, p. 18). Pontua-se aqui o caráter intrinsecamente político, ainda que não necessariamente consciente, dessas atividades para as pessoas que as organizavam.

O domínio público da sociabilidade homossexual, que incluía as interações na rua, os bailes de travestis, a praia e os concursos para Miss Brasil, era uma parte fundamental da vida desses homens, mas os edifícios dessa subcultura eram grupos de amigos (as “turmas”) que funcionam como uma família alternativa para os homossexuais enfrentando a hostilidade social (GREEN, 2019, p. 300).

⁸ No recorte temporal abordado, utiliza-se o termo “homossexuais” para tratar de indivíduos ou conjuntos de práticas sexuais não-hegemônicas que, por vezes, extrapolam a esfera da homossexualidade. Referências e publicações sobre o período estudado utilizam esta e outras expressões, como “entendidos”, como termos guarda-chuva para designar indivíduos e lugares atualmente referenciados com a sigla LGBTQIAPN+, dado o fato de tanto a utilização da sigla quanto a formulação discursiva de algumas dessas identidades serem resultado de debates e processos históricos posteriores à década de 80.

Destaco que esse apontamento do brasileiro James Green pois, ainda que se referencie essencialmente à homossexualidade masculina, consiste de uma experiência relativamente comum, com suas devidas especificidades, a diversos indivíduos tratados aqui como “dissidentes”.⁹ É refletindo sobre a importância dos contatos e reconhecimento entre semelhantes em diversos espaços sociais que, no título deste trabalho, brinco com a frase “ChanacomChana também é bacana”, dizeres de um dos cartazes de lambe fixado no bar que trabalhei durante uma parte da minha jornada acadêmica na Pós-Graduação (APÊNDICE A). Foi no Blues Velvet Bar, um conhecido ponto de encontro LGBTQIAPN+ no centro de Florianópolis, que obtive parte do reforço financeiro necessário para a continuidade dos meus estudos acadêmicos e construí algumas das conexões pessoais e profissionais que contribuíram para muitas das reflexões dessa pesquisa. O material, produzido pelo coletivo Florianopolitano LAMBE.ai¹⁰, referencia expressões utilizadas amplamente por grupos de afirmação para positivar o relações homoafetivas em diversos contextos desde o século passado: “xana com xana também é bacana”, “pau com pau também é legal”, dentre outros jogos de palavras que podem ser encontrados no ChanacomChana e outros periódicos veiculados durante a ditadura militar. A perpetuação desse material em um espaço por meio de uma mídia física e de difícil retirada, como é o caso de um lambe, agrega um poder simbólico ao local que ocupa. Não foram poucas as vezes que escutei relatos de clientes e funcionários sobre o quanto o simples olhar tanto para esse lambe quanto para a grande bandeira de arco íris em luzes neon no topo da escada da entrada do estabelecimento despertavam uma sensação de segurança e pertencimento.

De maneira correlata, as militantes do GALF explicitam a preocupação com a construção dessas redes de sociabilidade e a importância do ChanacomChana nesse processo. Em seu editorial da segunda edição, de 1983, o periódico apresenta suas prerrogativas:

O Boletim ChanacomChana é um espaço criado por mulheres lésbicas para mulheres lésbicas e todas as pessoas que queiram debater, conversar, e se

⁹ Com intuito similar ao item anterior, me utilizo do termo “dissidentes” para caracterizar o conjunto de práticas não normativas de gênero e sexualidade, que acabam por sofrer ação do biopoder na tentativa de interdição, regulação, controle, invisibilização, segregação, exclusão, estigmatização, destruição, etc (PERES; TOLEDO, 2011).

¹⁰ O coletivo florianopolitano consiste num grupo focado em intervenções no espaço urbano, tanto por meio de ações próprias quando pela disponibilização de materiais para que o próprio público o reproduzam e reutilizem.

divertir conosco. Queremos que ele seja um veículo de informação, discussão, humor, namoro, poesia e sonho para todas que o fizerem e para quem for lê-lo também (CHANACOMCHANANA, 1982, p. 2).

Ao apresentar-se como um veículo não apenas de informação, mas também de debate e diversão, e dada a proximidade das comunicadoras com suas pautas de militância, a apropriação da fala coloquial e informal é comum no periódico, com textos muitas vezes na primeira pessoa. Essa nuance da produção dos textos do ChanacomChana os situa numa espécie de espaço intermediário entre o arquivo e o testemunho, dependendo de sua editoria. Enquanto, no geral, o arquivo esvaziaria a posição do sujeito, o testemunho o centraliza como detentor de sua narrativa (CIRIZA, 2010, p. 254). Esse caráter testemunhal de parte das produções da imprensa homossexual do período ditatorial torna-se importante para a análise da experiência dissidente na medida em que muitas das documentações sobre esses indivíduos não foi necessariamente produzida por eles, resultando numa produção de conhecimento frequentemente estigmatizada, baseada em concepções de mundo essencialmente heterossexuais (MOGROVEJO, 2000, p. 6).

O caráter autoproclamado político tanto da imprensa quanto de grupos de homossexuais no Brasil fica mais evidente a partir da década de 70. A Rebelião de Stonewall — que completa 55 anos em 2024 —, uma série de protestos espontâneos contra a repressão à comunidade LGBTQIAPN+ realizados em *New York* (EUA) em 1969, enviou um recado de insubordinação ao mundo e teve efeitos evidentes na ainda jovem cena homossexual brasileira.¹¹ No entanto, a ditadura militar criou uma espécie de “fosso ideológico” que exilou grande parte dos brasileiros do contato com os principais eventos em defesa dos direitos homossexuais que eclodiram no resto do planeta (PÉRET, 2011, p.31).

Não eram poucas as lacunas sentidas pela população, homossexual, principalmente quando voltavam para o Brasil e sentiam certa ausência de movimentação nas questões relativas ao direito civil. Sobretudo porque desde o começo dos anos 1970 mulheres e negros vinham tomando a palavra ao reivindicar condições que os retirassem da qualidade de população a margem (JUNIOR; SILVA; VIEIRA; 2013, p. 7).

¹¹ Abro aqui breve um parêntese a respeito da visão de Stonewall como mito fundador do movimento *queer* a nível mundial que vem sido reiterado pela academia estadunidense desde a década de 90. O evento adquire notoriedade internacionalmente e ajuda, de fato, a incentivar uma série de articulações em outras regiões, mas não é sequer o primeiro ensejo de mobilização da comunidade LGBTQIAPN+ nos próprios Estado Unidos (SANTOS, 2023).

O *Lampião da Esquina*, considerado um marco na história imprensa homossexual brasileira, surge justamente do encontro entre um grupo de homens gays, em novembro de 1977, descontentes com a ausência de uma publicação brasileira com posicionamento político bem marcado em relação aos direitos homossexuais. Sua segunda edição, de 1978, destaca a homossexualidade como “questão fundamental a ser reconhecida como uma das lutas democráticas, que tem características próprias, mas não se afasta da luta mais ampla pela reformulação da moral sexual brasileira” (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1978, p. 9). Acompanhados de outros militantes, os membros do conselho editorial do periódico foram responsáveis por articular reuniões com objetivo de criar espaços com fins mais declaradamente políticos, dando origem ao *Somos - Grupo de Afirmação Homossexual*, em 1978, considerado o primeiro grupo político organizado de homossexuais no Brasil e marco fundador da primeira onda do movimento no país (FACCHINI, 2005).

A noção do termo “movimentos de afirmação homossexual” como designação para esta primeira onda do movimento brasileiro remete ao princípio básico da “luta por reconhecimento” pautado por Nancy Fraser (2006). A desigualdade existe como um fator intrínseco a questões não apenas econômicas, mas também culturais e simbólicas. O reconhecimento cultural de grupos marginalizados seria, portanto, um remédio para esse tipo de injustiça, gerando propósito e objetivos à luta política (p. 231-232). Parte-se, assim, do entendimento de que tanto a luta de cunho econômico (por redistribuição de bens materiais) quanto pelo reconhecimento de identidades e diferenças culturais devem andar em consonância. Reconhecimento sem redistribuição poderia levar a uma inclusão superficial que não aborda as desigualdades subjacentes; distribuição sem reconhecimento, por sua vez, manteria ativas outras hierarquias de ordem cultural e simbólica. Dessa forma, a autoafirmação da identidade homossexual tornava-se importante não enquanto imposição de uma categoria rígida de regulamentação da vida sexual ou afetiva — ainda que assim tenha se materializado em diversas vezes ao longo da história e inclusive dentro dos movimentos de luta por direitos a respeito de sexualidade —, mas sim porque o contexto sociopolítico demandava essa esfera do reconhecimento e consequente afirmação.

O posicionamento da luta homossexual dentro da categoria de análise dos movimentos sociais opera na lógica do surgimento de diversas subculturas, em especial no espaço urbano, e a consequente elevação de sua consciência política. Os

primeiros coletivos homossexuais emergem em meio à rearticulação dos movimentos de feministas, negros e ambientalistas ao longo dos anos 1970. Esses grupos suscitaram a reelaboração do pensamento social clássico baseado no marxismo ortodoxo analisando as contrariedades sociais mediadas não apenas pelo sistema econômico-industrial, mas também por áreas culturais, afetando a “identidade pessoal, o tempo e o espaço na vida cotidiana, a motivação e os padrões culturais da ação individual” (MELUCCI, 1989, p. 58). Categorizados como “Novos Movimentos Sociais” (NMS), as táticas políticas desses grupos se atentaram ao papel do discurso como expressão de práticas culturais, dando mais importância à categoria da identidade (GOHN, 1997, p. 121-122).

As novas mobilizações não teriam uma base social demarcada. Seus atores não se definiriam mais por uma atividade, o trabalho, mas por formas de vida. Os “novos sujeitos” não seriam, então, classes, mas grupos marginais em relação aos padrões de normalidade sociocultural. Isto é, poderiam vir de todas as minorias excluídas (Touraine lista negros, hispânicos, índios, homossexuais, mulheres, jovens, velhos, intelectuais) e teriam em comum uma atitude de oposição (ALONSO, 2009, p. 60).

A multiplicidade de pautas dos agentes compreendidos dentro da categoria dos novos movimentos sociais permitiu a articulação de uma espécie de “redes de movimentos” pluralizando a ideia de “sujeito” e permitindo a transversalização da consciência política a respeito cidadania, o que resultou tanto em espaços de unidade quanto de antagonismos nas lutas por direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais ao longo das décadas seguintes (SCHERER-WARREN, 2006, p. 119- 120).

É em meio a esse jogo de forças que surge tanto a Imprensa Lésbica quanto um movimento organizado de lésbicas no Brasil. O GALF apresenta proeminente notoriedade dentro do que é considerada como a segunda onda do movimento homossexual brasileiro (FACCHINI, 2005), marcada pelo declínio de diversos grupos organizados em meio ao agravamento da epidemia de HIV/AIDS nos anos 80. Já o ChanacomChana soma-se a outros periódicos, como o lamuricumá (1981), o Amazonas (1983) e o Xerereca (1985), no que é considerada a primeira fase da Imprensa Lésbica Brasileira. Essa classificação é realizada pela jornalista e pesquisadora Paula Évelyn Barbosa (2019) utilizando como base o recorte temporal entre a publicação do lamuricumá, em 1981, e a promulgação da nova Constituição Federal, em 1988, quando ChanacomChana, o único dos três periódicos ainda em

circulação, torna-se o boletim Um Outro Olhar, que continua a compor a segunda fase. A dissertação de Barbosa, “Trajetória da Imprensa Lésbica no Brasil, (1981-1995)” é uma importante ferramenta não só de recuperação histórica e análise dos periódicos como também uma fonte interessante de ponderações sobre o papel do jornalismo na construção social da realidade e mediação da cidadania.

O ChanacomChana ocupa espaço de destaque dentro das produções acadêmicas a respeito dos periódicos da primeira onda da Imprensa Lésbica Brasileira. Sua periodicidade e facilidade de acesso devido a iniciativas de digitalização em arquivos públicos, para além da quantidade de referências disponíveis sobre o GALF em outras produções, faz com que o periódico seja o mais citado nas pesquisas sobre lesbianidades nessa primeira fase (BARBOSA, 2019, p. 70). No campo da comunicação, destaco também o livro “Imprensa Gay no Brasil”, da jornalista Flávia Péret, que se preocupa em fazer uma breve contextualização sobre o surgimento da imprensa homossexual como um todo no Brasil.

Destacam-se, ainda, pesquisas abordagens preocupadas em observar a noção de subjetividade, redes de afetos e escritas de si, como a dissertação de mestrado em antropologia “Entre armários e caixas postais” de Caio Maia de Aguiar, que se volta à análise das sessões de trocas de cartas do periódico, e a dissertação em pedagogia “ChanacomChana é um barato!”, de Larissa Pinto Martins, que aborda o ChanacomChana enquanto espaço de construção de saberes e ressignificações da performatividade lésbica.

A história apresenta-se como o campo de maior evidência nos estudos. Ressalto aqui que a pesquisadora Larissa Pinto Martins, a qual cito acima, utilizou o ChanacomChana como objeto de estudo também na sua monografia, apresentada para obtenção do grau de bacharel em história. Com nome homônimo ao de minha pesquisa, “ChanacomChana também é bacana”, Martins analisa uma gama de textos mais específicos do periódico para abordar questões como maternidade e enrustimento. Esse processo de progressão de estudo utilizando um mesmo objeto construído por algumas pesquisadoras permite, ainda, a constatação de outras inúmeras contribuições mais breves sobre o ChanacomChana, como artigos, capítulos de livros e apresentações orais.

No Programa de Pós-Graduação em História da UFSC especificamente, destaco a formação de um quase núcleo de pesquisadoras interessadas em trabalhar o ChanacomChana como objeto de estudo. Atualmente, além da presente pesquisa

em execução por mim, há ainda a produção em andamento da tese de doutorado da pesquisadora Jaíne Chianca da Silva que, desde o mestrado, em sua dissertação “Vai ter ChanacomChana sim!: construção de um grupo lesbiano feminista em São Paulo na década de 1980”, estuda a história do GALF por meio de conteúdos do periódico. Em 2022, houve ainda a defesa da tese de mestrado “Resistência e visibilidade lésbica na democratização: uma análise interseccional do boletim ChanacomChana (1981-1987)” da historiadora Fanny Spina França, que se utiliza do ChanacomChana para analisar a perspectiva interseccional entre as lutas em defesa das liberdades democráticas e das liberdades afetivo-sexuais. Por fim, há também a tese de doutorado “Entre repressões e resistências: memórias lesbianas no contexto da ditadura civil-militar brasileira e redemocratização (1968-1988)”, defendida em 2023 pela historiadora Camila Diane Silva — a quem agradeço por compor a banca avaliadora deste trabalho —, que aborda memórias lesbianas no contexto ditatorial e da redemocratização por meio do entrecruzamento de fontes em história oral e publicações como o ChanacomChana, o Lâmpião da Esquina e o Mulherio.

Agregando às diversas produções já existentes a respeito do ChanacomChana, a presente pesquisa utiliza-se de uma perspectiva interdisciplinar de análise baseada na natureza plural das especificidades técnicas e teóricas dos produtos de comunicação, que os relaciona invariavelmente com outros campos do conhecimento para retratar suas fronteiras (PONTE, 2005). Sua estruturação é elaborada em três capítulos: o primeiro contextualiza os fundamentos morais adotados pelo regime ditatorial brasileiro e como se manifestaram alguns dos mecanismos de coerção utilizados para reprimir especificamente a comunidade LGBTQIAPN+. Considerando o caráter relacional entre repressão e resistência, descrevo as circunstâncias de surgimento uma imprensa e de um movimento organizado de homossexuais no Brasil, observando as propostas de intervenção possíveis em torno da representação da homossexualidade no período. Busco revisitar, brevemente, a temática de minha monografia “Jornal de viado: o Lâmpião da Esquina no contexto da articulação do movimento LGBT brasileiro”, submetida à Graduação em Jornalismo da UFSC em 2018, relacionando-a com os aprendizados e referências adquiridos ao longo de minha passagem pelo PPGH-UFSC. Ao ampliar as noções de políticas de perseguição e extermínio, objetiva-se ampliar também as noções de resistência individual e coletivas.

No segundo capítulo, o boletim ChanacomChana é analisado mais especificamente enquanto produto comunicacional. Aborda-se o contexto histórico em que ocorre seu surgimento e a consolidação de uma imprensa de caráter especificamente lésbico em meio às demais produções homossexuais do período, dando atenção às suas características e especificidades. É observado o direcionamento editorial do periódico, atentando-se à intenção política que envolve a produção de seus conteúdos, bem como às nuances de sua cadeia produtiva, características visuais, tiragem, distribuição e políticas de financiamento.

Por fim, o terceiro capítulo deste trabalho faz uma análise dos conteúdos do ChanacomChana que digam respeito a mobilizações práticas de ordem política desenvolvidas e relatadas pelo GALF em suas páginas (protestos, simpósios, debates, encontros de militantes). Por meio da catalogação diversos eventos construídos pelas integrantes do GALF entre 1981 e 1987, busca-se situar momentos importantes da história do coletivo, ponderando sobre seu caráter relacional a outras instâncias dos movimentos sociais presentes no jogo político da abertura democrática dos anos 1980. O método utilizado perpassou a catalogação das 13 edições do periódico, posterior seleção dos materiais de interesse à pesquisa e cruzamento com outras fontes documentais e orais para melhor contextualização.

Objetiva-se, em especial nos últimos dois capítulos, observar elementos comuns à prática da comunicação comunitária e militante, bem como possíveis particularidades e desafios no fazer comunicacional das integrantes do conselho editorial do periódico. Ao analisar especificidades técnicas do ChanacomChana, interpolando-as com as propostas de intervenção política apresentadas pelo Grupo de Afirmação Lésbica Feminista ao longo da reestruturação democrática, busco observar as potencialidades das tentativas de ruptura dos sistemas traçada por esses objetos de análise. À luz de uma “perspectiva de análise sapatão”, proposta por Barbosa (2019), a presente análise não busca a delimitação de um modelo rigoroso de comunicação lésbica, mas sim a uma crítica à prática da comunicação, oferecendo “pistas que possam reorientar a imprensa no exercício de sua função essencial: a de refletir a sociedade em todos os seus níveis e contribuir para o exercício da cidadania” (BARBOSA, 2019, p. 45).

2 PERIGOSAS E SUBVERSIVAS: POLÍTICA SEXUAL, IMPRENSA E HOMOSSEXUALIDADE NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Ainda que o regime instaurado no Brasil após 1964 tenha sido caracterizado como de ordem militar, o golpe foi amplamente legitimado pelas elites brasileiras, setores da igreja católica e representantes do governo norte-americano. A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, nome dado ao conjunto de manifestações que validaram a intervenção, foram uma resposta direta das elites às Reformas de Base de base propostas por João Goulart. O projeto do então presidente abrangia diversos aspectos da sociedade civil visando a reestruturação de esferas como a participação democrática, com a concessão do direito ao voto para analfabetos; trabalhista, com a implementação do Estatuto do Trabalhador; educacional, com ampliação de políticas públicas alicerçadas no Método Paulo Freire; e uma ampla proposta de Reforma Agrária.

As elites brasileiras sempre se negaram a apoiar qualquer proposta de mudança social que, de alguma forma, as desprivilegiasse, mesmo que tais mudanças significassem o implemento de políticas que se justificassem por um maior capital de justiça social (SOUZA, 2007, p.6).

Em meio à popularização do anticomunismo, a ditadura brasileira se alicerçou na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), uma noção militarizada de defesa do Estado-Nação justificada pelo receio de que “a destruição e a miséria advindas da Segunda Guerra Mundial pudessem fornecer um campo fértil para o avanço do comunismo” (SILVEIRA, 2009, p. 6). A instauração de uma guerra permanente contra a noção de um “inimigo interno” foi muito efetiva do ponto de vista jurídico e político para legitimar práticas de perseguição a diversos campos progressistas. Ferramentas e recortes de análise variados permitem, assim, perspectivas diversificadas sobre como a repressão agiu sobre indivíduos e instituições por meio de um atrelamento estrutural entre moral e política.

O estado de crise permite impor restrições do ponto de vista das liberdades e dos direitos individuais e criar procedimentos arbitrários. Isso facilita o controle policial da população, autoriza o uso discricionário das forças repressivas e permite, ainda, isolar o inimigo (BORGES, 2003, p. 30).

No que tange a expressões de sexualidade e gênero em não conformidade com a norma heterossexual cisgênera, a DSN serviu às instituições da ditadura como uma poderosa ferramenta de controle baseada em “pânicos morais”, eclosões

ultraconservadoras alicerçadas em medos sociais construídos coletivamente, como as propagandas antihomossexual e antifeminista que emergiram na Europa e América do Norte na década de 50 (RUBIN, 2017, p. 35-36). No regime ditatorial brasileiro, esses pânicos emergem atrelados amplamente ao anticomunismo na medida em que questionam um pressuposto estrutural da sociedade capitalista: a reprodução e consequente transferência da propriedade privada por meio da estrutura familiar. Dessa forma, “o lar americano, populado por um casal heterossexual e sua prole, tornou-se, simbólica e literalmente, uma fortaleza contra as ansiedades provocadas pela Guerra Fria” (LEWIS, 2010, p. 4). Ser lésbica em meio a essa estrutura significava uma grande ruptura com o pensamento heterossexual vigente na medida em que essa identidade fugia das imposições patriarcais e criava um novo conjunto de práticas e saberes sobre gênero e sexualidade.

A retórica da moralidade pública e dos bons costumes foi central na construção da estrutura ideológica que deu sustentação à ditadura de 1964. A defesa das tradições, a proteção da família, o cultivo dos valores religiosos cristãos foram todos, a um só tempo, motes que animaram uma verdadeira cruzada repressiva contra setores classificados como indesejáveis e considerados ameaçadores à ordem moral e sexual então vigente (QUINALHA, 2028, p. 23).

Baseando-se especificamente nas práticas de perseguição e mobilização envolvendo identidades sexuais dissidentes e a maneira que se relacionam com o contexto ditatorial de maneira mais ampla, Green e Quinalha (2019) observam cinco “fases” analíticas ao longo dos 21 anos de duração da ditadura brasileira.

A primeira fase ocorreu entre 1964 e 1967, período em que a perseguição se voltou mais intensamente ao “sindicalismo organizado, às esquerdas (...), aos movimentos populares e a certos intelectuais identificados com as lutas por democracia e justiça social” (QUINALHA; GREEN, 2019, p. 19). Concomitantemente a isso, ocorria a reestruturação dos espaços de sociabilidade homossexual em grandes centros urbanos, como bares e boates em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Salvador. A hostilização desses locais já era uma constante nos anos anteriores à ditadura brasileira. Utilizando-se de leis e portarias justificadas na preservação da ordem pública, saneamento e limpeza, gestões municipais promoviam batidas policiais em locais frequentados por grupos dissidentes. Ainda que não existisse, no Código Penal da época, nenhuma restrição à homossexualidade, havia o incentivo a políticas estatais de combate à “vadiagem”, uma tipificação penal vaga

que passou por diversas reformulações desde seu surgimento, na época colonial, para perseguir indivíduos tidos como “vadios” por meio de uma ótica de moralização da ordem pública. Na época da ditadura, a Lei de Vadiagem estava tipificada no Código de Contravenções Penais de 1941, somando-se a outras leis semanticamente arbitrárias, como as de crimes contra a paz pública, para legitimar ações contra prostitutas e espaços de sociabilidade de gays, lésbicas e travestis nos centros urbanos, associando-os a práticas de delinquência (PALMA, 2023).

A segunda fase analítica pode ser observada em 1968, marcada pela efervescência social, cultural e política, em especial no âmbito das artes. No Brasil, movimentos como o Tropicalismo promoveram uma radicalização das questões artísticas apresentadas pela indústria cultural brasileira (NAPOLITANO; VILLAÇA, 1998). As reações à crise dos projetos de poder dos anos 60, dicotomizadas entre o engajamento organizado e a “explosão colorida” do desbunde, tiveram forte influência no imaginário político dos homossexuais do período. A decretação do AI-5 em 13 de dezembro acabou, no entanto, com esse “ensaio de emancipação”, visto que a “repressão, a censura, o medo, as violências, a cassação de direitos e o poder policial, que aumentou neste momento, acabaram com qualquer sonho de uma organização LGBT no período” (QUINALHA; GREEN, 2019, p. 21).

A edição do AI-5 marca a terceira fase, conhecida popularmente como “anos de chumbo”, compreendida entre os anos de 1969 e 1973. Nesse período, nota-se um processo de convergência entre essas ações regionalizadas de perseguição a homossexuais e diretrizes nacionais, promovidas por órgãos estatais como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), o que potencializou seus resultados (MORANDO, 2019, p. 71). A utilização do aparato repressivo nos centros urbanos caminhava de mãos dadas com uma visão patologizadora das sexualidades desviantes que as associava a distúrbios psicológicos. Muitos detidos acabavam passando “das mãos da polícia para a dos médicos legistas de instituições, tais como o Laboratório de Antropologia Criminal do Instituto de Identificações de São Paulo” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 65).

Essa política institucionalizada de perseguição nos grandes centros urbanos continuou a ser uma constante mesmo com o arrefecimento da repressão após os anos de chumbo. Em São Paulo, por exemplo, a década de 80 ficou marcada por uma ostensiva truculência policial. Em declarações à imprensa da época, figuras famosas da segurança pública, como o chefe da Seccional de Polícia da Zona Centro da

cidade, José Wilson Richetti, orgulhavam-se dos altos números de conduções diárias de “vadios” às delegacias, que variavam entre 300 e 500 pessoas. Desde 1979, quando assumiu a Seccional, Richetti estruturou um plano de perseguição sistemática à população LGBTQIAPN+. No mesmo ano, executou as Operações Limpeza e Rondão em bares, boates, saunas, praças e parques frequentados por homossexuais, cometendo arbitrariedades variadas, como rasgar *habeas corpus* concedidos por juízes sob a justificativa de “a lei aqui sou eu” (FERNANDES, 2019, p. 135).

Voltada especificamente à perseguição de mulheres lésbicas, houve a Operação Sapatão, ocorrida no feriado de 15 de novembro de 1980, em que a polícia de São Paulo, a mando de Richetti, realizou batidas em três bares conhecidos por serem frequentados pelo público lésbico: o Ferro’s, o Bixiguiha e o Cachação. As frequentadoras dos estabelecimentos foram detidas e extorquidas por agentes públicos para serem liberadas (GREEN; CÉSPEDES; QUINALHA, 2014, p. 307). Há poucos registros sobre a Operação Sapatão. Destaca-se um texto do jornalista Omar Cupini Junior, com uma entrevista com uma estudante que fora presa enquanto esperava o ônibus na rua.

“Parece que a gente tem uma estrela na testa. Eles me levaram pra dentro do Cachação e fui logo mostrando meus documentos. Mas o policial disse: não interessa documento, você é sapatão! (...) Primeiro me colocaram numa cela com mais de 50 pessoas e mais tarde houve uma seleção. Quem tivesse boa aparência, estivesse bem vestido, era tirado pra outra cela (...). No fim, todo mundo teve que pagar o quanto tivesse”. (REPORTER, 1981, P.15).

Em 1987, já no período de redemocratização, ocorreu também em São Paulo a Operação Tarântula, que promoveu a detenção compulsória de travestis sob a justificativa de crime de contágio venéreo, novamente se utilizando de um discurso médico arbitrário apoiado no pânico moral construído em torno da explosão da epidemia de HIV/AIDS nos anos 80 (CAVALCANTI; BARBOSA; BICALHO, 2018).

O que fica nítido é que, apesar da distensão política e desmonte dos organismos de vigilância, indicando mudanças no regime, não houve uma transformação na visão construída sobre lésbicas, travestis, transexuais e gays. Se no início da ditadura eram associadas à ameaça comunista, nos anos finais foram potencializadas com a criminalidade (FRANÇA, 2022, p. 43-44)

Em 1982, a segunda edição do ChanacomChana criticava as batidas policiais em São Paulo por meio de um quadrinho (Figura 1). A mesma edição trazia, ainda,

uma análise do livro “A Queda Para o Alto”, de autoria de Anderson Herzer¹² publicado em 1982, em que o poeta narra sua experiência de vida enquanto uma pessoa transmasculina menor de idade que passou pela Febem em duas ocasiões. O texto publicado no ChanacomChana fundamenta novamente uma crítica ao autoritarismo e arbitrariedade do sistema penal brasileiro. O periódico adotou, ao longo de suas edições, uma postura de denúncia constante tanto de violências institucionais quanto em outros âmbitos da sociedade.

Figura 1 – Quadrinho sobre violência policial no ChanacomChana¹³



Fonte: CHANACOMCHANA, nº 10, 1986, p. 22

¹² O texto do ChanacomChana opta por utilizar o nome de registro de Anderson, estabelecendo uma crítica a sua escolha por se masculinizar. Seguindo a mesma linha, alguns materiais dos periódicos tratam de travestis e mulheres transexuais no masculino, pontuando sua identidade atrelada ao sexo biológico. Acredito que essa noção limitada sobre identidades de gênero corrobore com o momento pelo qual a teoria do período passava e acabou sofrendo alguns deslocamentos durante os anos de atuação do GALF, tema que por si só pode vir a se constituir como um projeto de pesquisa específico. Apesar dessa visão limitada das militantes, o ChanacomChana não deixou de prestar solidariedade e denunciar violências sofridas por pessoas trans durante seus anos de circulação.

¹³ Descrição dos diálogos do quadrinho, realizada pela pesquisadora Fanny Spina França: Quadro 1: “Ser lesbica as vezes é fogo... a repressão é qualquer coisa... Sempre tem um Richetti por aí.”; Quadro 2: “Mas que nada! Sem essa de rótulo.... Esse negócio de hetero e de homo não existe...”; Quadro 3: “Só! Além disso, a polícia dá em cima de todo mundo!”; Quadro 4: “Documentos!”; Quadro 5: “Quer uma bebidinha, seu guarda?”; Quadro 6: “Quem é sapatão pro camburão!”; Quadro 8: “Pô! Esse lugar é muito barra pesada não vamos mais vir aqui, tá?”; “Tá, amor!”.

No que diz respeito especificamente aos órgãos públicos, os documentos oficiais do regime militar revelam um interesse especial na contenção interna da homossexualidade masculina, atrelando-a a casos de “pederastia e subversão”. Um exemplo é o caso de afastamento de homossexuais do Itamaraty em 1969, quando sete diplomatas foram afastados de seus cargos por “prática de homossexualismo, incontinência pública escandalosa” (FRANCO, 2009). Destaca-se também o caso de criminalização do jornalista Antônio Crisóstomo, preso em 4 de julho de 1981 sob acusações de violência sexual contra sua filha adotiva, de 4 anos. Mesmo com a comprovação via laudo médico de que a criança não havia sido abusada, Crisóstomo continuou preso, ficando detido por um ano e sete meses e nunca recuperando a guarda da criança. O GALF e o ChanacomChana estiveram engajados durante todo o processo de mobilização em torno de sua libertação, participando, por exemplo, do debate “O Direito à Diferença”, em dezembro de 1982, em solidariedade ao jornalista. “Crisóstomo foi preso principalmente por ser homossexual e o que lhe aconteceu pode ocorrer com qualquer pessoa que fuja das regras autoritárias da normalidade” (CHANACOMCHANA, 1982, p. 11). O debate foi o ato de encerramento que se seguiu à exibição da peça “Olho no Olho”, escrita pelo jornalista. Nos informes da edição de nº 3 do ChanacomChana, de 1983, comemorava-se a soltura de Crisóstomo, que infelizmente veio a falecer alguns anos depois (RODRIGUES, 2013).

O regime utilizava-se da homofobia como justificativa de perseguição de maneira dual: ao mesmo tempo em que a homossexualidade era associada a práticas subversivas de esquerda, opositores do regime eram associados às práticas de subversão e perversão sexual. “Padres e bispos eram acusados de romper o celibato eclesiástico, políticos de oposição, de serem homossexuais; professoras universitárias de esquerda teriam amantes” (FICO, 2003, p. 179). Ironicamente, gênero e sexualidade eram também pautas complicadas dentro da esquerda organizada, onde a luta de classes era preconizada em relação a outras pautas. Predominava, entre muitos setores da esquerda brasileira, um *ethos* revolucionário espelhado na figura de guerrilheiros como Che Guevara e Fidel Castro que enquadrava a homossexualidade como um “desvio de conduta burguês” e centrou o imaginário da revolução num ideal masculinista que restringia a atuação de mulheres a espaços e funções atrelados tradicionalmente ao feminino (esposa, mãe, dona de casa, etc).

As organizações de luta armada, por exemplo, eram âmbitos majoritariamente masculinos. Os ideais guerrilheiros constituíam um modelo

de masculinidade, na medida em que as características e virtudes valorizadas na guerrilha eram vinculadas ao que socialmente se entendia como masculino: “coragem, honra, orgulho, força, resistência, dignidade (HENTZ; VEIGA, 2011, p. 153).

Encarada também com lentes heterossexistas, a homossexualidade era considerada um produto da decadência burguesa que desapareceria quando o capitalismo fosse derrubado (GREEN, 2012, p. 72). Essas nuances se relacionavam amplamente com uma certa herança do pensamento do movimento revolucionário de Cuba, onde vários militantes brasileiros receberam treinamento. Além da própria figura de Che Guevara, consolidada na imagem do homem revolucionário “barbudo, viril, não afeminado” (PINHEIRO, 2018, p. 20), a proposta guevariana se baseava na teoria do homem novo, que superaria seus prazeres imediatos, ou “taras do passado”, em nome da revolução. Esse ideário contribuiu amplamente para o processo de enrustimento dentro do movimento de esquerda numa espécie de retroalimentação, onde a invisibilização dessas identidades reiterava a lógica das organizações de que elas estariam distantes do ideal revolucionário; além de um evidente adoecimento psicológico. O próprio James Green, a quem a pesquisa referencio amplamente neste projeto, foi organizado junto à Convergência Socialista na década de 70 e teve sua inscrição na brigada cubana barrada por ser homossexual. Em entrevista coletiva ocorrida no LEGH em agosto de 2018, época em que estive na UFSC para lançamento de seu livro “Revolucionário e Gay: a vida extraordinária de Herbert Daniel”¹⁴, Green contou: “de um lado, estava me politizando sobre a revolução na América Latina, todo o romantismo sobre a luta armada, mas eu não me identificava com a revolução cubana porque me senti marginalizado” (LOCKS, 2018, p. 75). Essa tensão entre setores da esquerda e as pautas identitárias resultava em uma recusa por parte de muitos militantes dos novos movimentos sociais à chamada “dupla militância”, quando um militante era envolvido com um coletivo e também com um partido ou organização política. Isso se manifestava tanto nas relações individuais, onde militantes criavam desavenças entre si, quanto nas diretrizes políticas de alguns coletivos que chegavam a proibir a prática de dupla militância, como era o caso do GALF.

¹⁴ O livro de Green, que conta a história de um homem gay que integrou múltiplos grupos políticos de esquerda a partir da década de 60, também é um valioso relato sobre a experiência homossexual no movimento revolucionário de esquerda do período aqui estudado.

A partir de 1974, o abrandamento gradual da repressão marca o quarto período analítico observado. Paralelamente à ampliação das violências físicas e simbólicas sofridas por homossexuais nos anos de chumbo, o “milagre econômico” ocorrido nesse período permitiu a proliferação de novos espaços de sociabilidade para a comunidade LGBTQIAPN+, produzindo outras sensibilidades políticas e culturais em torno da disputa discursiva a respeito a homossexualidade. Esse momento fica, no entanto, marcado por um clima difícil para a organização política não só de homossexuais como dos novos movimentos sociais como um todo. Essas dificuldades eram multifatoriais: havia o medo óbvio da repressão, reiterado nas grandes cidades pela truculência policial. A falta de apoio da esquerda às pautas “identitárias” também deixava muitos militantes céticos em relação às possibilidades de aliança. A ampliação do poder econômico nos anos anteriores provocou, ainda, uma defasagem nos agrupamentos e necessidades de homossexuais com maior e menor poder aquisitivo (QUINALHA; GREEN, 2019, p. 23). Durante a Operação Sapatão, por exemplo, as mulheres que sofreram violência policial foram as mais pobres.

O delegado entrou na Moustache e deparou-se com uma casa frequentada por mulheres lindíssimas em um ambiente luxuoso. Após uma conversa particular, entre o delegado e o proprietário que o recepcionou, Richetti agradeceu e, pedindo desculpas ao seu anfitrião, retirou-se do local. Sabia o delegado que os lugares “nobres” têm seus centros de poder, que mantinham laços estreitos com o poder instituído, laços que chegavam a se confundirem. Em um sábado, por volta das 23 horas, o aparato repressivo do delegado Richetti entrou novamente em ação, mas os alvos agora foram os bares Cachação, Ferro's Bar e o Bixiguinha, locais frequentados por lésbicas com menor poder aquisitivo (FERNANDES, 2019, p.135-136).

A estratégia de perseguição institucionalizada a lésbicas, negros, gays, travestis e prostitutas em grandes centros urbanos como São Paulo¹⁵ se apresenta como uma constante mesmo nos momentos em que há um abrandamento das políticas de repressão em nível nacional. A classe social dos indivíduos e a postura contestatória a essas perseguições eram agravantes às violências sofridas. É também em decorrência dela que se observa um dos primeiros grandes momentos de articulação política entre setores variados dos novos movimentos sociais junto a outras esferas da sociedade civil. Em resposta à repressão policial, grupos organizados em São Paulo redigiram uma série de documentos denunciando as

¹⁵ Utilizo aqui amplamente de exemplos de truculência na cidade de São Paulo por ser o local de atuação do GALF, mas métodos de perseguição parecidos podem ser observados também em cidades como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador (QUINALHA; GREEN, 2019).

operações policiais e um abaixo assinado exigido o fim das batidas policiais arbitrárias.¹⁶ A articulação desses movimentos resultou na realização, no dia 13 de junho de 1980, de uma passeata contra a repressão policial, que ficou marcada também como a primeira passeata LGBT de São Paulo¹⁷, reunindo cerca de mil pessoas na frente do Teatro Municipal da cidade. Na ocasião, as militantes do Ação Lésbica Feminista, que depois viria a se tornar o GALF, tomaram a frente da passeata.¹⁸

Abrimos a faixa e começamos a dar os braços para fazer as pessoas andarem mais devagar, como se disséssemos: "Assumimos esse risco para que reflitam". Abraçadas, seguíamos fechando a rua. Bloqueando os passos rápidos e desesperados de cansaço. Assustando os que, conformados, nos seguiam até lerem distraídos sob a própria cabeça: "Contra a Violência policial. Ação Lésbica Feminista" (MANCINI, 2009).

Figura 2 – Mulheres na linha de frente da passeata contra a repressão policial em São Paulo



Fonte: <https://www.casaum.org/acervo-lesbico-brasileiro-reune-documentos-sobre-a-ditadura/>. Acesso em: 15 mai. 2024.

¹⁶ Fernandes (2019) destaca a atuação proeminente dos seguintes grupos: Somos, Ação Lésbica Feminista, Eros, Libertos, Ação Homossexualista, Movimento Negro Unificado, Nós Mulheres, Grupo Feminista 8 de Março, Associação das Mulheres, Núcleo de Defesa à Prostituta e Frente de Mulheres Feministas.

¹⁷ A marcha contou com participação também de setores do movimento negro e feminista, mas ficou marcada por uma grande presença de grupos homossexuais em sua articulação.

¹⁸ Especificamente sobre a experiência de mulheres lésbicas na passeata, recomento o relato "Do lado do Mappin, mesmo com chuva", da militante do Lésbico Feminista Rose Mancini, disponível em: <https://www.umoutroilhar.com.br/2012/02/do-lado-do-mappin-mesmo-com-chuva.html>

Apesar dos empecilhos estratégicos à organização política de diversos segmentos sociais, a crise da ideia de milagre econômico a partir de 1973 provocou uma gradativa virada de chave ao longo dos anos que se seguiram: setores da classe média até então apoiadores do regime começaram a alinhar suas pautas às de grupos de trabalhadores. Os movimentos estudantil e sindical surgem com grande força a partir de 1977, período analítico da última fase. É também nessa época que se rearticula o movimento feminista, que recorreu a processos dialógicos de identificação entre as diversas realidades de mulheres em meio às ditaduras do Cone Sul para criar redes plurais de ativismos (JACOMEL, 2011, p. 299-300). Junto da rearticulação das lutas sociais, ocorre uma abertura cultural que cria um campo propício para a diversificação temática das iniciativas de imprensa alternativa. Esse foi um período favorável para o surgimento da imprensa feminista, por exemplo, que já se articulava em torno do movimento de mulheres desde 1975 e se utilizou de perspectivas engendradas para o abandono do paradigma da visão de comunicação emancipatória centrada exclusivamente na luta de classes (KUCINSKI, 2003, p. 73). É nesse ambiente fértil ao florescimento de contrapontos que surgem as primeiras iniciativas mais proclamadamente politizadas de Imprensa Homossexual, ferramentas essenciais para a posterior articulação do Movimento Homossexual no Brasil.

2.1 CONFLITOS E INTERVENÇÕES DISCURSIVAS POSSÍVEIS A RESPEITO DA HOMOSSEXUALIDADE NA MÍDIA

O caráter tendencioso adotado por grande parte dos arquivos oficiais registrados durante os regimes militares dos países do Cone Sul, somado a uma certa convivência generalizada dos veículos de comunicação da grande imprensa com o jogo político do regime ditatorial, fizeram das iniciativas de imprensa alternativa surgidas nesse período importantes mecanismos de disputa de consciência e representação. A evidente falta de visibilidade e transparência nas ações do governo tornaram necessária a criação de ferramentas de comunicação que promovessem um sentimento de familiaridade por parte da população com o estilo de vida proposto pelo regime. Através de mecanismos como a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), os militares buscavam criar a imagem de um novo Brasil “eficiente, ordeiro, otimista e voltado para o crescimento econômico até que atingisse níveis de potência mundial” (MUNTASER, 2017, p. 17).

Já nos veículos de imprensa hegemônicos, o processo de censura se manifestava tanto pelas vias institucionais, por meio da pressão de órgãos regulatórios como o Serviço Nacional de Informação (SNI) e o DOPS, quanto empresariais, um processo “inerente à estrutura de uma grande empresa capitalista, obrigada a fazer concessões e a ceder a pressões” (AQUINO, 1999, p. 222). Esse traço característico ao jornalismo, diretamente relacionado à sua necessidade de financiamento, é essencial para o debate sobre representação na grande imprensa do período. A invisibilização de processos e agentes políticos se configura como um problema multifacetado da comunicação como modelo de negócio, onde a dinâmica de produção de conhecimento é permeada por um contexto de cadeia produtiva afetada por interesses políticos e econômicos de grupos sociais variados (GENRO FILHO, 1987, p. 22-23). No caso da ditadura militar brasileira, o interesse no conteúdo da produção jornalística apresentava-se também na agenda de categorias do empresariado, latifundiários e outros governos beneficiados pelo clima político Brasil, como o estadunidense, acarretando nesse processo de censura encabeçado pelas próprias empresas de comunicação devido à sua dependência econômica (AMARO, 2021).

Seja no âmbito dos novos movimentos sociais ou da esquerda ortodoxa, o surgimento de periódicos de caráter contra hegemônico no período ditatorial está atrelado ao que se pode considerar como uma falha nos sistemas de representação da grande imprensa, que operava por meio de práticas de exclusão e estigmatização resultantes tanto da censura feita por órgãos institucionais quando por sua própria estrutura interna. Entre 1964 e 1980, circularam em torno de 150 periódicos alternativos no Brasil. O termo “alternativo” apresenta algumas de suas características centrais, contrapondo às problemáticas em relação à repressão e representação tratadas acima (KUCINSKI, 2003, p. 13):

- 1) Algo que não está ligado a políticas dominantes.
- 2) Uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes.
- 3) Única saída para uma situação difícil.
- 4) O desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970 de protagonizar as transformações sociais que pregavam;

No caso específico da comunidade homossexual, esse desejo por visibilidade justificava-se em virtude da maneira como a mídia hegemônica nacional tratava a questão da homossexualidade até o início dos anos 1960. A representação de corpos

dissidentes se manifestava num movimento dicotômico entre a “proibição” e o “freak show” (SOLIVA, 2017, p. 16). Na edição piloto do ChanacomChana, seu conselho editorial critica também a estigmatização do lesbianismo e seu atrelamento à pornografia para consumo predominantemente masculino.

No cinema, o lesbianismo sempre foi um filão explorado pelos pornô brasileiros. Se isto não bastasse, vêm associados ao submundo, a sordidez e mil patologias. (...). As cenas de lesbianismo são apontadas como altamente excitantes para homens que gostam de cultivar seu fetichismo, bem como algumas mulheres, mas nada é menos ingrato. O tribadismo é colocado mais para a pornografia que para o erotismo (CHANACOMCHANA, 1981, p. 4).

Performatividades LGBTQIAPN+ foram, nesse contexto, constitutivas do mercado de bens culturais brasileiros por meio de práticas satíricas, sexualizantes, ou de divulgação de fatos policiais envolvendo suas existências de maneira a legitimar sua periculosidade. Essas representações extrapolam o campo da imprensa, adentrando também a esfera do entretenimento por meio de telenovelas, programas de auditório e outros produtos culturais, numa disputa complexa entre a positivação e a negatização dos indivíduos reais e fictícios representados. Em seu livro *Devassos no Paraíso* (2018), João Silvério Trevisan relembra uma foto que viu da cantora Gal Costa no jornal *Folha de S. Paulo* na década de 80:

Os pés da cantora estavam em primeiríssimo plano, sobre uma mesa, e de tal modo distorcidos pela lente grande-angular que seus sapatos pareciam, facilmente, ser do tamanho cinquenta... A alusão à sapatona inseria um bom humor modernoso, que só acentuava a crueldade do preconceito. Em todo caso, quem te viu, te vê! (TREVISAN, 2018, p. 337)

É também junto à indústria cultural que estão registradas a maior quantidade de atos de censura contra o lesbianismo durante a abertura política. Nesse período, a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) atuou no com o objetivo de conter referências ao “lesbianismo” em músicas, filmes, obras de teatro e de literatura, além de na imprensa como um todo¹⁹ (KUMPERA, 2019). Essa negação da palavra “lésbica” nas produções em circulação opera de maneira consonante às políticas de esquecimento, onde “apaga-se ou se destrói aquilo que não interessa à moral, às convicções, aos costumes, à permanência de tradições e valores que são dominantes em determinada época” (NAVARRO-SWAIN, 2004, p. 15). O surgimento de veículos

¹⁹ Em relação ao GALF, essa preocupação em censurar a referência à lesbianidade na mídia hegemônica aparece evidente durante a participação de uma de suas militantes no programa de televisão de Hebe Camargo, caso que será tratado no terceiro capítulo deste trabalho.

que realizavam, mesmo que de maneira simplista, a menção à lesbianidade e outras práticas condenadas pela moralidade do regime ditatorial foi importante porque validou e reiterou sua existência em meio a tentativas de seu apagamento no imaginário social e na esfera discursiva.

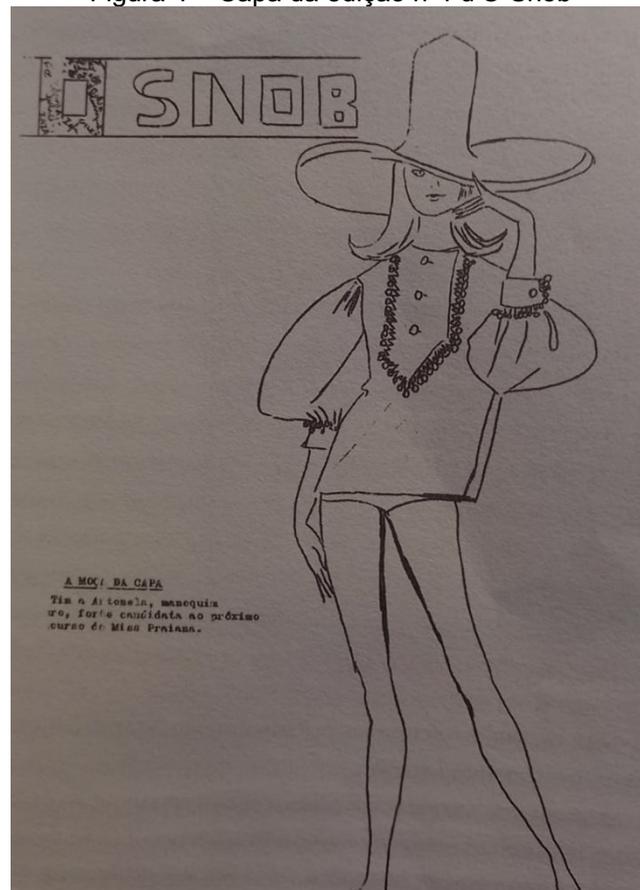
Figura 3- Quadro com a repetição da palavra “lésbica” em múltiplos idiomas, publicado na Edição 9 do ChanacomChana

lesbica	lesbier	性	lesbisch	lesbienne pot
lesbisk	lésbica	レズ	Lesbe	Л'эб'ска
warmi				gouine
レズ	goudou		lesbi	Л'эб'ска
sevici		lesbiciäinen		marimacha
Lesbica	samlíkinn		lesbisk kvinde	torilla
lesbica		lesbiana	PATLAGE	

Fonte: CHANACOMCHANA, n° 9, 1985 p. 1

A primeira publicação considerada abertamente homossexual no Brasil foi O Snob, do Rio de Janeiro. Surgida em 1963 com o objetivo de protestar contra o resultado de um concurso de Miss Traje Típico organizado pela Turma Ok, um clube social de homossexuais que dizia abertamente não se propor a ser um grupo de militância. Era uma publicação simples, datilografada em papel ofício, com textos assinados por meio de pseudônimos, como “Pantera Cor-de-Rosa”, “Robinetti”, “Elke Stenrosso” e “Gigi Brayant”. O Periódico utilizava-se de um extenso vocabulário com gírias do meio homossexual, como “bofes”, “bonecas” e “entendidos”, uma prática comum aos periódicos homossexuais desse período. O próprio nome da publicação era uma brincadeira com o jeito esnobe, blasé, adotado por ela em relação à normatividade heterossexual. Esse é um traço característico a todos os veículos de imprensa homossexual do período, em que “um conjunto de códigos é criado para facilitar a comunicação, classificar comportamentos novos e dar a eles novos significados” (PÉRET, 2011, p. 18-20). Opera-se, assim, de maneira a legitimar não apenas um dialeto, mas também um estilo de vida homossexual em meio a estratégias institucionalizadas de apagamento.

Figura 4 – Capa da edição nº4 d'O Snob



Fonte: PÉRET, Flávia. Imprensa gay no Brasil: Entre a militância e o consumo. 2011. p. 21

O Rio de Janeiro destaca-se como o local de maior registro de surgimento de publicações similares ao Snob, registrando circulação de mais de quinze títulos entre 1960 e o início de 1970 (LIMA, 2007). No entanto, o efeito desmobilizador promovido pela edição do AI-5 no final de 1968 afetou a emergente cena de publicações homossexuais do período. O Snob, por exemplo, se dissolveu em 1969. Na imprensa alternativa brasileira para além da homossexual, a homossexualidade era pouco tratada. Destacam-se, no entanto, algumas pautas do Pasquim, importante publicação da contracultura publicada pela primeira vez em 1969 que tinha como característica marcante o humor ácido fortemente centrado nas denúncias de coerção e violação de direitos humanos do período (KUCINSKI, 2003, p. 112). O periódico costumava manter uma postura de “chauvinismo contracultural masculino”, que tendia frequentemente a uma representação jocosa da população LGBTQIAPN+, sendo responsável, por exemplo, pela popularização do termo “bicha” em todo o país (GREEN, 2019, p. 429).

Em meio ao abrandamento da repressão, periódicos da grande imprensa passaram a tentar apresentar novos enfoques sobre homossexualidade, como no caso da Coluna do Meio, lançada em 1976 pelo jornalista Celso Curi no jornal paulistano Última Hora. Os textos de Curi tiveram grande repercussão, resultando em diversas manifestações de intolerância e em uma ação contra o jornalista promovida ainda em seu ano de lançamento pela Procuradoria Geral da República, alçada na antiga Lei de Imprensa, acusando-o de “promover o homossexualismo” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1979, p. 6). Curi só foi absolvido do processo em 1979, quatro anos depois de perder seu emprego no Última Hora, em 1975.

Figura 5 - Coluna do Meio, do Jornalista Celso Curi, da edição do Jornal Última Hora de 10 de fevereiro de 1967



Fonte: <https://bit.ly/colunadomeio>. Acesso em: 15 mai. 2024.

O sucesso de sua coluna inspirou, no entanto, outras de caráter similar, como a coluna “Guei” escrita por Glorinha Pereira no Correio de Copacabana, e a “Tudo Entendido” escrita por Antônio Moreno na Gazeta de Notícias, ambos jornais da cidade do Rio de Janeiro, em 1977 (GREEN, 2019, p. 430). No que tange à imprensa alternativa, novos periódicos começaram a circular a partir de 1976, a maioria deles inspirados no próprio Snob. Destacam-se o Gente Gay (1976), no Rio de Janeiro, e o Entender (1977) em São Paulo, periódicos que apresentavam novos enquadramentos a respeito da homossexualidade, mas não conseguiram se manter ativos. Na época,

faltava aos editores de muitos desses periódicos as habilidades não só jornalísticas como administrativas para o desenvolvimento de um veículo de comunicação com vida mais longa, seja por pouca reserva de capital ou de contatos para organizar um esquema de circulação (GREEN, 2019, p. 433).

2.2 ALTERNATIVOS E REVOLUCIONÁRIOS: IMPRENSA E ARTICULAÇÃO DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL BRASILEIRO

O final dos anos 1970 marca o surgimento do *Lampião da Esquina*, considerado um marco para a Imprensa Homossexual Brasileira. Seu projeto apresentou uma série de inovações técnicas e editoriais em relação aos outros veículos de imprensa homossexual surgidos até então. Encabeçado por jornalistas, antropólogos, artistas e outros personagens influentes do eixo Rio-São Paulo — que inclusive já haviam participado ativamente da produção de outros veículos —, o periódico propunha-se a ter um caráter declaradamente político por meio de pautas que reivindicassem diretamente os direitos homossexuais junto ao cenário brasileiro e internacional. Sua primeira edição, de abril de 1978, questionava em sua capa a arbitrariedade do processo contra o jornalista Celso Curi, redator da Coluna do Meio. Dividido em editorias fixas, que contemplavam temas factuais, grandes reportagens, entrevistas, sessões de cultura e troca cartas, o tabloide diagramado em cores desenvolveu um esquema de circulação nacional até então nunca visto para um veículo de imprensa homossexual (LOCKS, 2018, p.40-41).

Para financiar o jornal, nove dos seus onze idealizadores iniciais se cotizaram para criar uma editora de capital fixo. Resolveram também tentar arrecadar dinheiro através de uma carta endereçada a 12 mil amigos e amigos de amigos homossexuais de todo o Brasil. (MACRAE, 2018, p. 143).

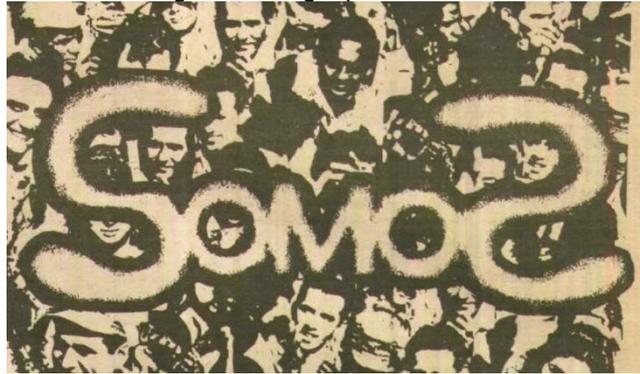
Durante seus três anos de circulação, o *Lampião da Esquina* manteve-se, de fato, contribuindo para a articulação do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB). Seu fim, em 1981, foi resultado de conflitos internos entre seu conselho editorial, além da constante batalha para manter seu financiamento e distribuição.

O periódico surgiu também com aspirações organizativas em relação ao Movimento Homossexual, que na época ainda apresentava poucos sinais de articulação. Alguns dos membros de seu conselho editorial estiveram presentes, em 1978, na fundação do Núcleo de Ação Pelos Direitos dos Homossexuais, subgrupo

criado dentro da organização de esquerda Convergência Socialista antes mesmo do surgimento do Lampião, alguns meses depois (MACRAE, 2018, p. 169). Apesar de não construir espaços amplos de mobilização em seus primeiros meses de atuação, limitando-se a discussões internas sobre as vivências dos militantes, o grupo apresentava-se crítico em relação às questões de representação da homossexualidade na mídia hegemônica. Seu primeiro manifesto foi um texto direcionado ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo denunciando o caráter antiético e preconceituoso utilizado pelos editores do jornal Notícias Populares em diversas matérias com a temática homossexual, reforçando o estereótipo do “homossexual-criminoso-trafficante-corrupto” (MACRAE, 2018, p. 173). Parte daí a importância de um periódico abertamente homossexual — ainda que alternativo — reivindicando espaço amplo na imprensa do período, atribuindo à homossexualidade outra esfera discursiva. Os editores do apresentavam, assim, além de um conteúdo, “um estilo, um modo de ser e de se comportar homossexual. E, sobretudo, maneiras de sair do gueto, de confessar e se dizer portador de uma sexualidade “minoría” (JUNIOR; SILVA; VIEIRA; 2013, p. 8).

Em fevereiro de 1979, após conquistar certa visibilidade em meio aos outros movimentos emergentes na cidade de São Paulo, o grupo alterou seu nome para Somos - Grupo de Afirmação Homossexual durante participação em uma mesa sobre a questão da homossexualidade na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP). O novo nome, baseado em publicação homônima atrelada à Frente de Libertação Homossexual da Argentina, foi bem recebido por ser curto e assertivo. A palavra “Somos” é, ainda, um palíndromo, podendo ser lida tanto da direita para a esquerda quanto da esquerda para a direita, fazendo “uma interessante brincadeira com ser um grupo de ‘invertidos’. Esse aspecto foi reforçado pelo logotipo escolhido, mas pouco usado, que era a palavra ‘Somos’, com o último ‘s’ invertido.” (MACRAE, 2018, p. 177).

Figura 6 - Logotipo do Somos



Fonte: LAMPIÃO DA ESQUINA 1979, nº 12, p. 3

A participação do coletivo no evento da USP foi central para agregar novos militantes ao movimento nos meses em que se seguiram e promover o surgimento de novos coletivos. Essa articulação do grupo marca o início da primeira onda do Movimento Homossexual no Brasil (FACCHINI, 2005). O Somos recebia centenas de cartas de pessoas de capitais ou do interior “nas quais se contavam histórias sobre o isolamento e a necessidade de se encontrar outros ou outras para conversar” (GREEN, 2014, p. 89). O grupo acabou por se fragmentar em múltiplos coletivos em maio de 1980. Os motivos que levaram a seu “racha” são multifatoriais, dada a pluralidade das pautas de seus integrantes. Havia, no entanto, uma constante discordância nos anos anteriores a 1980 sobre a participação do coletivo nas lutas amplas pela democracia. Destaca-se a discussão sobre a participação ou não do coletivo nos atos de 1º de maio promovidos em meio às greves do ABC Paulista, que só tiveram aderência de parte dos militantes do grupo.

Figura 7 - Intervenção de homossexuais no 1º de maio de 1980



Fonte: <https://bbc.in/4cfvRGa>. Acesso em: 15 mai. 2024.

Observava-se um proeminente protagonismo masculino na construção das pautas e discussões do Somos. As lésbicas do grupo costumavam pautar suas especificidades num subgrupo denominado Lésbico-Feminista (LF). Era de entendimento das próprias militantes do LF que “a questão lésbica não se esgota no movimento homossexual, mas evidencia a necessidade de discussões paralelas (...) na luta contra a dupla discriminação” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1980, p. 4). Cerca de um mês antes do racha geral do Somos, discordâncias de cunho político e quanto à estrutura interna fragmentada do coletivo já haviam resultado na cisão das mulheres com o grupo. Durante o 1º Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO), entre 4 e 6 de abril de 1980, a mesa “A questão lésbica: O machismo entre homossexuais e papéis sexuais” foi a mais movimentada do evento, contando com cerca de 70 pessoas durante suas duas horas e meia de duração sem que, no entanto, houvesse consenso quanto às formas possíveis de atuação e protagonismo da pauta lésbica junto ao grupo amplo. Em um pronunciamento do próprio Lésbico-Feminista (LF) sobre seu afastamento, publicado no Lampião, dizia a militante Cintya Sarti:

Sempre nos colocaram a necessidade de existirem mulheres no grupo para ensinar feminismo e apontar atitudes machistas. Achamos que a conscientização, embora em níveis diferentes para homens e mulheres, se dá da mesma forma, isto é, por meio de leituras, pesquisas e da reflexão contínua sobre os papéis heterossexuais de masculinidade e feminilidade. Acreditamos ainda que qualquer grupo realmente interessado em feminismo pode iniciar uma discussão sobre o tema, independentemente da participação de mulheres (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1980, p. 8).

Ao final de seu manifesto, em que as militantes do LF apontam sua necessidade de busca por autonomia e protagonismo de suas lutas, é reiterado o desejo em manter relações entre todos os grupos em atuação no momento, “desde que sejam preservados nossos objetivos de autonomia” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1980, p. 8). O Lésbico-Feminista acabou por alterar seu nome para Grupo Lésbico Feminista e, posteriormente Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF).

Outro apontamento importante para a compreensão da estruturação dos grupos lésbicos em torno da busca por autonomia de suas pautas dentro do movimento homossexual brasileiro é o período histórico em que ele se formou. O ano de 1975 foi declarado como ano Internacional da Mulher pela ONU e a década subsequente, até 1985, como Década da Mulher. O período marcou uma série de atividades públicas em São Paulo, Rio De Janeiro e Belo Horizonte, possibilitadas pelo abrandamento do aparelho repressivo, e contribuiu para o surgimento de diversos

grupos de mulheres em todo o país, além de iniciativas de imprensa feminista (COSTA, 2013, p. 5). O surgimento do LF e suas reflexões estão permeados, assim, não só pela articulação em torno da pauta da homossexualidade, mas também por uma “intensa circulação dos debates feministas e da negritude” (FRANÇA, 2022, p. 59).

Em consonância ao contexto político do LF, o ChanacomChana surge no cenário da imprensa alternativa do período como uma ferramenta de articulação política voltada tanto ao estabelecimento tanto de laços de solidariedade — como é o caso das já mencionadas articulações contra a violência policial em São Paulo — quanto de críticas aos sistemas de representação existentes até então, seja na grande imprensa ou nos veículos alternativos de comunicação homossexual e feminista. Sua primeira edição foi lançada um ano após a cisão do LF com o Somos. Publicada em formato tabloide em janeiro de 1981, trazia em sua capa uma entrevista exclusiva com a cantora Angela Ro Ro, de título “Não me envolvam, eu me envolvo”, onde a cantora fala sobre sua carreira e sexualidade em meio ao regime ditatorial. A entrevista, publicada em duas páginas inteiras, por vezes assume um caráter de diálogo, em que as entrevistadoras discordam da visão política de Angela em relação ao lesbianismo. A cantora adota uma postura aversa aos “rótulos”, a que chama de “carimbos”, comum a muitos membros da classe artística desse período, fato que gera discordância das entrevistadoras. Observa-se, assim, uma alternância entre um modelo estruturado e não estruturado de entrevista, onde as entrevistadoras tentam pontuar a importância da afirmação da identidade lésbica.

Figura 8 - Capa da edição piloto do ChanacomChana

CHANA COM CHANA

ANGELA RO RO:
**“NÃO ME ENVOLVAM
 EU ME ENVOLVO”**

**ENTREVISTA
 EXCLUSIVA**



O homossexualismo ainda é um assunto obscuro, digo maldito, para a maioria das pessoas. Ele encontra-se situado no cruzamento do pecado com o preconceito.

Talvez por isto, poucos artistas se predisponham a falar sobre suas preferências sexuais. Equivaleria a colocarem-se sob o juízo inflacionário da opinião pública. Este parêntese é um desabafo pela nossa sociedade que possui uma absurda e arraigada tradição moralista, que precipita um "certo apelo" às ações brutais e arbitrárias da polícia, vide operações de "super-Richetti" em São Paulo.

Mas, Angela Maria Diniz Gonsalves, vulgo Angela Ro Ro, é exceção. No bate-papo informal que constituiu esta entrevista, Angela fala com espontaneidade. Afinal, ninguém estava na confortável posição de crítico. De um lado Angela, de branco (era sexta-feira), decote e sorriso; e de outro Marisa, Maria Serrath, Silvana, Miriam, Cris e Conceição — 6 lésbicas então atuantes no GALF (Grupo de Ação Lésbica-Feminista), para as íntimas L.F.

Para esta cantora-compositora-pianista o sexo é uma crise naturalíssima. Qualquer um. O praticado entre duas Mulheres. Entre uma mulher e um homem. Um homem com outro homem, e todas as possíveis variações.

Esta postura de Angela RoRo, nada discriminatória, é defendida de uma cidadela, construída ao longo de 30 anos. Tendo por base uma família classe média-alta, muita porralouque cultivada nos bares no baixo Leblon e um plano sempre aberto às últimas inconseqüências da música e da vida.

GRUPO — Angela, nos seus shows observamos uma alternativa na relação artista-público. Há toda uma práxis contra a repressão. Todos se manifestam, existe um espaço aberto. Há inclusive muitas colocações suas literalmente lésbicas...

ANGELA — Eu, honestamente, não falo aquelas loucuras no show intencionalmente (rindo) sai porque sai. Quando em maio de 79, frente a 350 pessoas, a maioria amigos, eu subi ao palco do Teatro Ipanema para dar início a um trabalho, meus pés, minhas mãos, meu corpo todo tremia. Eu estava tomada de emoção, muito comovida. O coração aqui (na boca). Não dava mais. Aí eu gritei — SO-CORRO!... e descobri que conversar ajudava a descontraír. Quando dei por mim estava no meio de uma história — da minha. Uma certa hora, eu ia usar o termo "a pessoa que eu amo", mas lembrei que era um termo tão entendido, tão gay. Curti com a brincadeira dizendo no lugar "a mulher que eu amo". No mais sou uma pessoa com tendências mais homossexuais que heterossexuais.

GRUPO — E este fato não é uma ameaça constante a sua carreira?

ANGELA — Estipulei desde o início do meu trabalho, que se haveria alguém abrindo concessão, seria eu por estar trabalhando. A música é minha coisa mais sagrada, deixaria de ser se eu tivesse que me violar. Se alguém não quer, não gosta, fim. Não compre o disco e não vá ao show.

GRUPO — O primeiro disco saiu cheirando a amor — muito romântico, e o segundo?

ANGELA — Ih... o segundo disco cheira tanta coisa (risos). Neste disco gravei coisas dos outros e minhas. Sabe, há um ano que não componho. Isto não me apavora, mas me preocupa (risos). Eu sento no piano e não sai nada. Acho normal. Não posso ficar me forçando. Quando estou com vontade de tocar, lá pelas 4 da manhã, nunca acho um piano. Se acho, vou dar uma canja, não vou compor num bar, né?

GRUPO — Como você situa Angela RoRo dentro do panorama da MPB? Ocupando uma ampla escala que vai de Dolores Duran à Rita Lee?

ANGELA — Eu sou aquela que vai do B ao B — do bolero ao blue. Eu dos 8 aos 15 anos estudei piano erudito, até no jeito que eu toco rock o erudito está lá, é só pro-

Fonte: CHANACOMCHANA, n. 0, 1981, capa

Posicionado como aparente contraponto à opinião de Angela Ro Ro, o segundo texto publicado nesta edição é de autoria da jornalista e advogada Maria Carneiro da Cunha. A autora, que se identifica enquanto heterossexual e feminista, disserta sobre a discriminação sofrida por lésbicas no movimento feminista e por homossexuais no movimento de esquerda.

Democracia é uma palavra muito fácil de ser dita, mas uma coisa bem difícil de ser vivida. Acho que a primeira coisa que faz com que ela possa ocorrer dentro é a aceitação do que é diferente, que é a base de toda verdadeira tolerância. Porque todas as discriminações começam a partir de diferenças, porque também da boca pra fora admitimos que todos são iguais, mas na prática, parece que consideramos que uns são mais iguais que outros (CHANACOMCHANA, 1981, p. 3).

Por fim, a última página da edição apresenta um expediente, editorial, e o texto “Exercício de liberdade”, assinado por Miriam Martinho, militante do então LF, discorrendo sobre as dificuldades de se construir um coletivo sem estrutura hierarquizada e que contemple as demandas específicas de suas integrantes.

A vivência do Grupo de Ação Lésbica-Feminista, em seu primeiro ano de atuação, trouxe essas constatações e muitas perguntas que nos repetimos frequentemente. Estamos procurando uma nova realidade, novas formas de conduta e de relações entre mulheres e temos consciência que a concretização de tudo isso é um caminho longo e árduo (CHANACOMCHANA, 1981, p. 4).

Após a publicação de janeiro de 1981, uma nova edição do ChanacomChana só voltou a ser veiculada quase dois anos depois, em dezembro de 1982, apresentando uma nova proposta gráfica e periodicidade ainda espaçada nas primeiras edições, motivada principalmente por questões financeiras. O periódico apresenta-se, a partir daí, como um material informativamente mais robusto, apresentando maior quantidade de texto e páginas, com maior diversidade de informações e factualidade, colocando-o em espaço de evidência no que se considera como a primeira onda da Imprensa Lésbica Brasileira. Esses boletins, assim como outros pequenos materiais independentes, configuram-se enquanto importantes “tecnologias de gênero” no período, na medida em que foram fundantes ao fortalecimento das vozes de mulheres lésbicas num contexto social em que a visibilidade e o reconhecimento de suas experiências eram escassos (LAURETIS, 1987).²⁰

²⁰ Ainda que o conceito de tecnologia de gênero trabalhado por Teresa de Lauretis se refira à indústria cinematográfica, outras produções mais recentes sobre a construção e naturalização de noções a respeito do gênero na comunicação adaptam o termo ao aparelho jornalístico (PEREIRA, 2009).

3 EXERCÍCIO DE LIBERDADE: O CHANACOMCHANA E A CONSOLIDAÇÃO DA IMPRENSA LÉSBICA NO BRASIL

O início dos anos 1980 ficou marcado pela desarticulação de diversos coletivos do Movimento Homossexual Brasileiro. Ainda que o contexto de abertura política do período fosse relativamente favorável ao surgimento de novas mobilizações de cunho social, como as greves operárias do ABC paulista no final dos anos 1970 e o Movimento Diretas Já, a comunidade LGBTQIAPN+ enfrentava, para além de problemas de em sua estrutura interna, o agravamento de uma batalha travada internacionalmente: a epidemia de HIV/AIDS. Segundo levantamento veiculado na edição de dezembro de 1982 do Grupo Gay da Bahia (GGB), dos 22 grupos homossexuais em funcionamento no Brasil em 1980, restavam apenas oito em atividade, sendo apenas três em São Paulo: o GALF, o Somos, e o Grupo Outra Coisa (MOTT, 2011, p. 71-72). A mobilização política tocada pelo GALF e outros grupos brasileiros em atividade, como o Somos, o Grupo Libertário Homossexual da Bahia (GLH) e Grupo Gay da Bahia é um dos marcos da chamada segunda onda do movimento homossexual brasileiro.

Facchini (2005) pontua que, para além da epidemia de HIV/AIDS, o fim do *Lampião da Esquina*, em 1981, teria deixado os grupos homossexuais “órfãos do meio de comunicação por meio do qual faziam circular suas ideias e divulgar suas atividades por todo país, dentro e fora do movimento” (p. 73).²¹ O periódico também consistiu de um importante veículo de disseminação de pautas de mulheres lésbicas. Especialmente a partir da edição nº 12 do periódico, de maio de 1979, com manchete “Amor entre mulheres”, em que é manifestada a importância da temática lésbica na imprensa e nos espaços de militância como um todo, o periódico passou a apresentar uma maior preocupação em reverberar vozes de mulheres lésbicas. Dizia o texto “Nós também estamos aí”, assinado em nome das então militantes do Somos:

Nós estamos atrasadas e não é apenas porque o *Lampião* já tem um ano, já anda, fala muita coisa, balbucia outro tanto. Nós estamos atrasadas porque existimos, mas sempre abdicamos de existir. Pela primeira vez na história deste país, um grupo de mulheres se reúne para falar e escrever acerca de

²¹ A maioria dos relatos do período situam o periódico como um aglutinador central do movimento. Esse “vácuo” causado pelo fim do *Lampião* justificava-se pela sua alta tiragem — entre 15 e 25 mil exemplares já nas primeiras edições — e grande abrangência territorial, resultado de um esquema de distribuição mensal negociado a duras custas com jornalheiros e distribuidores de periódicos (LOCKS, 2018, p.41-42). Até então, as publicações homossexuais do período limitavam-se a circulação local.

sua homossexualidade. Aquelas mulheres sempre esquecidas, negadas e renegadas, exatamente por não se submeterem aos papéis que a sociedade machista impõe como seus papéis naturais, no mês consagrado por essa mesma sociedade à função “sublime” da mulher, pedem a palavra e descem o verbo (LAMPÍÃO, nº 12, 1979, p. 7).

Embora essa edição não tivesse sido construída exclusivamente por lésbicas, a intervenção feita pelo grupo caracteriza-se como um momento fundante nos escritos produzidos por mulheres a respeito da homossexualidade feminina. Foi a partir da construção das pautas dessa edição que as ativistas do Somos constataram a importância de criar o Lésbico-Feminista, um grupo específico para pautar suas demandas junto ao resto do coletivo. “A emergência do movimento de lésbicas no Brasil acontece, portanto, entremeada com a escrita” (AGUIAR, 2017, p. 30).

A categorização de uma Imprensa Lésbica no Brasil, desenvolvida por Paula Évelyn Silveira Barbosa (2019), refere-se a periódicos construídos por mulheres lésbicas desde seu planejamento. Sua primeira fase, compreendida entre 1981 e 1987, inclui as publicações *Iamuricumá* (1981), *ChanacomChana* (1981), *Amazonas* (1983), e *Xerereca* (1987). Essas publicações aparecem estruturadas em conjunto na primeira fase por comporem um período histórico de disputa de consciência em meio à reelaboração do aparato democrático ocorrido até a promulgação da Constituição Federal de 1988. Cada uma delas apresentava, no entanto, “especificidades relativas às subjetividades das mulheres envolvidas em sua produção, ao local em que foram concebidos e ao público que alcançavam” (BARBOSA, 2019, p. 63). Por exemplo, o *ChanacomChana* e o *Amazonas* eram publicações ligadas ao movimento lésbico organizado. O primeiro, publicado em São Paulo, era atrelado ao GALF, e o segundo, de Salvador, ao Grupo Libertário Homossexual da Bahia (GLH). Já o *Iamuricumá* e o *Xerereca*, ambos do Rio de Janeiro, não se relacionavam diretamente a nenhum movimento organizado. Essa distinção sobre o caráter vinculatorio dos periódicos não significa uma despolitização por parte de alguns deles, mas sim um processo de identificação e aproximação de grupos de lésbicas com base no estigma.

Frequentemente, as pessoas que têm um estigma particular patrocinam algum tipo de publicação que expressa sentimentos compartilhados, consolidando e estabilizando para o leitor a sensação da existência real de “seu” grupo e sua vinculação a ele. Nestas publicações a ideologia dos membros é formulada - suas queixas, suas aspirações, sua política. (GOFFMAN, 2004, p. 24)

As propostas de algumas dessas publicações não se apresentavam, muitas vezes, com posicionamentos ou objetivos políticos bem delimitados, mas elas

mantinham vínculos explícitos por compartilharem de necessidades ou inimigos em comum, como em casos de denúncia à truculência policial ou à maneira como a homossexualidade era retratada na mídia hegemônica. Essa desvinculação a normas rígidas de um “fazer” comunicacional ou militante também se apresenta potencialmente proveitosa na medida em que suscita novas propostas de intervenção às dificuldades enfrentadas pela imprensa alternativa. O editorial de apresentação do *Iamuricumá*, por exemplo, pede às leitoras que assumam o compromisso de fazer cópias das quatro páginas da publicação e passá-las adiante:

A ideia dum jornal, dum revista, existe também pra mais tarde. Essa forma de “corrente” nos parece mais barata e permite o anonimato a quem dizer, e criaremos uma Rede Nacional. Basta você assumir o compromisso de fazer 5 (cinco) cópias deste exemplar, seja com xerox/com carbono ou mesmo à mão. Cinco não é muito!! E será fácil encontrar outras 5 mulheres para passá-las adiante. (*IAMURICUMÁ*, 1981, n. 1, p. 2).

Há que se denotar, ainda, o caráter frequentemente anárquico presente tanto em muitos setores do MHB quanto nas pautas de publicações homossexuais surgidas no período da abertura política. Essa proposta ampla de autonomia, alicerçada em uma crítica à maneira como a questão sexual era rechaçada tanto pelo regime ditatorial brasileiro quanto por diversos setores da esquerda, parece ter aproximado o pensamento de diversos militantes do Movimento Homossexual Brasileiro dos ideais de movimentos libertários de contracultura. Destaco aqui especificamente o movimento punk porque, para além da proposta política explicitamente anárquica e combativa, há uma apropriação estética dos boletins em relação aos métodos de confecção e distribuição de materiais amplamente utilizados por essa subcultura, em especial nos meios urbanos: os zines.

Surgidos nos Estados Unidos na década de 30 e popularizados no Brasil a partir de 1965, os fanzines se difundiram na subcultura punk por serem publicações artesanais de fácil confecção, com elaboração criativa e manual, baseada em buscar conteúdos, redigir textos, selecionar cartas a serem publicadas, desenhar, criar gravuras, fotos, diagramar e os datilografar (LEITE, GOVEIA, 2013, p. 4). De maneira similar às primeiras publicações homossexuais, sua difusão ocorreu com fins mais recreativos, como divulgar e debater eventos musicais, mas se voltaram a temas mais declaradamente políticos em meio à rearticulação dos novos movimentos sociais no Brasil.

Não é possível, apesar das visíveis aproximações, caracterizar os periódicos da primeira fase da Imprensa Lésbica brasileira exclusivamente na categoria de zines. Alguns deles apresentam elementos clássicos de publicações atreladas a preceitos jornalísticos, como editorias, periodicidade, política de financiamento e — o que me parece mais interessante — a busca pela opinião do leitor. Ainda que a autonomia seja uma característica amplamente reforçada pelas militantes do GALF, por exemplo, há uma evidente preocupação em disputar a consciência do público por meio do diálogo.

Avaliando essa hibridez classificatória em relação aos formatos desses veículos, a conceituação de Imprensa Lésbica Brasileira de Barbosa (2019) considera a classificação dos periódicos da primeira onda como veículos de “imprensa alternativa” um desvio analítico pois, embora compartilhem semelhanças, não participam cronologicamente do período de surgimento desse segmento. No caso do ChanacomChana em específico, sua aproximação com a categoria de imprensa alternativa permanece relevante porque o periódico compartilha de um profundo caráter opositor ao regime militar e se mantém vinculado a outras publicações alternativas do período. Pontuo também uma consideração de Kucinski (2003) sobre o movimento de veículos alternativos não terem tido a ditadura como sua única razão de existência.

Nem a ditadura podia sozinha explicar a riqueza do fenômeno alternativo, a diversidade de suas manifestações ou a tentativa, conforme, de criar todo um “modelo ético-político”, com formas e estratégias próprias, que se confrontaria com o sistema dominante muito mais no campo permanente da tentativa de construção de uma contra hegemonia ideológica do que no campo conjuntural da resistência à ditadura. (KUCINSKI, 2003, p. 12)

Peruzzo (2008), apresenta a conceituação de comunicação comunitária como uma vertente à ideia dos veículos alternativos. O termo ganha expressividade em meio à redemocratização e conseqüente reconfiguração das pautas do que se tinha como imprensa alternativa no período. A autora reitera a aproximação feita por Dornelles (2006) do conceito ao de imprensa militante por caracterizá-la pela existência de “vínculos identitários, não possuir finalidades lucrativas e estabelecer relações horizontais entre emissores e receptores com vistas ao empoderamento social progressivo da mídia e ampliação da educação, cultura e cidadania” (PERUZZO, 2008, p. 375-377).

Reiterando a falta de compromisso em atender a uma categorização rigorosa de Comunicação Lésbica, mas sim de identificar as potencialidades de suas práticas, observa-se a criação de redes baseadas em uma noção ampla de comunidade como o grande caráter comum a todas essas produções. A busca por estabelecer uma categorização de gênero textual estanque à produção de conteúdo dos veículos de imprensa lésbica apenas limitaria as possibilidades de análise de suas abordagens, visto que eles se constroem de forma complementar, integrativa com complexidade diversa (MARCUSCHI, 2008, p. 156-159).

3.1 FAÇA VOCÊ MESMA: ASPECTOS TÉCNICOS DO CHANACOMCHANA

A edição de lançamento do ChanacomChana apresentou características gráficas diferenciadas em relação às demais. Com temas pouco factuais, composto por uma entrevista e outros dois textos de caráter opinativo, foi um material produzido para distribuição durante o III Congresso da Mulher Paulista. Impressa em apenas quatro páginas em formato tabloide, um tamanho de folha que se aproxima de uma A3 muito atrelado a veículos de imprensa, teve seus textos produzidos por militantes do GALF e outras colaboradoras, como a jornalista e advogada Maria Carneiro da Cunha. As páginas eram formatadas em quatro colunas e a edição apresentava certo refinamento técnico para a época, com textos em contorno e imagens mais nítidas.²²

²² A edição em boa qualidade está disponível em: <https://bit.ly/3TtpFDn>. Acesso em: 15 mai. 2024

editora foi responsável pela confecção do design de outros periódicos nas décadas de 70 e 80, como o Ovelha Negra, criado pelo cartunista Geandré, distribuído para venda com fins lucrativos, e o “mensager”, um boletim religioso sem finalidade comercial atrelado ao Grupo Espírita Cairbar Schutel.²³ Por ser um método caro de confecção, era pouco usado por grupos com possibilidade de financiamento restrita. Na época, o GALF era composto em sua maioria por estudantes na casa dos 20 anos com pouco poder de compra. A única jornalista de ofício que se tem registro no grupo foi Vanda, que na época trabalhava para a Folha de S. Paulo (MARTINHO, 2021). O custeio da confecção do periódico foi viabilizado por causa da doação de uma das militantes, Maria Teresa Aarão, conhecida como Teca (BARBOSA, 2019, p. 19).

Sem viabilidade monetária para custear a produção de um material tecnicamente semelhante ao piloto de 1981, as militantes do GALF revisitaram a ideia de sua confecção a partir de 1982 por meio de práticas de Do It Yourself (DIY), ou “faça você mesmo”, atreladas à matriz ética e estética das zines (MARTINHO, 2023). As edições eram com confecionadas a mão por meio de colagens de fotos, textos, letras adesivas, guache, nanquim dentre outras técnicas artesanais típicas da criação de zines, e posteriormente datilografadas. Nas páginas internas, o conteúdo era disposto de maneira variada, alternando entre organizações de conteúdo com uma, duas ou três colunas, a depender da aparente necessidade de espaço.

Figura 10 - Páginas do ChanacomChana com colunagem única, dupla e tripla, respectivamente



Fonte: CHANACOMCHANA, nº. 10, 1986, p.8; nº. 3, 1983, p.1; Idem, nº 4, 1983, p. 18

²³ A editora em questão chamava-se Afa. As publicações editoradas pela empresa mantinham como padrão um expediente que a mencionava. O Ovelha Negra é um periódico presente em diversos acervos, inclusive vendido e leilado em sites na internet. Já as edições do Jornal Mensagem estão disponíveis digitalizadas em acervo online: <https://bit.ly/3TRQ08z>

Especialmente nas primeiras edições, o conteúdo era produzido quase que inteiramente pelas próprias militantes. Com a popularização do periódico e criação de redes de contatos do GALF, começaram a ser agregados conteúdos externos. Era comum que materiais relatando experiências de militantes, como encontros ou experiências individuais, aparecessem sob a forma de texto corrido em apenas uma coluna ou no máximo duas colunas. Já espaços com informes rápidos e trocas de caixas postais, por exemplo, apareciam com colunagem dupla ou tripla, algumas vezes com fonte menor do que a do resto do conteúdo, ocupando espaços que variavam de menos de uma página a até três páginas, caso fosse necessário. As imagens eram dispostas intercaladamente com o texto por meio de colagens. Eram utilizadas tanto ilustrações quanto fotos.

No que tange à seleção das imagens para o periódico, além de eventuais ilustrações ou fotos feitas pelas próprias militantes²⁴, tanto de sua participação de encontros quanto conteúdos eróticos, nota-se a evocação de signos relevantes ao resgate da história da lesbianidade, como é o caso do labrys, do símbolo lésbico formado por dois símbolos do feminino entrecruzados, ilustrações referenciando as amazonas e a própria vulva. Há a repetição desses símbolos em diferentes edições, de maneira a reiterá-los junto ao imaginário das leitoras.

²⁴ Alguns exemplos das fotos publicadas no periódico estão presentes no terceiro capítulo deste trabalho.

Figura 11 – Símbolos e referências ao feminino e ao lesbianismo em múltiplas edições do ChanacomChana



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Nota-se, novamente, a intenção das editoras em “romper com o estudo linear do período e estabelecer conexões com outras temporalidades” (SILVA, 2023, p. 21). O resgate imagético somado aos textos busca, assim, situar a lesbianidade não apenas no tempo presente, mas também reivindicar sua memória. Ao resgatar a história das Amazonas ou de Safo e da ilha de Lesbos, por exemplo, o periódico recompõe memórias a respeito do lesbianismo que, por meio de políticas de apagamento, são frequentemente condicionadas ao domínio do ilusório.²⁵

A análise das capas do ChanacomChana permite uma visualização do desenvolvimento das integrantes do GALF junto ao periódico. A disposição das informações em capas, seja de periódicos ou outras publicações, desempenha uma função pragmática a mais do que o resto da diagramação por ser geralmente o

²⁵ A história das Amazonas é contada como um mito grego. Safo tem sua condição afetiva e sexual omitida nas narrativas sobre sua produção literária, e assim por diante (NAVARRO-SWAYN, 2004).

primeiro contato com o leitor, tendo grande efeito dialógico por constituir uma “estratégia a serviço das intenções do sujeito enunciador que pretende influir sobre o leitor, interessá-lo, senão convencê-lo, numa situação real de interlocução” (TRAVASSOS, 2011, p. 102). Sua análise centra-se, no geral, em torno de três elementos principais: a cor, a tipografia e as imagens, atentando-se tanto à sua presença quanto à disposição na página. O caráter mimeografado do ChanacomChana limitava o uso de cores ao preto e branco, com poucas variações tipográficas, o que conferia às imagens grande importância no diálogo com o enunciante. De forma geral, pode-se utilizar a construção das páginas ao longo das edições do ChanacomChana em dois modelos.

O primeiro modelo apresenta uma composição com mais informações, intercalando-se entre elementos gráficos e textuais, com características tradicionalmente atreladas a jornais do período. Esse modelo de capa apresentava geralmente em torno de três chamadas para conteúdos internos, que ocupavam a página de maneira relativamente proporcional, e é observado em edições que apresentam conteúdo com menos perecível, como reportagens e entrevistas, textos opinativos e crítica de livros e peças teatrais.

Figura 12 - Capas das edições 5, 6 e 7 do ChanacomChana



Fonte: CHANACOMCHANA, nº. 5, 1984, capa; Idem, nº 6, 1984, capa; Idem, nº7, 1985, capa

Já o segundo formato apresenta uma única imagem de destaque acompanhada do chamado da matéria principal da edição, as vezes com algumas outras chamadas

em texto menor, com menos destaque. Essa prática de hierarquização, mais comum a revistas, é observada nas edições em que a atenção das militantes volta-se para um fato ou tema específico, como edições de aniversário do periódico, em que são desenvolvidos conteúdos mais extensos a respeito da atuação do GALF, ou acontecimentos de interesse mais singular, como o Levante do Ferro's Bar e a Constituinte. Nesses casos, a tipografia também assume caráter mais importante, com a manchete apresentando-se em letras mais pesadas.

Figura 13 - Capas das edições 3, 4 e 11 do ChanacomChana



Fonte: CHANACOMCHANA, nº. 3, 1983, capa; Idem, nº 4, 1983, capa; Idem, nº11, 1986, capa

Observa-se uma série de características híbridas a múltiplos gêneros e estruturas de construção da informação que se interpolam de forma complexa com o objetivo de suprir as demandas situacionais do grupo (MILLER, 2009, p. 23). O jornal é uma “experimentação estética de suas editoras, que foram modificando seu layout ao longo das edições, procurando as melhores formas de tornar o boletim mais atrativo e com as suas informações expostas de melhor forma” (FRANÇA, 2022, p. 100-103). Seu refinamento técnico vai se concretizando com base no aprendizado e trocas entre as próprias militantes, o que corrobora diretamente com a proposta de comunicação comunitária, feita pela e para a comunidade.

Apesar do resultado sofrível em particular dos primeiros números, o boletim foi encampado pelas lésbicas de então sem problemas, mais interessadas em ler alguma publicação que falasse de suas vivências do que com questões estéticas (MARTINHO, 2021).

No que diz respeito às políticas de financiamento, criou-se uma espécie de cultura monetária interligada entre o GALF e o ChanacomChana. Além das vendas de jornais, o periódico também contava com um esquema de assinatura e envio de edições por correios. Os valores variavam conforme a edição veiculada (APÊNDICE B). Nota-se um crescimento exponencial do preço cobrado pelas edições, resultado de uma política financeira que visava tanto a impressão das edições do ChanacomChana quanto o suporte a atividades do GALF. Desenvolveu-se uma espécie de clube de filiação para as leitoras, que as dava mais acesso tanto a editorias do ChanacomChana quanto à agenda política do GALF.

Figura 14 - Anúncio de filiação ao GALF

T I R E A M Á S C A R A ! !
A S S O C I E - S E A O G A L F

Agora, com apenas Cz\$20,00 por mês, você pode associar-se ao GALF e colaborar com o nosso trabalho. Associando-se você passa a :

- 1) integrar a nossa lista de correspondentes (com endereços de mulheres de todo o Brasil) que é publicada no ChanacomChana a cada edição;
- 2) obter informações sobre pontos de encontro (bares, boates, hotéis) e sobre entidades lésbicas, feministas e homossexuais do Brasil e do exterior;
- 3) receber o histórico do GALF e indicações de livros sobre feminismo, lesbianismo e homossexualidade. (Também xerocamos livros nacionais e importados a pedidos);
- 4) receber informes sobre as atividades públicas que o GALF pretende realizar e a contar com o nosso apoio psicológico e afetivo quando precisar.

* Envie cheque ou vale postal para o GALF (só a sigla), CAIXA POSTAL 62.618, CEP 01214, SÃO PAULO.

Algumas edições anunciavam também oportunidade de compra de xerox de livros da biblioteca do GALF, tanto do campo da teoria feminista quanto de ficção e romances. Ocorria, ainda, a veiculação de alguns anúncios, em geral de estabelecimentos comerciais com enfoque à comunidade LGBTQIAPN+, como discotecas, bares e casas de chá e saunas. Não eram muitos. Um fichamento das edições permite a localização de 12 anúncios de estabelecimentos desse gênero. Assim como as editoras do GALF assinavam os textos apenas com o primeiro nome (APÊNDICE C), o medo de retaliação e perseguição tornava uma política de financiamento baseada em anúncios muito difícil para um periódico “subversivo”, o que fazia a busca por anúncios entre donos e donas de estabelecimentos ser uma luta constante travada pelas editoras (FRANÇA, 2022, p. 99-100).

Figura 15 - Seção de anúncios do ChanacomChana

*** ANÚNCIOS ***

milestantes  **ESTANTES BOAS
E BARATAS**

Av. Ibirapuera, 2934 - tel: 543.1989
Av. Faria Lima, 1784 - tel: 815.3084



FERRO'S BAR
RESTAURANTE - PIZZARIA
R. Martinho Prado, 119 - S.P.
Tels. 257-9903 - 258-0004

ANUNCIE NO CHANACOMCHANA E
SEU ANÚNCIO ESTARÁ CIRCULANDO
POR ATÉ DOIS MESES À UMA TAXA
MÍNIMA. GALF, CX. POSTAL 62.618 SP

Fonte: CHANACOMCHANA, nº. 5, 1984, p. 14

Já a impressão dos boletins, com tiragem média girando em torno de 500 unidades, era realizada em gráficas de universidades ou pela cota de impressões em gabinetes de parlamentares aliados à causa, como a então vereadora pelo PT Irede

Cardoso (MARTINHO, 2019). As vendas do periódico eram realizadas em locais de encontro conhecidos entre lésbicas em São Paulo, além de eventos e encontros de organizações militantes. Junto à lógica de assinaturas de edições, começou a ser veiculada também a possibilidade do envio do periódico por correios, inclusive para o exterior. A edição de nº 11, por exemplo, comemorava: “Agora tem gente lendo ChanacomChana em diversas partes do Brasil... Junte-se a nós!”

Figura 16 - Anúncio de compra do ChanacomChana por correios

AGORA TEM GENTE
LENDO CHANACOMCHA
NA EM VÁRIAS PAR-
TES DO BRASIL....
JUNTE-SE A NÓS!!

FAÇA SUA ASSINATURA DO BOLETIM
CHANACOMCHANA ENVIANDO UM CHEQUE
OU VALE POSTAL, EM NOME DO GALF,
PARA A CAIXA POSTAL 62.618, CEP
01214*, SÃO PAULO.

ASSINATURA POR 4 n^os....Cz\$60,00

Números Anteriores(7, 8, 9 e 10)
.....Cz\$45,00

ASSINATURA PARA O EXTERIOR.....
.....US\$20

NOME.....
ENDEREÇO.....
CEP.....CIDADE.....ESTADO.....
PROFISSÃO.....IDADE.....

Fonte: CHANACOMCHANA, nº. 11, 1986, p. 9

Observa-se, nesse sentido, que a redemocratização apresentou novas possibilidades para a sociabilidade lésbica. O projeto de veiculação ampla do ChanacomChana contribuiu para a criação de um senso de identidade e suporte para pessoas geograficamente dispersas, encenado pela “possibilidade de comprar um produto que revela uma vinculação a uma subjetividade coletiva” (BANDEIRA, 2006, p. 41).

3.2 “UM VEÍCULO DE SONHO”: ASPECTOS EDITORIAIS DO CHANACOMCHANA

Desde sua edição piloto, de janeiro de 1981, o ChanacomChana apresenta-se interessado numa disputa discursiva ampla a respeito do imaginário sobre a lesbianidade. Em seu primeiro editorial, as militantes explicam a intenção multifacetada proposta pelo nome “ChanacomChana”.

A palavra CHANA não pode ser sumariamente definida como “órgão sexual feminino”. É algo tão mais amplo quanto os contrapontos de existir. Que a palavra CHANA soe para uns como “CHANCE”; para alguns como CHANCA (pé grande — sapatão?), e para outros como “CHAMA”. O importante é isentar-se das conotações (CHANACOMCHANA, 1981, p. 4).

Já em seu título, o projeto discursivo do periódico apresenta-se como uma provocação criativa a quem o lê. Ao analisar suas múltiplas construções linguísticas, Lessa (2007) observa as possibilidades de significação baseadas na ânsia pela reivindicação de um espaço no discurso social. Seja por meio da significação do termo “chana” atrelado ao biológico da genitália; à reinterpretação de um termo socialmente negativado, com “chanca/sapatão”; na erotização proposta por meio de sua relação com “chama”; ou no horizonte político atrelado à ideia de “chance”, observa-se a elaboração de sentidos do periódico estruturada em múltiplas estratégias de ação. “Seu projeto político parece tender para representações plurais, para estratégias de visibilidade, ao que é definido como ‘minoría’, apontando para seu caráter construído e ideológico” (LESSA, 2007, p. 104).

Após a publicação do piloto, no começo de 1981, uma nova edição do ChanacomChana só voltou a ser veiculada quase dois anos depois, em dezembro de 1982. Todas as doze edições publicadas a partir daí apresentam uma nova proposta de diagramação. O formato tabloide da primeira edição é substituído por uma estrutura gráfica mais simples, porém com conteúdo mais robusto. Nota-se uma organização em torno de seções que podiam ou não ser fixas. Dentre as fixas, estão a parte de “Informes”, que apresenta conteúdos mais factuais relativos ao período de circulação de cada número do periódico; a seção de Poesias, que surge na terceira edição; e a seção de Cartas e Caixas Postais, que surge a partir da segunda edição e se mantém fixa até a última. Outras seções aparecem conforme as necessidades de produção de conteúdo de cada uma das edições. Textos com a marcação “Uma história de Heteror”, por exemplo, são vistos quando há algum relato a respeito de alguma

situação de lesbofobia, seja das militantes ou de alguma leitora. Da mesma forma, a seção “Deu no Jornal”, por vezes integrada também aos informes, reunia matérias e conteúdos veiculados na mídia sobre lesbianidade. Já a tarja “Em Movimento” voltava-se especificamente para informes a respeito da questão homossexual.

A coerência na constância ou não das seções ao longo das edições envolvia, portanto, as elaborações em torno da matriz transformadora proposta pelo periódico já em seu nome. Ainda que nem sempre regulares, as temáticas trabalhadas no ChanacomChana circundam as múltiplas estratégias de ação adotadas tanto pelo GALF quanto pelo periódico enquanto produto de comunicação militante: propunham intervenções na mobilização por direitos, mas também disputavam o imaginário em torno das esferas do desejo, dos afetos, da sexualidade, da informação e da cultura em seus sentidos mais amplos, prezando pela construção de uma subjetividade coletiva e plural em torno da identidade lésbica.

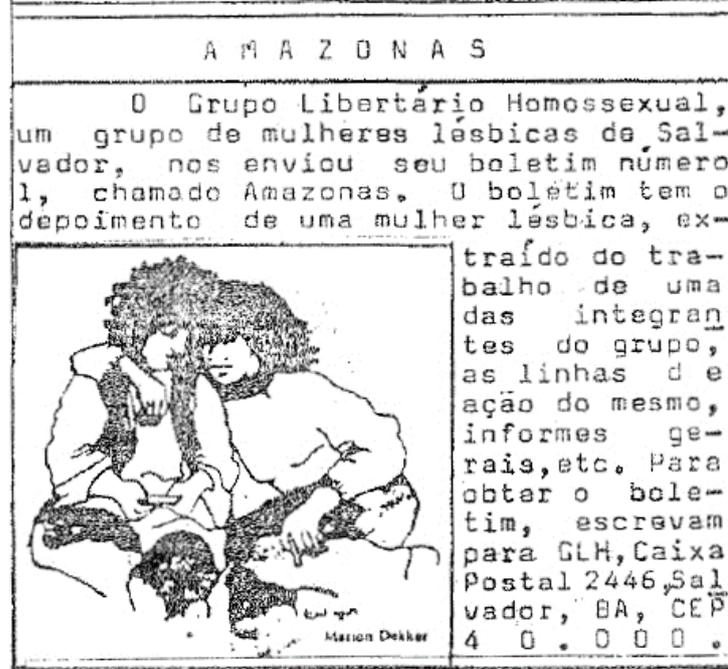
Essa inconstância de seções faz com que se constitua como analiticamente mais frutífero um estudo editorial que preze pela atenção à intencionalidade envolvendo a publicação dos múltiplos conteúdos no ChanacomChana do que uma classificação sistemática de seus conteúdos com base catalogação das editoriais presentes em cada uma das edições. Essa intencionalidade continua dialógica com gêneros comuns a veículos de comunicação e permite a observação da amplitude das propostas de intervenção discursiva enunciadas pelo ChanacomChana. Dentre os gêneros jornalísticos mais proeminentes no periódico, destacam-se o informativo por meio de notícias e reportagens, o opinativo, por meio de editoriais e cartas, e o diversional, materializado por textos ou intervenções imagéticas com tom mais humorístico (MELO 2016).

No que tange aos conteúdos factuais do periódico, nota-se um proeminente interesse em informar aos leitores sobre temas intrinsecamente ligados ao público homossexual e feminino²⁶, como atualizações sobre o trâmite e aprovação de legislações que garantissem ou revogassem direitos a esses indivíduos; notícias e relatos detalhados sobre a participação das militantes em eventos e mobilizações com atuação do GALF; divulgação de eventos que aconteceriam nos meses seguintes à publicação das edições; e o surgimento de outros grupos organizados e periódicos voltados ao mesmo público do ChanacomChana. A 6ª

²⁶ O terceiro capítulo dessa dissertação volta-se especificamente à análise desses conteúdos informativos e sua relação com o contexto de atuação do GALF.

edição do ChanacomChana, por exemplo, anuncia o surgimento da publicação “Amazonas” em Salvador, que também compõe a primeira onda da imprensa lésbica no Brasil.

Figura 17 - Informe no ChanacomChana sobre o surgimento da publicação Amazonas



Fonte: CHANACOMCHANA, nº. 6, 1984, p. 1

Essa prática de divulgar o surgimento de novas publicações e grupos organizados de mulheres e homossexuais dentro e fora do Brasil, sempre que possível junto de sua caixa postal ou outro método de contato, apresenta-se frequente ao longo de todas as edições do ChanacomChana e denota uma característica importante do periódico. Ao se apresentar em seu editorial não apenas como um veículo de informação, “mas também de discussão, humor, namoro, poesia e sonho para todas que o fizeram e para quem for lê-lo também” (CHANACOMCHANA, 1983, p. 2), as editoras do periódico manifestam a importância de torná-lo numa rede de sociabilidade não só para suas leitoras como para si mesmas.

Na medida em que o homossexual consegue efetuar contatos e descobre que existem outras pessoas na sociedade semelhantes a ele, também excluídas do grupo majoritário, tende a encarar de outra forma suas experiências e ressignifica sua afirmação pessoal como homossexual, atrelando-se cada vez mais à sua categoria (BARBOSA, 2005, p. 33).

Essa busca pela construção de redes se manifesta em outra seção que vai ganhando espaço no jornal ao longo das edições: a de troca de cartas e caixas

postais. Além de conferir credibilidade ao periódico, apresentando-o como um aparente espaço democrático, também legitimava sua relevância ao subentender sua amplitude de circulação, em especial a partir do desenvolvimento de novos esquemas de distribuição e assinatura ao longo dos anos. Na edição de nº 6 do ChanacomChana, por exemplo, uma moradora do município de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul, comemora o acesso a informações possibilitado a ela pelo periódico:

Prezadas amigas do GALF,

É com grande satisfação e alegria que lhes escrevo esta com a intenção de parabenizá-las por ter recebido o meu primeiro boletim ChanacomChana do qual fiz a assinatura. Tenho a acrescentar também que esse boletim é ótimo como transmissão para nós lésbicas aqui do interior que não temos oportunidade de ler tais assuntos. Através dele fiquei sabendo do que está acontecendo no mundo sobre nós lésbicas, coisa que antes desconhecia. (CHANACOMCHANA, 1984, p. 13)

As correspondências, publicadas ou não ao longo das edições, apresentaram também ao conselho editorial uma visão a respeito do que o público esperava do periódico. A primeira carta publicada no ChanacomChana na edição nº 2, por exemplo, além de tecer muitos elogios à publicação, pedia às editoras “algo mais amigável, por exemplo, uma seção de poesias, uma troca de correspondência, enfim, algo que possa movimentar mais as pessoas” (CHANACOMCHANA, 1983, p. 12). Atendendo ao pedido da leitora, a edição seguinte apresentava uma seção “Fazendo Poesia”, com um chamado ao final para que outras mulheres enviassem seus textos. A seção de poesias permaneceu fixa no periódico até sua última edição:

Fazendo poesia é um espaço para nós, mulheres lésbicas, falarmos de como é bonito, sensual, gostoso e ótimo amar outra mulher. Tire seus sentimentos da gaveta e envie-os para nós podermos publicarmos com muito prazer (CHANACOMCHANA, 1983, p. 4)

Ao longo de sua publicação, nota-se uma diminuição da quantidade de cartas postadas pelo ChanacomChana na íntegra, fruto do aumento do fluxo de recebimento de correspondências direcionadas ao GALF, que eventualmente chegavam a centenas. O periódico continuou a publicar, eventualmente, textos enviados quando pareciam relevantes ao público do periódico como um todo, utilizando tarjas como “Opinião da leitora” ou “Uma história de heteror”, dependendo do teor do conteúdo. Nota-se, porém, um aumento considerável na seção “troca cartas”, que nas primeiras edições ocupavam pequenos pedaços de uma coluna do periódico e, eventualmente,

chegaram a ocupar três páginas inteiras com caixas postais de leitoras buscando se comunicarem entre si, como na edição de nº 11, por exemplo.

Destaca-se, ainda, outra característica central nas seções de cartas: o ato das leitoras de assinar, colocar seu nome, caixa postal e, por vezes, até endereço em uma publicação que circulava Brasil afora, era um grande salto em relação à autoafirmação. Isso não era algo exclusivo ao ChanacomChana. Outros periódicos homossexuais dessa época também apresentavam extensas seções voltadas à troca de correspondências. Bandeira (2006), ao analisar a seção “Cartas na Mesa” do *Lampião da Esquina*, destaca essa busca por contatos como um ato de coragem alimentado pelo desejo de romper com a solidão, seja com fins românticos ou não, e se unir a uma coletividade com interesses e sonhos em comum.

Obter o *Lampião da Esquina* numa banca, transitar com ele pelas ruas da cidade, encontrar um espaço em que se pudesse lê-lo tranquilamente e tomar a iniciativa de escrever-lhe uma carta, não eram práticas que se realizassem sem um trabalho do indivíduo sobre si mesmo e sobre suas sensibilidades. Tais práticas implicavam numa luta contra o medo e a vergonha que se colocavam como barreira a sua realização. (...) O sonho de união por meio de uma comunidade de escritores e leitores movia as práticas de leitura e escrita que levavam os indivíduos a se reconhecerem como homossexuais (BANDEIRA, 2006, p. 97-99).

Essa criação de redes de solidariedade legitimadas pela autoafirmação homossexual baseada na coragem foi um importante mecanismo de mobilização do período, tanto para quem não residia na região de São Paulo, onde atuava o GALF, mas tomava consciência e contribuía com o debate à distância, quanto para quem residia na região paulistana e podia compor as mobilizações políticas junto ao Grupo. Isso permitiu a criação de uma agenda política envolvendo o ChanacomChana e o GALF. A edição nº 8 do periódico, de agosto de 1985, comemorava os seis anos de atuação do Grupo e apresentava uma lista de objetivos e atividades que reiteravam ações já efetivadas pelo Grupo na intenção de ampliá-las:

1. Informar e conscientizar as mulheres lésbicas de seus direitos e da importância de apoiar e criar organizações que defendam nossos interesses;
2. Desenvolver uma rede de contatos entre organizações e mulheres lésbicas, no Brasil e no exterior, com o propósito de quebrar o isolamento a que muitas de nós estão sujeitas e obter apoio emocional e político;
3. Promover debates sobre lesbianidade e feminismo, bem como exigir filmes, vídeos, etc... com a mesma temática;

4. Desenvolver a biblioteca do GALF para colocá-la a disposição de todas as pessoas interessadas;

5. Obter uma sede para o GALF e desenvolver suas atividades (CHANACOMCHANA, 1985, p. 5-6).

Nessa lista, para além das demais diretrizes já aqui trabalhadas, ressalta-se a importância da construção da biblioteca do grupo. Desde 1982, o coletivo manteve-se empenhado em construir um acervo tanto com livros acumulados pelas militantes quanto por textos assinados por elas próprias. Os conteúdos eram diversificados, versando sobre a experiência lésbica em outros países, política sexual, prazer, maternidade, dentre outros. Esse esforço coletivo para obtenção desses materiais foi eventualmente utilizado também como política de financiamento, onde cópias xerocadas eram enviadas pelos correios, por exemplo. Somada a isso, compunham a biblioteca do GALF registros de matérias de jornais e revistas sobre homossexualidade. Além de coletadas pelas militantes do Grupo, o ChanacomChana pedia às leitoras que enviassem esses materiais pelos correios, caso os vissem em alguma publicação. Eles foram, por vezes, publicados com a tarja “Deu no jornal”, seja para reiterar o informe apresentado, seja para criticar a maneira como a homossexualidade era representada. Essa hemeroteca permaneceu ativa após a redemocratização, quando o GALF se transformou na Rede Um Outro Olhar, e acabou por crescer muito a partir dos anos 90, dada a ampliação de materiais veiculados sobre a homossexualidade (BARBOSA, 2019, p. 256).

No que tange aos posicionamentos do GALF manifestados no ChanacomChana, é possível observar uma série de textos editoriais publicados ao longo das edições. Textos como “A negação da homossexualidade” (edição nº 2), “Sobre a Autonomia” (edição nº 4), “Enrustimento e solidariedade” (edição nº 7), “Por que nos chamamos lésbicas? (Edição nº 9), “O mito da opção sexual e a organização lésbica” (edição nº 10), dentre outros, tratam especificamente de temas relativos às diretrizes políticas do GALF ao longo dos anos. A análise desses materiais revela uma aproximação das militantes com preceitos do feminismo radical e ao lesbianismo político, eventualmente separatista, o que por vezes criará rupturas contraditórias no discurso de solidariedade que integrou a atuação do GALF, seja em relação a homens homossexuais, pessoas transexuais, militantes heterossexuais do movimento feminista ou membros da esquerda organizada. A luta das mulheres lésbicas do GALF apresenta-se, em geral, consonante ao momento histórico pelo qual passava o

feminismo de segunda onda nos anos 1980, refletindo suas demandas, potencialidades e limitações, na mesma medida em que já ponderando novos paradigmas da luta feminista que emergiriam a partir dos anos 1990, como a crítica à cristalização das identidades. Destaca-se, também, um evidente incentivo à autoafirmação da homossexualidade, característica discursiva comum ao movimento desse período.

Por fim, a análise dos textos veiculados no periódico apresenta ainda uma série de entrevistas focadas em debater os contrastes e inconstâncias entre as noções de identidade lesbiana e feminina em geral. Materiais como “Mulher de chuteira” (edição nº 1), “Associação das donas de casa discute lesbianismo, aborto e...” (edição nº 2), “Lésbicas: o difícil direito de ser mãe” (edição nº 6) e “Lésbicas e trabalho” (edição nº 8), apresentam reflexões sobre o espaço contraditório ocupado por lésbicas dentro da esfera categórica da identidade feminina. No texto sobre maternidade, por exemplo, a introdução às entrevistas com duas mães lésbicas, escrita por Rosely Roth, dizia:

A maternidade para muitas mulheres ainda é considerada como algo necessário e obrigatório da trajetória que devem percorrer enquanto mulheres e não como uma das opções possíveis que o nosso corpo nos oferece, assim como as heterossexualidades, homossexualidades e bissexualidades são outras possibilidades ao nosso alcance. Falo no plural, pois acredito que cada pessoa pode ter uma forma própria, específica, criativa e diferenciada de viver a sua homossexualidade, heterossexualidade ou bissexualidade. A invisibilidade das mães lésbicas faz parte da tentativa de ocultar a existência destas experiências, que rompem com o (falso) pressuposto de que ser mãe é igual a ser heterossexual, mostrando ser possível o exercício da maternidade além dos limites da heterossexualidade institucional (casamento, família nuclear, submissão da mulher ao homem) (CHANACOMCHANA, 1984, p. 7).

De formas variadas, e por vezes contraditórias, as propostas de intervenção do ChanacomChana firmam uma crítica às inconstâncias das identidades, em especial no que tange à categoria “mulher”. Por vezes reiterando práticas de representação ligadas ao amor e ao cuidado como matriz significativa do feminino, por vezes propondo rupturas brutas com essa tradição discursiva, nota-se a canalização da esfera afetiva de maneira ampla como ferramenta de mobilização pelas militantes do GALF (LESSA, 2007, p. 110-111). Essa prática não é exclusiva do Grupo. A reelaboração crítica do papel tradicionalmente atrelado ao feminino na construção de mobilizações de contestação foi uma característica comum a diversos movimentos de mulheres nas resistências às ditaduras do Cone Sul. As múltiplas experiências de repressão, violências e resistências vividas por mulheres nesse período atrelaram

suas propostas de intervenção às políticas dos afetos e emoções de maneira dinâmica para a construção de dispositivos complexos de revolta e mobilização política.

É a partir destes corpos, de suas sensações, formas, dores, desejos, que a narrativa toma forma e se torna inteligível por uma operação de compreensão que também envolve sentimentos, como a empatia, a dor compartilhada ou as esperanças e desejos por parte de quem escuta ou lê (WOLFF, 2018, p. 22).

Nota-se, assim, que o aumento no envolvimento do público com o ChanacomChana está diretamente relacionado ao desenvolvimento de suas práticas de produção. Esse desenvolvimento não é apenas técnico, estando amplamente permeado pelo desenvolvimento da consciência política das militantes do GALF. Ao propor uma série de ressignificações a respeito das subjetividades lésbicas, o ChanacomChana foi uma importante fonte de informação e representação durante seu período de circulação, criando uma extensa rede de solidariedade e cumprindo papel decisivo nas disputas discursivas a respeito da homossexualidade feminina no período da abertura política brasileira, o que fica reiterado também pela cobertura das atividades do GALF publicadas no periódico. Essas evocações tanto do passado, por meio do resgate da história lesbiana, quanto do presente, com o registo de ações e eventos organizados pelo Grupo, seus símbolos e personagens marcantes, constituem um exercício de “assumir a narrativa da história do movimento (...). Uma maneira, então, de provocar fissuras na história oficial e impor ao futuro memórias de si” (SILVA, 2023, p. 34). O ChanacomChana emerge enquanto um veículo de comunicação libertadora, mecanismo de articulação em que suas comunicadoras são agentes não só por meio de sua produção, caracterizada por um “compromisso concreto com os vencidos da história, com as vítimas do sistema” (TAVARES, 2008, p. 3), mas também por serem detentoras de princípios e ideais políticos, construindo ativamente os espaços que cobriam enquanto representantes do GALF.

4 “NÃO ME ENVOLVAM, EU ME ENVOLVO”: A ATUAÇÃO DO GALF NA ABERTURA POLÍTICA BRASILEIRA

A proibição da dupla militância enquanto diretriz política do GALF não era exclusiva a esse grupo e provém de e um histórico multifacetado de violências perpetradas contra — e entre — diversos setores dos novos movimentos sociais brasileiros ao longo de sua rearticulação nas décadas de 70 e 80. Essa relutância em relação à participação política no que se considerava como as “lutas maiores” era comum a membros de diferentes segmentos dos novos movimentos sociais, como em grupos feministas que também enfrentavam as consequências variadas do arquétipo de masculinidade revolucionária. A necessidade de masculinização é um tema comum em relatos de mulheres militantes do movimento da esquerda marxista nas lutas contra as ditaduras do Cone Sul (HENTZ; VEIGA, 2011, p. 156-157).

Havia, no entanto, uma certa politização entre as integrantes do GALF quanto aos imbricamentos necessários aos movimentos. A aversão às pautas dos movimentos minoritários por setores das novas esquerdas e, sobretudo, da direita, fez com que esses grupos estabelecessem diversos laços de solidariedade. Um levantamento das 13 edições do periódico permite a identificação de ao menos 25 eventos que o Grupo construiu ativamente como organizador ou participante (APÊNDICE D). Essas mobilizações, ocorridas principalmente junto a setores dos novos movimentos sociais, como o Movimento Feminista e o Movimento Negro Unificado (MNU), organizam-se estrategicamente como respostas a mecanismos de repressão atravessados por recortes de gênero, raça, classe e sexo.

As alianças passam a existir e a se conectar interseccionalmente, mesmo que houvesse divergências e questões internas dentro dos respectivos movimentos, como percebemos no feminista, por exemplo, que começa a incorporar a questão da mulher negra e lésbica. Também o movimento negro passa a considerar a existência de diferenças entre seus e suas militantes, ao entender que há relações hierarquizantes nos campos do gênero, da classe e da sexualidade (BORGES, 2019, p. 224)

Essas novas formas de convivência e participação dentro e entre movimentos se baseiam, portanto, na construção de laços de solidariedade firmados em torno de experiências comuns de marginalização, como é o caso dos movimentos de reação à repressão policial na cidade de São Paulo. “Nestas condições, a definição de posições políticas resulta de discussões que passam pelas emoções e pela subjetividade,

espaço este visto como privilegiado para a formação de um espírito coletivo” (CARDOSO, 2008, p. 339). Essa construção identitária baseada no reconhecimento comum de práticas de exclusão se manifesta em mobilizações coletivas de luta por reconhecimento e cidadania. Esses movimentos, baseados em processos constantes de reconhecimento e diferenciação, apresentam-se complexos e, eventualmente, contraditórios na medida em que são influenciados por outros fatores, como afinidades pessoais, acúmulo cultural, grau de experiência política, etc (MACRAE, 2018, p.345).

O resgate do histórico de mobilizações do GALF vai de encontro a todas as nuances desse paradoxo da solidariedade. De forma geral, a trajetória de atuação do GALF pode ser dividida em dois momentos. O primeiro compreende o período entre 1982 e 1984, e fica marcado pela realização de trabalhos políticos em conjunto com o movimento feminista e homossexual. Já a segunda fase, compreendida a partir de 1985 até a reestruturação do coletivo com a redemocratização, fica marcada pelo esforço das militantes na busca por autonomia política. Nessa época, ainda que continuassem a participar de mobilizações junto ao movimento brasileiro, nota-se uma proeminente preocupação das militantes em estabelecer lações com grupos internacionais (SOARES; COSTA, 2020).

4.1 FEMINISMOS E LESBIANIDADES: CONFLITOS E POTENCIALIDADES

A relação do GALF com setores do movimento feminista perpassava intrinsecamente a questão da luta por reconhecimento. As militantes do GALF observavam um descaso à pauta lésbica sob a justificativa de que a defesa do lesbianismo comprometeria a imagem do feminismo ou de que esta “não cabia na estratégia ou no horizonte político do movimento” (CHANACOMCHANA, 1983, p. 6). A presença dessas militantes em espaços feministas era frequentemente hostilizada, como no II Congresso da Mulher Paulista, em que o painel “amor entre mulheres”, montado pelas então integrantes do subgrupo Lésbico-Feminista do Somos, teve suas fotos rasgadas. Na ocasião, a pauta da lesbianidade foi combatida por mulheres presentes, “como também discussões que refletissem sobre a desigualdade estrutural em que mulheres são submetidas não só pelo capitalismo, mas também pelo racismo e patriarcado” (OLIVEIRA, 2017, p. 14). Edward Macrae (2018, p. 261-262) relata, ainda, um certo receio de participação das militantes devido a tentativas de sabotagem do Movimento Revolucionário 8 de Outubro, ligados ao PMDB, que viam a

organização dos Congressos da Mulher Paulista como uma tentativa “divisionista na luta maior contra a ditadura” (p. 313).

Tanto as sujeitas do feminismo quando as sujeitas do movimento lésbico são reprimidas pela estrutura de poder da qual buscam emancipação. Contudo, o fato de haver um pensamento normativo a partir do qual a heterossexualidade era vista como padrão para todas as mulheres, fez com que as feministas negligenciassem por muito tempo as reivindicações das lésbicas (SILVA, 2021, p. 84).

Outro caso emblemático, ocorrido em 1984, foi publicado na seção “Uma história de heterossexualidade” da edição nº 7, denunciando um caso de despejo das militantes do GALF de sua sede em 21 de dezembro, às vésperas do natal (quando a maioria das integrantes do GALF não estava na cidade), por iniciativa de membras da Central de Informação da Mulher (CIM), com quem dividiam o local. A justificativa teria sido a falta de espaço. Relatam as militantes que, no dia em questão, todos os seus materiais, como os livros que vinham sendo coletados para a construção da biblioteca do coletivo, foram colocados na rua sem aviso prévio. As integrantes do Grupo consideraram a situação como um episódio em que a base de tudo o que aconteceu foi o “heterossexualismo, ou seja, o preconceito contra as mulheres lésbicas, aí no caso misturado com muito jogo de poder, um certo classicismo e a velha política de interesses” (CHANACOMCHANA, 1985, p. 19).

Mesmo com todas as represálias, e com um histórico de ocorrências lesbofóbicas que desmotivava muitas militantes a comporem espaços mais amplos²⁷, os feminismos ocupavam um importante campo de disputa para as militantes porque foi em meio a eles que muitas lésbicas adentraram espaços de mobilização política (IRE; SILVA; LENZI; 2019, p. 200). Na edição nº 12 do periódico, o texto “Feminismo e Lesbianismo: qual a relação?”, assinado por Miriam Martinho, destacava o caráter intrinsecamente feminista da luta lésbica:

Apesar dos equívocos causados pela falta de informação e de discussão sobre vivências lésbicas, o feminismo e o lesbianismo têm uma relação muito íntima, a começar pelo fato, aparentemente óbvio, de que a condição fundamental para se estar lésbica é se ser mulher. Portanto, como o feminismo luta pelos direitos das mulheres e as lésbicas são mulheres, em

²⁷ O despejo da sede que o GALF dividia com o SOS mulher é marca a virada entre as duas fases de atuação do GALF. Em relato, Miriam Martinho afirma ser frustrante para as militantes que elas sempre estivessem preocupadas em debater e defender as pautas de interesse de mulheres heterossexuais, mas, ao buscarem apoio às pautas específicas de lésbicas, sofreram represálias (SOARES; COSTA, 2020).

primeiro lugar, seus objetivos mais gerais também são de nosso interesse (CHANACOMCHANA, 1987, p. 4).

Baseada em uma crítica à heterossexualidade compulsória presente em muitos espaços feministas e a concepções cristalizadas a respeito do “ser mulher”, a militante observa que mulheres lésbicas vinham construindo ativamente sua visão de feminismo baseadas não só em suas experiências de vida quanto também nas teorias produzidas e disseminadas no período. Ao longo da década de 80, observa-se uma proeminente disputa de consciência feita pelas militantes do GALF nos espaços feministas baseada na noção de identidade e identificação enquanto processo.

Senhores que, há pouco, declaravam convictos sua heterossexualidade e a “naturalidade” desta instituição, percebem, um belo dia, quão voluptuosos podem ser os traseiros dos meninos e resolvem “partir para a outra”. Senhoras que, até ontem, enalteciam as “alegrias do lar” e só iam na casa da vizinha para aprender uma nova receita de bolo, se dão conta, numa linda manhã, que a vizinha é uma mulher muito sensual que pode ensinar “receitas outras”. (...) essas mudanças na forma de realizar nossas sexualidades não se dão de maneira tranquila. (CHANACOMCHANA, 1984, p. 3)

Silva (2014) identifica que identidade e diferença são objetos de disputa de grupos assimetricamente situados relativos ao poder. “Identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato - seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente” (SILVA, 2014, p. 96). Esse debate emerge também em discussões entre o GALF e setores do Movimento Homossexual. Na edição de nº 5 do ChanacomChana, o texto “Ser ou Estar Homossexual: eis a questão?”, refletia sobre uma certa pressão existente para que as pessoas se definam (sic), e a importância de fazê-lo.

não são nossas declarações circunstanciais ou não sobre nossas sexualidades específicas o que cria categorias estanques e tolhe nossas realizações como seres humanos mas sim o muro de preconceitos que envolve as sexualidades de uma maneira geral. Nesse sentido, a questão que se coloca, para as pessoas interessadas em trabalhar por um mundo melhor, é de como derrubar este muro de preconceitos (CHANACOMCHANA, 1984, p. 3-4).

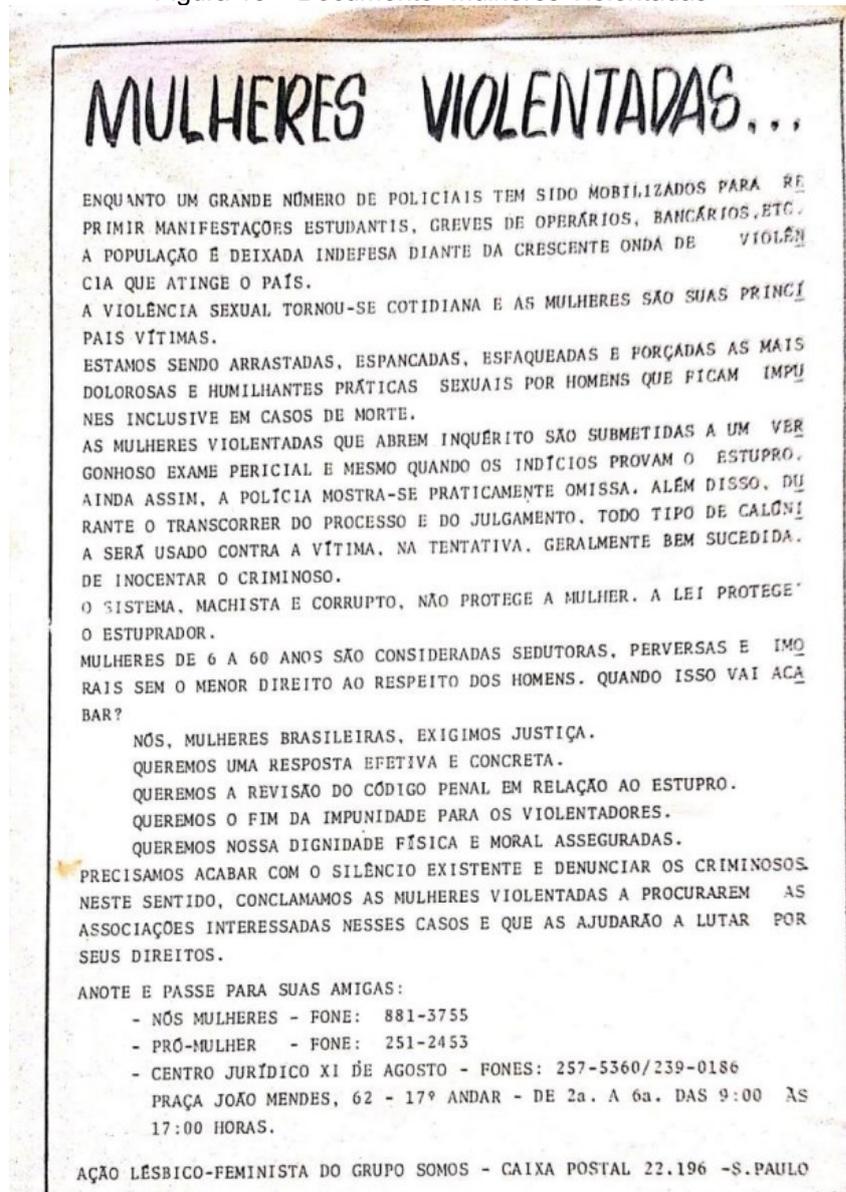
Essa postura menos preocupada em encarar a tarefa política do feminismo em torno das delimitações de identidade é também ponto central da teoria de Judith Butler. Ao postular uma crítica radical à busca de uma identidade comum como pressuposto da articulação política, a autora questiona quais seriam as novas

possibilidade de intervenção possíveis (BUTLER, 2003, p. 9-10).²⁸ As diretrizes de atuação do GALF junto ao movimento feminista e homossexual se apresentam preocupadas em estabelecer políticas não em torno de suas identidades, mas de suas demandas comuns, ao mesmo tempo em que tentavam reivindicar seu espaço junto a esses movimentos. No caso das feministas, as pautas relacionadas à saúde e à violência apresentam-se proeminentes. Em seu texto sobre a relação entre feminismo e lesbianismo, para além de ambas as questões, Miriam situa também pautas e propostas concretas de intervenção a respeito da educação, maternidade e direitos trabalhistas.

Denota-se, portanto, uma postura firme, ainda que receosa, de ocupação política dos espaços feministas. Durante o mesmo congresso em que as militantes do GALF tiveram seu painel de intervenção rasgado, foi distribuído o panfleto “Mulheres Violentadas”, uma denúncia de um caso de estupro sofrida por uma ativista do então LF (Figura 18). Na terceira edição do Congresso, em 1981, no ano seguinte à Operação Sapatão, as militantes retornaram a participar do evento, distribuindo a recém lançada primeira edição do ChanacomChana e o panfleto “Lésbicas e Violência”, que protestava contra as prisões arbitrárias realizadas contra lésbicas sob mando do Delegado Wilson Richetti.

²⁸ Ao referenciar as teorias de identidade produzidas por Tomaz Tadeu da Silva e Judith Butler, não pretendo estabelecer uma relação anacrônica entre o pensamento político das militantes do GALF e essas postulações, que surgiram posteriores ao período aqui estudado. Até mesmo porque essa crítica à noção de identidade aparece, por vezes, contraditória no ChanacomChana. Me parece interessante, porém, analisar nuances germinais dessas reflexões no discurso das militantes.

Figura 18 – Documento “Mulheres Violentadas”



Fonte: Cópia cedida por Marisa Fernandes à pesquisadora Paula Évelyn Barbosa²⁹

A primeira grande mobilização construída pelas militantes do GALF enquanto coletivo independente foi o Encontro Feminista de Valinhos, realizado em junho de 1980 no Estado de São Paulo. O evento ficou marcado historicamente como a primeira vez em que o enfrentamento à violência doméstica foi tirado como pauta principal da reivindicação de políticas públicas do movimento feminista. Uma de suas diretrizes foi a criação de uma comissão de enfrentamento à violência que desencadeou, alguns meses depois, o surgimento de grupos organizados como o SOS mulher em múltiplos

²⁹ Disponível em: BARBOSA, 2019, p. 77.

Estados, como São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco; e do Centro de Defesa da Mulher, em Minas Gerais (MEDEIROS, 2011, p. 8-9). Destaca-se, também, como resultado do Encontro de Valinhos, a inauguração da primeira sede própria do GALF, que dividia espaço com o grupo Brasil Mulher.

Em abril de 1982, as militantes estiveram presentes também em um debate sobre violência contra a mulher organizado pelo Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, onde compareceram com máscaras distribuindo um panfleto “Sobre a Violência”.

Este panfleto explicava a simbologia das máscaras e propunha ao movimento feminista que nele as mulheres lésbicas não precisassem usar qualquer tipo de disfarce, ao mesmo tempo que criticava a reprodução do discurso político-partidário que divide as lutas da população em “maiores e menores” e afirmava categoricamente que calar sobre as múltiplas pressões que sofrem as homossexuais nos torna, a todos, cúmplices da violência (CHANACOMCHANA, 1983, p. 6).

A edição de informes da 9ª Edição do periódico, de 1985, comemora ainda a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) em 29 de agosto. A presidência da entidade foi dada à então atriz e ex-deputada pelo PMDB Ruth Escobar.

Agora, as mulheres têm um organismo institucional, ligado ao Ministério da Justiça, mas com autonomia administrativa e financeira, que se propõe a encaminhar suas questões, começando com um programa prioritário de combate a violência, de implantação de creches e da campanha pela participação das mulheres na Constituinte, como vocês devem estar vendo pela TV (CHANACOMCHANA, 1985, p. 6).

No que tange à saúde, a pauta das mulheres era também secundarizada dentro da esquerda. Temas como aborto e pílula anticoncepcional eram questões polêmicas, já que as “organizações de esquerda não estavam separadas da sociedade, e, por isso, os integrantes acabavam por reproduzir ideias e comportamentos imbuídos de machismo” (NUNES; WOLFF, 2019, p. 240). Notava-se uma deslegitimação dos debates sobre a condição feminina que resultou na divisão do movimento de mulheres no período em duas frentes: as feministas vinculadas ou originárias nas organizações de esquerda, que reiteravam a lógica que secundarizava as “lutas menores”³⁰; e as que se formaram em outros movimentos populares, como grupos eclesiais de base,

³⁰ Havia uma constante tentativa das mulheres militantes organizadas junto às organizações de esquerda em camuflar sua sexualidade numa categoria assexuada: a de militante política. “Para se construir como sujeitos políticos, estas mulheres estabelecem identidade com o masculino diluindo as relações de gênero na luta política mais geral” (COLLING, 2017, p. 8).

de mães, movimentos de luta pela saúde, creches, dentre outros, que se utilizaram da ressignificação dos papéis relegados essencialmente às mulheres para a elaboração de uma agenda política de lutas (SARTI, 1988). As militantes do GALF relatam que, quando participaram do 2º Congresso da Mulher Paulista, foram confrontadas por uma militante marxista: “primeiro, o que vocês lésbicas têm a ver com a questão do aborto? E segundo, que a questão do aborto é um problema da mulher burguesa” (CHANACOMCHANA, 1983, p. 10).

As mulheres ligadas a organizações políticas de uma esquerda autoritária, centralizadora, patriarcal e reacionária pregavam não existir violência contra a mulher, mas sim a violência ditatorial contra homens e mulheres da classe operária, e que propostas de se refletir sobre as especificidades das mulheres eram pequeno-burguesas e elitistas e que pouco interessavam ao povo e à revolução (FERNANDES, 2019, p. 129).

O posicionamento do GALF sobre saúde da mulher perpassa, assim, o apoio a pautas históricas do feminismo, em relação a liberdade sexual e autonomia sobre o próprio corpo, e a discussão sobre outras pautas específicas à saúde lésbica. Em 1983, por exemplo, foi realizada uma reunião sobre saúde da mulher na Assembleia Legislativa de São Paulo. Foram debatidos projetos de lei e programas que tramitavam no legislativo, além de outras propostas elaborados por setores do movimento feminista. Um dos documentos foi elaborado pelo GALF, dissertando sobre as especificidades da saúde de mulheres que se relacionam com outras mulheres. “A função dos resumos, bem como das propostas feministas, é de nos munir das informações necessárias à nossa mobilização para que possamos prosseguir juntas nas nossas lutas” (CHANACOMCHANA, 1983, p. 16).

O ChanacomChana também publicava pautas recorrentes com informações a respeito de saúde e prazer feminino, como o texto “Sexualidade e Saúde”, uma entrevista realizada na Edição nº 12 com militantes do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, além de informes sobre reuniões, encontros e conquistas sobre a pauta saúde da mulher, como a aprovação da Lei nº 832/85, de autoria da então deputada Lúcia Arruda (PT-RJ), que obrigava a rede pública de saúde do estado a prestar atendimento à mulher nos casos de aborto permitidos pelo Código Penal. A lei foi revogada após curto período em vigência por iniciativa do governo do estado após uma intensa campanha promovida pela cúpula da Igreja Católica do Rio de Janeiro, mesmo com documentos em apoio assinados por mais de 60 entidades de diversos estados brasileiros (BARSTED, 1992, p. 119-120).

Destacam-se, ainda, iniciativas de posituação da sexualidade lésbica. Após o debate sobre violência contra a mulher, organizado pelo Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, por exemplo, as militantes organizaram um evento no parque do Ibirapuera, onde montaram uma barraca para vender camisetas, pôsteres, livros e frutas, que vinham anunciados com placas como “coma esta frutinha para transar com sua vizinha” e “o enrustimento mata”. Essa disputa em torno dos debates pela sexualidade, ainda que fosse uma das críticas centrais das feministas heterossexuais à atuação do GALF, torna-se um dos focos das pautas do GALF na medida em que provocavam a “perspectiva heterocentrada do feminismo a respeito da sexualidade e os limites políticos de compreender a heterossexualidade como a simples variação do desejo sexual” (KUMPERA, 2021, p. 119).

Algumas das militantes do GALF também participaram do 1º Festival das Mulheres nas Artes de 1982, ocorrido entre 3 e 12 de setembro em São Paulo, organizado pela então atriz e deputada estadual Ruth Escobar com patrocínio da revista Nova. O evento reuniu cerca de 10 mil participantes e mais de 600 espetáculos e palestras com o objetivo de promover a diversidade das manifestações artísticas produzidas por mulheres (CORREIA, 2017). Na ocasião, duas militantes do GALF, Gisele Fink e Miriam Martinho, compuseram uma música denominada “Franchitude de Francha”, mais conhecida como “Francha com Francha”, para participação num concurso cultural do evento. A composição narrava uma discussão entre um casal de mulheres com o objetivo de satirizar a reprodução de papéis de gênero em relações lésbicas por meio da dicotomia entre os estereótipos de francha e lady (no inglês, *butch* e *femme*). “A primeira cumpriria o papel ativo (lésbica masculina, com atitudes agressivas) e a segunda o papel passivo (lésbica feminina, sensível e frágil)” (KUMPERA, 2021, p. 126). Dizia a letra:

Brigou comigo
saiu aos berros lá do Ferro's
chamando a atenção do fancharéu.

Bebeu comigo e meio tonta
deixou a conta na qual bem pronta
eu dei o chapéu.

Saí do boteco atordoada
atrás da descarada
e desmaiei no elevador.

Quando acordei
nem sabia onde estava

pois aquela madrugada
foi demais pra minha dor.

Alucinada entrei no apartamento
e naquele momento a pomba gira me tomou.

Peguei a fancha na garganta dei-lhe um tapa
arranquei-lhe a gravata e a coisa toda começou.

Veio o passado das torturas recordando,
a cabeça esquentando resolvi me separar.

Mas quando olhei pros seus olhos de janela – escancarados –
eu lembrei que depois dela outra fancha vou achar.

Fancha por fancha fico mesmo na esperança
de que um dia esta muda e eu possa só cantar.
Fancha por fancha fico mesmo na esperança
por tão pouco é impossível essa vida abandonar.

Apesar de ser uma das finalistas, a apresentação da música foi proibida pela Censura Federal. Na época, “Francha” era um termo compreendido como de baixo calção, o que “acendia o sinal de alerta para os defensores da moral e bons costumes” (FRANÇA, 2022, p. 84). Ao tomarem conhecimento da proibição, as militantes do GALF redigiram uma nota de repúdio e solicitaram a Ruth Escobar que a lesse no último dia do Festival. No texto, apontavam que a censura como violação do princípio básico da expressão do pensamento.

A liberdade é como uma máquina nova, enquanto não se tiver contato com ela, não será possível manejá-la. Proibir a música “Franchitude de Francha” é manter ideias preconcebidas que destroem a criação, a consciência, o bom humo, a crítica positiva, a liberdade, o bom humor, um ser humano, um povo. Liberdade, abre as asas sobre nós (FERNANDES, 2019, p. 142).

Após a leitura da nota, a música foi declarada como *hours concours* e acabou por ser apresentada no evento, sendo aclamada pela plateia. Anos depois, a composição recebeu uma versão na voz de Gisele Fink e Brô, gravada em VHS por Robin Askew no quintal da casa de uma delas. O vídeo foi ainda editado por Maria Angélica Lemos, do Grupo Comunicação Mulher (COMULHER), com algumas atuações gravadas no Ferro’s Bar, dando a ele um caráter de videoclipe.³¹

Havia também uma evidente proposta de disputa dentro do campo teórico. Em agosto de 1982, por exemplo, o Lésbico-Feminista organizou um pequeno bate-papo com o teórico e psicanalista francês Félix Guatarri, conhecido pelos movimentos das

³¹ A produção pode ser conferida no link: https://youtu.be/9aqsINoUqpc?si=M0zbNtIKCzzU_Bel

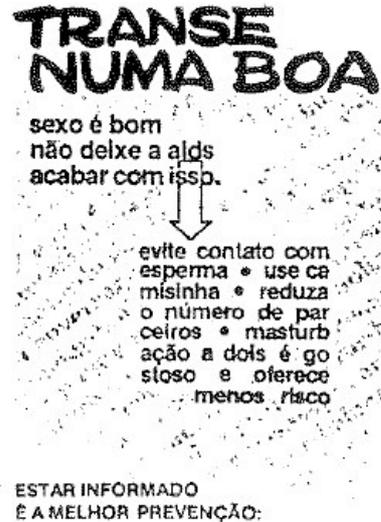
“lutas menores” por seu livro “A Revolução Molecular” (1981), onde caracteriza mobilizações como a homossexual, feminista, ecológica, dentre outras, como possíveis projetos revolucionários. Na obra, Guatarri aborda também as potencialidades de novas formas de comunicação — como as estruturas de imprensa alternativa — como um meio de inovação e subversão da linguagem capaz de alterar as estruturas tradicionais de produção e circulação da informação (GUATARRI, 1981, p.58). Na ocasião, o psicanalista se demonstrou empolgado com a emergência do Partido dos Trabalhadores e defendeu a coalizão entre o que chamada de lutas moleculares (grupos independentes) e molares (partidos), um dos temas centrais de seu livro. O ChanacomChana avaliou a época da vinda do psicanalista como um momento importante, dado o respaldo de seus posicionamentos, a proximidade com as eleições gerais de 1982 e a instabilidade enfrentada pelo Movimento Homossexual.

4.2 “REFLUXO E DESMOBILIZAÇÃO”: REARTICULAÇÃO DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL

Em meio a um clima de desesperança generalizado deixado pela epidemia de HIV/AIDS no Brasil, a atuação do GALF e dos outros poucos coletivos ativos no Movimento Homossexual do começo dos anos 1980 ocorreu no sentido de oferecer suporte emocional e educativo a respeito do vírus. As militantes do GALF avaliavam o cenário político do começo da década como um momento de “refluxo e desmobilização”. “Estávamos meio perdidas, confusas” (CHANACOMCHANA, 1983, p. 5). De início, havia, entre a militância, uma certa relutância em pautar a questão. As narrativas construídas na grande imprensa do período a respeito da epidemia basearam-se amplamente no discurso médico e do Estado, priorizando abordagens discursivas que acabavam por estigmatizar a imagem de indivíduos infectados pelo vírus junto ao imaginário popular (BARBOSA, 2019, p. 50). Desde 1983 o ChanacomChana já veiculava contatos de grupos de apoio e materiais informativos sobre HIV/AIDS. Na edição de nº 9, de dezembro de 1985, o texto “AIDS: fato e preconceito” trazia uma visão crítica das militantes do GALF sobre a epidemia, desmistificando certos estigmas relativos à questão com as informações que se tinha na época.

O combate a AIDS, sem dúvida, é uma faca de dois gumes: por um lado, é inevitável criar alternativas de tratamento, campanhas de esclarecimento e atendimento a comunidade; de outro, desenvolve-se uma estratégia de disciplinar o sexo, no sentido de diminuir a frequência e a diversidade dos contatos, de "normalizar" as relações homossexuais (a volta ao casal), com a batuta médica substituindo a moral cristã do pecado e do puritanismo. A AIDS, então, é um ótimo motivo para se perseguir uma "minoria" que, até agora, tem conquistado seus direitos a duras penas. (CHANACOMCHANA, nº 9, p. 16)

Figura 19 - Propaganda "transe numa boa", publicada na edição nº 9 do ChanacomChana



Fonte: CHANACOMCHANA, nº. 9, 1985, p. 15

Em maio de 1983, as militantes organizaram, junto ao Somos e o Grupo Outra Coisa, a "Semana Viva a Homossexualidade" em comemoração aos quatro anos do surgimento do Movimento Homossexual no Brasil. O evento ficou marcado como um ponto de interseção entre movimentos que há muito tempo não se mobilizavam em conjunto, desde o "racha" do Somos em 1980. Foram registradas divergências entre alguns militantes sobre a fixação ou não da identidade homossexual, o que proporcionou ao espaço um amplo debate sobre a questão. Por mais que nenhum dos grupos aceitasse a entrada de heterossexuais e mesmo bissexuais fossem encarados com desconfiança, não havia, entre os militantes, consenso quanto à cristalização das identidades sexuais. O principal argumento dos que defendiam a existência de uma identidade homossexual rígida e imutável repousava na noção de que conceber a sexualidade como um processo em construção abriria brechas para a reiteração de preceitos relacionados ao "desvio" homossexual ou mesmo de possíveis terapias de conversão (MACRAE, 1990, p. 69-72).

“(...) embora a homossexualidade seja uma criação histórica e cultural (...), a repressão que sobre ela é exercida produz divisões sociais muito concretas e, em termos de vida diária, nós, “homossexuais e heterossexuais”, estamos realmente colocados em lados opostos. Em consequência, torna-se irrelevante se as pessoas afirmam que são ou estão homossexuais ou não dizem nada a respeito de suas sexualidades porque, na verdade, elas serão marginalizadas de qualquer jeito enquanto estiverem mantendo (e isso pode ser por todas suas vidas) relações não-heterossexuais. (CHANACOMCHANA, nº 5, p. 3-4)

Ainda em 1982, o GALF participou, junto a outros grupos, do Encontro das Entidades Cívicas de São Paulo junto ao então governador Franco Montoro. Na ocasião, foram apresentadas uma série de reivindicações relativas à questão das mulheres e da homossexualidade:

- a. A extinção do parágrafo 302.0 do Código de Saúde do INAMPS, que rotula o homossexualismo como desvio e transtorno sexual.
- b. O direito ao convívio e a custódia dos filhos, bem como adoção independente da orientação sexual do interessado.
- c. Que a Secretaria Estadual da Educação interfira, junto às comissões responsáveis, pela seleção dos livros didáticos que veiculem ideias preconceituosas contra a mulher. Que haja uma profunda análise dos papéis sexuais na educação infantil.
- d. Que haja um combate a toda e qualquer violência sobre a mulher: estupro, violência conjugal, discriminação racial e contra a opção sexual. (CHANACOMCHANA, nº 1, p. 11)

No dia 29, O GALF e o Grupo Outra Coisa participaram, ainda, da mesa “Homossexualismo: diagnóstico médico ou não?”, promovida pelo Centro de Estudos da Sexualidade Humana na sede da Associação Paulista de Medicina. Com o intuito de dar ao debate seu devido caráter interdisciplinar, participaram, também, médicos, psicólogos, sociólogos, antropólogos e jornalistas. Na ocasião, os presentes repudiaram a existência do parágrafo 302.0 do Código de Saúde do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, que classificava a homossexualidade como um “desvio e transtorno sexual”, “considerando-o uma aberração” (CHANACOMCHANA, 1983, p. 16). O GALF e o Outra Coisa responsabilizaram-se por redigir um documento com argumentos contrários ao parágrafo para ser enviado à Associação Brasileira de Psiquiatria.

Ao longo de 1984, o GALF esteve empenhado nas mobilizações pela extinção do parágrafo 302.0 do INAMPS. Em novembro, o ChanacomChana anunciava a existência de um documento contra o parágrafo com mais de 16 mil assinaturas,

sendo mais de 350 de políticos aliados à causa, e de instituições científicas do país, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a Associação Brasileira de Antropologia, a Associação Brasileira de Estudos Populacionais, a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais e a Associação Brasileira de Psiquiatria. Apresentava, ainda, o endereço da caixa postal do Grupo Gay da Bahia (GGB), responsável pelo levantamento das assinaturas, para que as leitoras pudessem contribuir.

Foi também em 1984 que ocorreu o II Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO), que teve a despatologização das homossexualidades como uma das pautas principais. Destaca-se, durante as mobilizações contra parágrafo 302.0, a atuação do GGB, coletivo amplamente engajado nessa luta durante todos os anos 1980. Fundado em 1980, o Grupo é atualmente a organização homossexual com mais tempo de atuação constante no Brasil. Na iminência das eleições presidenciais de 1985, por exemplo, o GGB buscou apoio dos candidatos à administração federal, recebendo-o apenas do então candidato Tancredo Neves, que acabou por ganhar a disputa. O parágrafo 302.0 foi finalmente extinto em 9 de fevereiro de 1985. A homossexualidade passou, assim, a constar no código 2062.9, de nome “outras circunstâncias psicossociais”, junto de situações como “desemprego, desajustamento social, tensões psicológicas, etc.” (CARNEIRO, 2015).

A edição de nº 11 do Boletim do GGB, de junho de 1985, comemorava em sua abertura a extinção do parágrafo, caracterizando-o como “a maior vitória do movimento brasileiro de libertação homossexual”:

Não há mais nenhuma lei, nem código no Brasil que se refira à homossexualidade como “patologia”. Portanto é legal ser homossexual, é saudável ser homossexual. Nossos agradecimentos a todos que com sua assinatura e empenho colaboraram com o GGB nesta histórica vitória. (MOTT, 2011, p.188-189)

Na edição de nº 8 do ChanacomChana, de 1995, o GALF também comemorava a conquista do MHB e apontava para o futuro das pautas do Movimento a nível nacional:

Hoje no Brasil, pelo menos em termos de leis, não há mais nenhuma lei ou código que alguns possam se apoiar para nos discriminar. Se algum médico (a) o fizer, não permita, lute pelos seus direitos. Depois desta vitória, que tal trabalharmos por uma lei contra a discriminação devido a orientação sexual que faça parte de nossa própria constituição? (CHANACOMCHANA, 1985, p. 18)

Para além da despatologização das homossexualidades, a atuação do GALF junto a outros grupos do MHB esteve também centrada na luta contra a violência policial. Além das mobilizações ocorridas no começo da década de 80³², foi realizada, no dia 5 de abril de 1983, uma reunião de grupos homossexuais com o secretário da segurança pública de São Paulo, Manoel Pedro Pimentel, sobre violência contra homossexuais. Na ocasião, Pimentel afirmou estar passando por um processo de reeducação da polícia no sentido de substituir a mentalidade da violência pela da não violência (sic). O secretário disse também que não pretendia interferir em reuniões pacíficas de homossexuais, o que acabou não se comprovando, dado o histórico de violência policial relatado por diversos grupos e pelo próprio GALF nos anos seguintes, em especial no levante ocorrido no Ferro's Bar ainda no mesmo ano.

4.3 LUTAS POR PROTAGONISMO E REPRESENTAÇÃO: O LEVANTE DO FERRO'S BAR E O GALF NA HEBE

A noite de 19 de agosto de 1983 marca o evento de maior notoriedade entre os encabeçados pelo GALF: o Levante do Ferro's Bar. Por ter sido um grande momento de solidariedade entre setores do movimento homossexual, feminista e políticos vinculados à institucionalidade, o acontecimento ficou conhecido como "Pequeno Stonewall Brasileiro". Consistiu em uma grande mobilização organizada pelas militantes do GALF que, desde junho, vinham sendo ameaçadas pelos responsáveis pelo Ferro's Bar (Figura 20), um conhecido ponto de encontro de mulheres lésbicas na cidade de São Paulo, por tentarem vender o ChanacomChana no estabelecimento. Como relata Célia, militante do GALF presente no evento, a maior hostilidade ocorria por parte de um dos donos do estabelecimento, que em uma noite tentou agredir a militante Rosely Roth.

Ele era baixinho. A Rosely era alta, levantou e ele quis avançar nela. Só que foi uma coisa interessante porque havia várias mulheres no restaurante, uma frequência de 90% de mulheres lésbicas, e muitas delas nem gostavam da gente, mas nesse momento elas se levantaram. (...). Foi muito legal porque teve uma solidariedade espontânea. Isso foi antes, ainda, do levante. Aí o cara queria impedir a venda e a nossa entrada. Depois, que nos organizamos e pedimos ajuda aos outros movimentos sociais. (BARBOSA, 2019, p. 185)

³² Que acabariam por desencadear a passeata contra a violência policial e primeira marcha LGBT de São Paulo, em junho de 1980.

Figura 20 - Fachada do Ferro's Bar



Fonte: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/05/08/de-bar-em-bar-xxiv-ferros-bar/>.
Acesso em: 15 mai. 2024.

O ato político foi organizado pelo Grupo durante cerca de um mês, tempo em que as militantes distribuíram materiais pela cidade denunciando as agressões no bar e em outros espaços frequentados pelo público homossexual. Na noite do dia 19, dezenas de pessoas juntaram-se na entrada do Ferro's Bar para distribuir panfletos a respeito das perseguições que as militantes vinham sofrendo no espaço. Ao serem impedidas de entrar no ambiente pelo segurança, que forçava o portão, uma das presentes roubou o chapéu do homem e o jogou para longe, permitindo a entrada das demais. Em meio à confusão, Rosely subiu em uma das cadeiras e começou a discursar. “Os discursos de Rosely se intercalam com gritos de parte das lésbicas e de nossas companheiras da mesma luta para que o dono apareça” (CHANACOMCHANA, 1983, p. 2). A polícia foi chamada e permitiu que a manifestação ocorresse sob justificativa de que “os direitos são para todos os brasileiros”. Cercado por jornalistas e manifestantes, o dono do bar declarou que o grupo poderia divulgar com liberdade o boletim no interior do bar.

Figura 21 - Rosely Roth discursando no Ferro's Bar



Fonte: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/levante-ao-ferros-bar-o-stonewall-brasileiro.phtml>. Acesso em: 15 mai. 2024.

O evento ganhou notoriedade pois, além da quantidade de manifestantes e cobertura da imprensa — como a Folha de S. Paulo Revista Mulherio —, contou com a presença de figuras políticas importantes, como a vereadora Irede Cardoso (PT)³³. Dentre os convidados para a manifestação, estavam ainda a deputada Ruth Escobar (PMDB), e o deputado federal Eduardo Suplicy (PT). Como apoio na área legal, foi convidada a então representante da OAB e da Comissão dos Direitos Humanos, Zulaiê Coimbra Ribeiro. Configura-se, assim, como um ensejo de solidariedade entre setores sociais de resistência política à ditadura militar brasileira. Através de uma vinculação subjetiva não em torno de uma identidade específica, mas de alianças baseadas numa noção ampla de seu entendimento de precariedade conjunta em meio à repressão, esses indivíduos contestam as estruturas de poder a eles impostas, produzindo “maneiras por meio das quais os corpos, na sua pluralidade, reivindicam o público, encontrando-o e produzindo-o por meio da apreensão e da reconfiguração da questão dos ambientes materiais (BUTLER, 2018, p. 52).

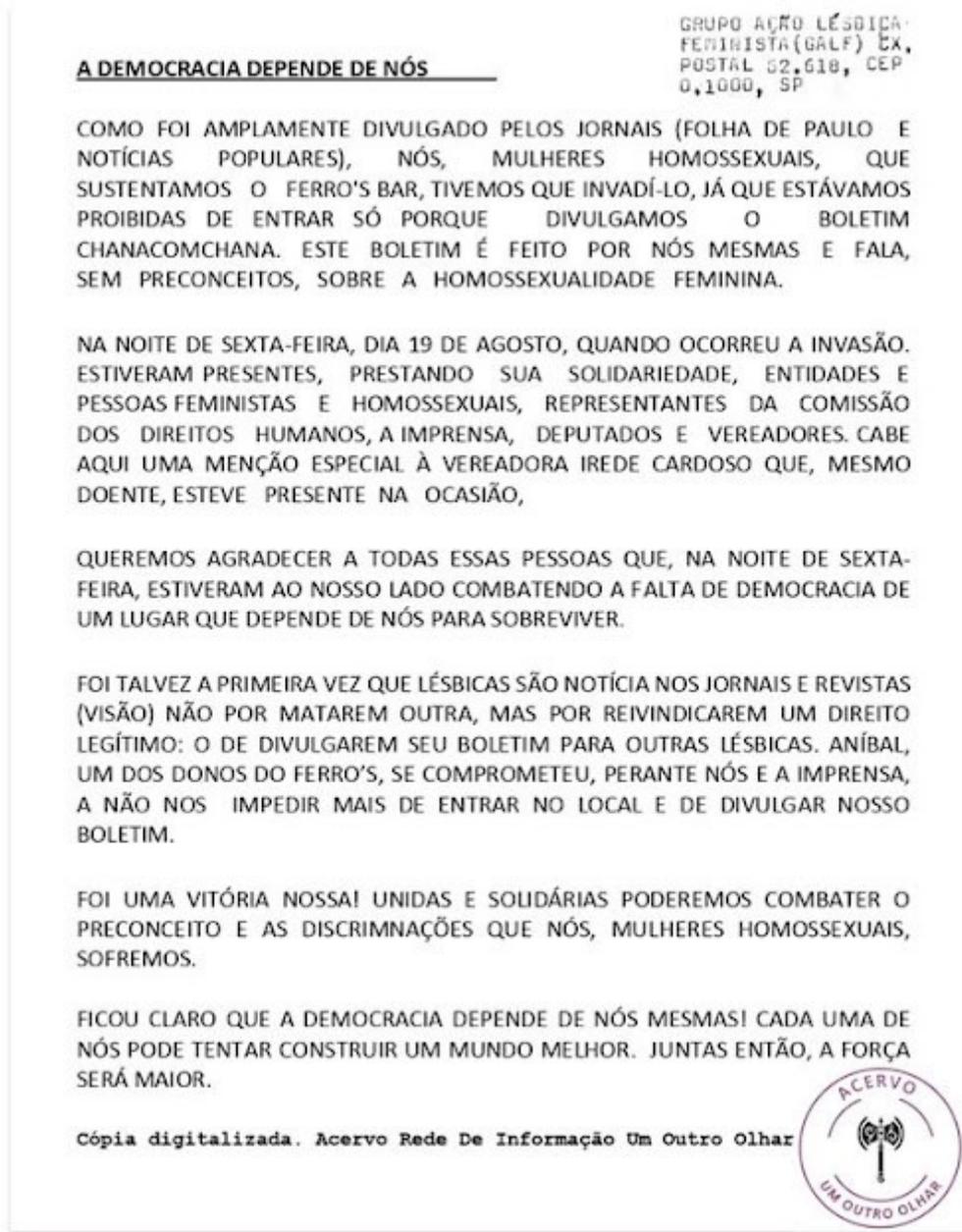
A militância pela democracia não se restringe aos trabalhadores, seus sindicatos e seus partidos políticos, mas se estende ao cotidiano: às ruas, aos bares, às escolas, ao trabalho, às camas, aos jardins, aos mercados. Em suma, ao dia-a-dia mais corriqueiro e banal de todas (os) cidadãs (ãos). É assim que esperamos ir construindo a verdadeira democracia e o verdadeiro socialismo (CHANACOMCHANA, 1983, p. 4).

³³ A vereadora chegou a protocolar uma moção de repúdio contra o dono do Ferro's Bar junto à Câmara Municipal de São Paulo. Uma cópia do texto está disponível em: <https://www.umoutroolhar.com.br/2022/06/orgulho-lesbico-o-happening-politico-do.html>

O Levante do Ferro's Bar caracteriza-se, assim, como um momento de reivindicação de agência de mulheres lésbicas brasileiras sobre sua própria história. Mesmo que só tenha adquirido caráter de marco na história do movimento homossexual brasileiro anos depois, reiterado por meio do reconhecimento do dia 19 de agosto como Dia do Orgulho Lésbico no estado de São Paulo ou da recomendação do relatório da Comissão Nacional da Verdade de 2014 para que o Ferro's Bar seja incorporado, junto de outros locais, como espaço de memória da população LGBTQIAPN+, as lésbicas do GALF já reconheciam sua importância no resgate e manutenção da própria memória (CHANACOMCHANA, 1983, p. 4). Após o evento, as militantes começaram a distribuir o panfleto "A Democracia Depende de Nós" no Ferro's bar, onde comemoram o sucesso a mobilização e agradecem a solidariedade prestada por todos os presentes.

Ao analisar a reverberação do episódio ocorrido no Ferro's Bar, é possível afirmar que o objetivo das lésbicas feministas do GALF em ocupar não somente o bar, mas também a história, foi alcançado. O episódio provocou fissuras na história oficial. Os registros da história institucional, os eventos, as datas oficiais, os personagens marcantes e os lugares simbólicos construíram outras narrativas sobre o período e deixaram um legado sobre a história e a memória das lésbicas feministas (SILVA, 2023, p. 159).

Figura 22 – Panfleto “A Democracia Depende de Nós” distribuído no Ferro’s após o Levante do dia 19



Fonte: <https://www.umoutroolhar.com.br/2022/06/orgulho-lesbico-o-happening-politico-do.html>. Acesso em: 15 mai. 2024.

Essa luta pela manutenção das próprias liberdades demonstra-se constante na medida em que outros casos de violência continuaram a ocorrer no Ferro’s Bar após o levante. O ChanacomChana não deixou de publicar denúncias às violências. Na edição de nº 10, 1986, o periódico trazia o texto “Patrão à Ferro’s”, uma carta de uma leitora que denunciava um caso de violência perpetrada pelo dono do estabelecimento. Ângela Costa descreve ter sido hostilizada e ameaçada por um dos proprietários, Antônio Manuel, e, após acionada a polícia, ter sido coagida a acreditar que seria culpada pela violência sofrida no estabelecimento (p. 10). Nota-se também

que, na edição seguinte ao Levante, o ChanacomChana veiculou um anúncio do Ferro's. Célia atribui essa proximidade estratégica como uma maneira encontrada pelos responsáveis de “limpar a barra” com mulheres lésbicas de maneira ampla, que correspondiam ao público majoritário do bar. “A gente não ia lá só para vender o boletim. A gente vendia boletim e jantava” (BARBOSA, 2019, p. 183). Mesmo as clientes que não simpatizavam com as militantes do GALF solidarizaram-se com a causa e, principalmente, com a situação de Rosely.

Elas não gostavam da gente porque a gente insistia em usar o termo “lésbica”. E tinha aquela coisa de: “eu sou entendida, não sou lésbica”. Então, pensa! Era um trabalho de conscientização que a gente tinha que fazer, mostrar que a palavra em si não era o problema. Mas, até mesmo as que não gostavam da gente se levantaram e foram em defesa da Rosely. Só se levantaram, tipo: “ei, meu”. Foi muito legal porque teve uma solidariedade espontânea. (BARBOSA, 2019, p. 183).

O GALF também registrou um aumento no envolvimento de mulheres no coletivo e no ChanacomChana após o levante. Na edição nº 5, de maio de 1984, comemoravam os 5 anos do Grupo e a receptividade do ChanacomChana, agradecendo o esforço reconhecido junto ao público no Brasil e no exterior:

São 5 anos de atividades recompensados pela certeza de que nós, do GALF, através de nossas reflexões sobre lesbianismo e feminismo, amadurecemos e crescemos enquanto seres humanos, num processo difícil, mas de contínuo aprimoramento de nossas relações pessoais. (CHANACOMCHANA, nº 5, p. 2)

A mesma época também marcou uma certa ampliação das atividades do GALF. O coletivo começou a ocupar, por exemplo, mais espaço midiático, participando de programas de rádio e televisão para promover as pautas do Grupo. A edição nº 8 do ChanacomChana trazia em suas páginas internas o relato da participação no programa da Hebe Camargo de 24 de maio de 1985, onde a temática do lesbianismo causou tensão entre as participantes.³⁴ A data escolhida para tratar da temática ocorreu em função de um simpósio sobre homossexualidade feminina organizado pelo Centro de Estudos de Sexualidade Humana (CESH) ocorrido em São Paulo no sábado anterior à edição, dia 18 de maio. O GALF participou do evento mediando uma mesa sobre homossexualidade e feminismo. As militantes especularam que o evento foi o primeiro a tratar especificamente da temática do sexo entre mulheres no Brasil,

³⁴ A participação de Rosely no programa está registrada no arquivo da Rede Um Outro Olhar. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JqDzZJfJSbE>

recebendo espaço em grandes veículos de imprensa. A edição de 19 de maio de 1985 da Folha de S. Paulo noticiava:

A homossexualidade feminina foi tema de um simpósio que reuniu ontem cerca de duzentas pessoas no Centro de Convenções Rebouças, em Cerqueira César, zona Oeste da Capital. (...) o encontro caracterizou-se pelo empenho em “desrotular” a opção sexual como doença ou anormalidade. (FOLHA DE S. PAULO, 1985, p. 22)

A bancada para tratar da temática no programa foi composta pela apresentadora Hebe Camargo, a militante do GALF Rosely Roth, o psiquiatra e psicoterapeuta do CESH, Ronaldo Pamplona da Costa, e a funcionária pública Maria Amélia, mãe de uma garota lésbica. O texto, publicado no ChanacomChana na coluna “Uma história de heteror”, é um relato da própria Rosely. A militante aponta que a consciência da oportunidade de estar presente em um dos programas com a maior audiência do país a deixava preocupada em aproveitar o espaço da melhor forma possível.

Emerge aí uma questão central às imbricações entre imprensa e cultura. A mídia, em especial audiovisual, tem papel importante no desenvolvimento de processos didáticos de produção de conhecimentos tidos como norteadores da sociedade por ser um dos sistemas de representação social mais evidentes, operando de maneira direta no imaginário ao respeito das convenções sociais (VEIGA, 2010, p. 62). Rosely avalia que, mesmo dado o jogo de interesses diversos envolvendo a bancada que compunha o programa, aquela era uma grande chance para a imagem do GALF. “Naquele dia, eu sabia que tinha uma oportunidade única de atingir estados, cidades e interiores praticamente inacessíveis, a não ser via televisão, e que chances como aquela, (...), não aparecem todo dia” (CHANACOMCHANA, 1985, p. 7).

Figura 23 - Rosely Roth (acima) e Maria Amélia (abaixo) no programa da Hebe



Fonte: CHANACOMCHANA, nº 8, 1985, p. 8

O Relato da mãe da garota operou de forma lesbofóbica, com falas como “prefiro que ela [a filha] seja infeliz do que ver ela com outra mulher; isto não é normal, vai contra as leis de Deus” (CHANACOMCHANA, 1985, p. 8), sendo amplamente aplaudida pela plateia. Em suas falas, Rosely fez questão de mencionar a caixa-postal do GALF em duas ocasiões, e afirmou que a mãe da garota deveria deixar que a filha escolhesse o próprio caminho. Disse a militante no programa:

A gente [GALF] existe. Por enquanto é um grupo pequeno. E a gente tá tentando pensar sobre isso, aliviar as mulheres da culpa, vergonha, e dos conceitos que fazem mal, que atrapalham a vida da gente. Não é nossa sexualidade, mas a repressão que a gente sofre, o policiamento (UM OUTRO OLHAR, 2019).

Ao ser provocada por Maria Amélia, que perguntou a Rosely: “você se acha feminina com sapato de homem?”, a militante frisou a necessidade de respeitar as diferenças e compartilhou sua própria vivência, afirmando que sua sexualidade a dava prazer e não tinha nenhuma relação com ser mal-amada por homens — hipótese levantada por participantes do programa —, pontuando que um dos objetivos do GALF era a luta pela autonomia da orientação sexual. O debate acalorado entre Rosely e Maria Amélia repercutiu amplamente e, apesar de a temática discutida na noite ter sido aprovada pela censura, custou represálias ao programa de Hebe Camargo. A

produção recebeu uma carta do então chefe do Serviço de Censura Federal de São Paulo, Dráusio Dornellas Coelho, afirmando que a apresentadora “permitiu que seu programa se transformasse numa ‘tribuna livre de aliciamento, indução e apologia ao homossexualismo feminino’” (CHANACOMCHANA, 1985, p. 10) e solicitando que o programa tivesse a faixa etária aumentada e gravação prévia.

Ao longo dos dias 30 e 31 de maio e 1º de junho, o jornal Folha da Tarde publicou uma série de entrevistas com os envolvidos no caso. Hebe Camargo se demonstrou indignada com a carta. Para ela, imorais eram “os pactos de morte nas celas, feitas para denunciar as péssimas condições carcerárias, e as pessoas passarem fome, entre outras coisas” (CHANACOMCHANA, 1985, p. 10). Em entrevista, Dráusio Coelho afirmou que o tema, em si, era “altamente educativo”, “se for debatido em termos de alerta, de recuperação daqueles que procuram um caminho e não encontram” (CHANACOMCHANA, 1985, p. 11). Para o chefe do Serviço de Censura de SP, grande parte do “aliciamento” ocorreu em torno de Rosely ter mostrado a caixa postal do GALF e edições do ChanacomChana.

Esse espaço de representação política reivindicado pelo GALF e por Rosely suscita outro ponto central a respeito do papel da imprensa na visão política da sociedade. Ainda que, em geral, a televisão fosse o elemento mais dinâmico de formação de opinião no período estudado, sendo o principal meio de mediação entre os cidadãos e a política, nem ela nem nenhum outro canal de comunicação determinam diretamente o modo de pensar de sua audiência. Os 55% dos lares com televisão entre os 26,4 milhões de residências que participaram do levantamento do censo nacional de 1980³⁵ — e que na metade da década já eram certamente ainda mais — representavam a diversidade da população brasileira no período. Assim, ainda que os mecanismos de comunicação da grande imprensa se construam em torno de oligopólios com agenda política atravessada por interesses corporativos variados, a capacidade de organização de setores da sociedade civil permite a mobilização de seus recursos para a promoção de um processo político plural (PORTO, 1997, p. 14-18). Cumprindo o objetivo de Rosely, o GALF e o ChanacomChana passaram meses recebendo mais de 200 cartas de todo o Brasil com elogios à participação da militante no programa e buscando saber mais sobre a atuação do grupo de mulheres.

³⁵ MATTOS, Sérgio Augusto Soares. Um perfil da TV brasileira: 40 anos de história 1950/1990. Salvador: Associação Brasileira de Agências de Propaganda/ Capítulo Bahia: A TARDE, 1990.

4.4 PARA ALÉM DO BRASIL: A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS LUTAS DO GALF

A década de 80 marca um momento importante para a articulação dos movimentos sociais a nível mundial. A instituição da Década da Mulher pela ONU, entre 1975 e 1985, impulsionou uma série de elaborações e discussões sobre a condição feminina mesmo entre os países do Cone Sul, que ainda viviam períodos marcados pela repressão, o que permitiu uma maior organização do movimento feminista. Nota-se, no período de retorno de exílio de muitas militantes que deixaram países como o Brasil, Argentina e Chile, uma reelaboração das pautas feministas baseadas no acúmulo que essas militantes adquiriram no exterior somado à consciência política e propostas de intervenção desenvolvidas por mulheres que permaneceram em seus países de origem (HENTZ; VEIGA, 2011, p. 149-50).

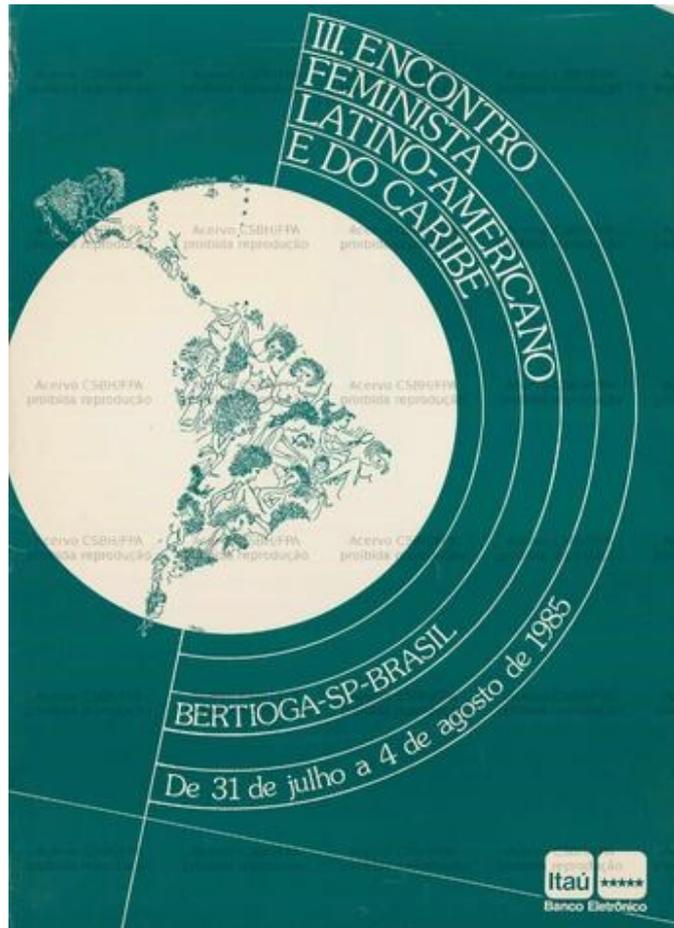
Academicamente, esse período também marca o início de uma revisão crítica das noções de identidade homogeneizante em torno da categoria mulher, resultado da “crescente tomada de consciência das diferenças e desigualdades no que concerne ao enquadramento político; à posição de classe; às circunstâncias raciais/étnicas; às distâncias de geração e ideológicas” (COSTA, 2004, p. 25), o que, a partir dos anos 90, resultará num gradual deslocamento teórico envolvendo o conceito de gênero. No Brasil, ainda que num primeiro momento tenha se mantido restrita a alguns círculos específicos ligados ao meio acadêmico, essa crítica ao essencialismo identitário homogeneizante é pauta recorrente nas reflexões do ChanacomChana. O periódico e o GALF se constituíram como uma ponte entre a academia e os ativismos lésbicos da década de 80.

Isso se deu, sobretudo, pela visibilidade que o periódico proporcionou ao trabalho de ativistas e teóricas feministas do Brasil e do exterior. Algumas, como Rosely Roth, transitavam entre os dois espaços, enriquecendo a produção científica e, ao mesmo tempo, politizando a condição lésbica (BARBOSA, 2019, p. 91).

A atuação do GALF na segunda metade dos anos 1980 fica marcada por essa ampliação epistemológica em torno da noção da experiência feminina em meio a sua participação em eventos de caráter internacional. Seja por meio de uma relação mais comedida com setores do movimento feminista — ainda que com ressalvas — ou por uma maior atenção à pluralidade da própria experiência lésbica possibilitada pelos contatos com outras redes de informação internacionais.

Em 1985, o GALF esteve representado no III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe³⁶, que foi realizado em Bertiooga (SP) entre os dias 31 de julho e 4 de agosto, contando com a participação de cerca de 850 mulheres. O evento ocorre a cada dois anos desde 1981, quando teve sua primeira edição realizada em Bogotá, na Colômbia. A edição nº 9 do ChanacomChana, de dezembro de 1985, trazia o relato de Miriam Martinho, militante ativa do GALF desde o começo do Grupo.

Figura 24 - Cartaz do III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe



Fonte: <https://bit.ly/cartazencontrocaribe>. Acesso em: 15 mai. 2024.

Miriam afirma ter se surpreendido com o tom do evento em relação à questão do lesbianismo, que teve três espaços oficiais destinados à temática e esteve centrado em “preservar o respeito pelas diferenças existentes entre nós, mulheres” (CHANACOMCHANA, 1986, p. 8). O primeiro foi um debate sobre representação de lésbicas na televisão brasileira promovido pelo GALF, que pôde levar a experiência

³⁶ Contando com a participação de mais de mil mulheres de diversos países, essa edição do Encontro marcou a reestruturação da organização desse tipo de eventos feministas, que deixaram de ser restritos a membros de grupos autônomos e passaram a incorporar grande quantidade de mulheres de outros movimentos (BRANDÃO; BINGEMER, 1994, p. 103-104).

vivenciada no programa da Hebe Camargo meses antes. Os outros dois foram espaços de conversa sobre lesbianismo, um fechado apenas para mulheres lésbicas e outro aberto a todas que quisessem participar. Na ocasião, foi debatida a importância de se tratar da temática lésbica no movimento feminista e a importância do acolhimento de mulheres lésbicas em coletivos feministas de maneira ampla. A mesma edição do encontro também marca a emergência de uma organização de mulheres negras expressivamente coletivizadas. O encontro terminou com um ato na Praça da Sé, em São Paulo, deixando um indicativo para novo evento no México em 1987, no qual o GALF também esteve presente (CHANACOMCHANA, 1986, p. 27).

Figura 25 - Miriam Martinho no IV Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe



Fonte: <https://bit.ly/umoutrolhar>. Acesso em: 15 mai. 2024.

No ano seguinte ao encontro de Bertioga, entre 28 e 31 de março de 1986, o GALF esteve representado na 8ª Conferência do Serviço de Informação Lésbica Internacional (ILIS) por duas de suas militantes. O evento marcou um importante momento de intersecção do Grupo com coletivos lésbicos de diversas partes do mundo. Destaca-se uma reunião ocorrida entre grupos latino-americanos, com representantes do Chile, Peru, Costa Rica, República Dominicana, México e Brasil. Desse encontro, foram discutidas as similaridades entre as experiências das mulheres presentes nos diversos países, como a invisibilidade e o isolamento, vulnerabilidade econômica e cultural, repressão institucionalizada, o racismo e a intolerância sofrida por militantes heterossexuais. Como encaminhamento do espaço, destaca-se a criação da Rede Lésbica Latino Americana e o indicativo para realização do Primeiro

Encontro Lésbico Latino Americano, no México, durante a 4ª edição do Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe.

Figura 26 - Encontro de mulheres latino-americanas na 8ª Conferência do ILIS



Fonte: CHANACOMCHANA, nº 10, 1986, p. 22

Foi realizada também uma passeata pelas ruas de Genebra, que saiu da Universidade de Genebra e caminhou até um monumento com duas mulheres abraçadas, uma delas segurando uma espada. Na chegada ao monumento, foram penduradas duas faixas junto às mulheres: “Pelo direito ao asilo político para lésbicas de todos os países” e “Primeiro monumento ao lesbianismo internacional”.

Por meio dessa ocupação e intervenção realizada pelas lésbicas feministas participantes do evento, o monumento se tornou falante e abriu espaço crítico na opinião pública ao reivindicar o direito ao asilo político para lésbicas do mundo. Além disso, o monumento sólido relacionado à história nacional da República, através do ato de ocupação e intervenção, se tornou móvel, mudando de sentido e significado (SILVA, 2023, p. 152).

Figura 27 - Intervenção do ILIS em Genebra, 1986



Fonte: CHANACOMCHANA, nº 10, 1986, p. 22

Alguns meses após a Conferência, em setembro de 1986, o GALF iniciou seu processo de filiação à ILGA (International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association), por meio do Projeto Gêmeos, uma iniciativa da Associação que buscava incorporar mais grupos latino-americanos por meio de um sistema de apadrinhamento, que consistia no financiamento, por parte de algum grupo europeu, anualmente ao grupo apadrinhado. O Grupo brasileiro foi apadrinhado pelo coletivo sueco RFSL-Malmö. Na ocasião, outros quatro grupos homossexuais latino-americanos foram filiados: Comunidade Homossexual Argentina; Grupo Pólen, do México; Grupo Escorpio, do Uruguai; e MHOL, da Costa Rica. Nota-se, assim, um alinhamento entre as demandas de movimentos de múltiplos países que permitiria

toda uma ampliação das propostas de intervenção desses coletivos junto à Rede de Informação Um Novo Olhar após a redemocratização.

4.5 HORIZONTE DE MUDANÇA: HOMOSSEXUALIDADE NA CONSTITUINTE E A REDEMOCRATIZAÇÃO

Ainda que os anos 1980 tenham sido encarados pelos próprios militantes do período e muito tempo após seu fim como um momento de desmobilização para o movimento homossexual brasileiro, um certo distanciamento temporal, somado a novas contribuições no campo da historiografia, permitem que a época seja reinterpretada como um período de reestruturação. Mesmo que o MHB tenha sido impactado por diversas crises internas e externas a suas estruturas, é nesse período que surge um movimento demarcadamente lésbico. É também nesse período que os grupos em atividade criam laços de solidariedade com outros setores da luta democrática. A época de desarticulação de diversos grupos organizados em São Paulo é a mesma que registra o surgimento de novos coletivos em outros estados, criando-se uma mudança do eixo Rio-São Paulo para o eixo Rio-Nordeste. Esse deslocamento também é observado na prioridade de pautas do movimento. Enquanto os movimentos de primeira onda se preocuparam em valorizar o trabalho político individual e em grupo em torno da pauta da identidade, os grupos em atuação na redemocratização assumem “um sentido mais pragmático, focado na ação institucional para garantir cidadania e proteção a tais sujeitos marginalizados, através de maior atuação no Legislativo e no Judiciário” (SANTOS, 2003, p. 341-344).

A inclusão do respeito à orientação sexual na Constituição Federal era um projeto latente nas reivindicações do movimento homossexual brasileiro desde seu surgimento. Em meio às reuniões de planejamento do 1º Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO), já era pautada a necessidade do debate sobre formas efetivas de reivindicação dessa pauta na Constituição Federal. Durante o encontro, foram criadas comissões de estudo para a viabilização da “alteração da Constituição Brasileira no que diz respeito a opção sexual, incluindo esse termo nos direitos individuais do cidadão” e a “alteração no Código Internacional de Doenças - OMS, que inclui o homossexualismo como desvio mental” (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1980, p. 7).

Em 1985, com o fim da ditadura militar e a iminência da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, o ChanacomChana começa a ser utilizado de

forma ampla para suscitar a importância do debate da pauta homossexual numa esfera jurídica e legislativa. Tenta-se realizar uma inserção do público leitor no debate sobre o tema a partir de abordagens que prezam pelo ponto de vista das “vivências e experiências vividas pelas lésbicas, relacionando-as com as questões conjunturais do momento” (FRANÇA, 2022, p. 106).

A edição de nº 9 do periódico, de dezembro de 1985, trazia o texto “A homossexualidade na Constituição”, assinado por Rosely Roth. A militante incentivava a participação política das leitoras não apenas através do voto para escolha de representantes que comporiam a assembleia constituinte, mas também pela proposição coletiva de elaboração do texto, convidando-as a enviarem suas propostas para a caixa postal do GALF.

Tendo uma ou mais propostas de inserção deste item na Constituição, poderemos só votar nos candidatos que levarem a nossa proposta, entre outras de conteúdo mais libertário. A hora é de, em grupo ou de forma individual, procurarmos formular propostas. Para isto, podemos organizar debates sobre a questão da homossexualidade na Constituição, consultarmos advogadas (os) para descobrirmos as formas possíveis de inserção de um item neste sentido (CHANACOMCHANA, 1985, p. 20).

Na edição seguinte, publicada seis meses depois, na metade de 1986, no texto “Homossexualidade nas leis”, também escrito por Rosely, é reiterada a necessidade de legislações que criminalizem a homofobia, além de discutidos outros conteúdos jurídicos, como a lei do estupro³⁷ — a que a militante considerava limitada à práticas de abuso entre heterossexuais³⁸ — e a lei de atentado ao pudor — a que considerava passível de ser utilizada para reprimir demonstrações de afeto entre casais homoafetivos. Essa preocupação em trazer a luta por direitos a uma esfera institucional por meio de uma análise e reformulação da legislação vigente, pontuando seu evidente sistema de valoração baseado em um essencialismo sexual (RUBIN, 2017), torna-se importante na medida em que os sistemas jurídicos operam com base em práticas de legitimação e exclusão, representando sujeitos discursivamente construídos (BUTLER, 2003, p. 18-19). Assim, a busca pela aprovação de um texto que contemplasse as homossexualidades na Constituição não consistia de um projeto com fim em si mesmo, mas no início de uma série de elaborações jurídicas que visavam a legitimação das identidades dissidentes junto ao sistema institucional. O

³⁷ Artigo 213 do Código Penal.

³⁸ Artigo 233 do Código Penal.

artigo de Rosely também já apresenta uma proposta de texto para inserção na Constituição, formulada pelo GALF em Conjunto com o Grupo Gay da Bahia e o coletivo Triângulo Rosa (RJ):

"Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso, convicções políticas e de preferência sexual. Qualquer infração ao contido neste parágrafo será punido pela lei" (CHANACOMCHANA, 1986, p. 15).

O conteúdo do texto sofreria ainda algumas alterações baseadas no debate em relação ao uso dos termos preferência/opção/orientação sexual, sendo adotado como “orientação” nas versões finais. “Embora existissem disputas sobre os termos adotados, havia o desejo em comum em relação à inserção de texto que garantisse a existência dos homossexuais perante a lei” (SILVA, 2023, p. 120). Rosely destaca, ainda, o caráter de coalizão das mobilizações em torno da constituinte:

Penso que além deste ponto, o candidato à Assembleia Constituinte deve lutar pelos direitos de todos os oprimidos: mulheres, operários, camponeses, estudantes, negros, deficientes físicos e Índios. Deve também combater a miséria existente, e a exploração capitalista, a privatização da saúde e do ensino, a destruição do meio ambiente, o desemprego, entre outros pontos-de importância fundamental para a criação de uma sociedade verdadeiramente democrática e libertária (CHANACOMCHANA, 1986, p. 15).

Em setembro de 1986, dois meses antes da eleição da Constituinte, o coletivo organizou também uma entrevista bate e volta com três candidatas do estado de São Paulo: Dulce Cardoso (PT), Irede Cardoso (PT), simpatizantes da causa homossexual que concorriam ao cargo de deputadas federais, e Cassandra Rios (PDT), escritora, lésbica e candidata a deputada estadual. O relato do debate foi publicado na edição nº 11 do ChanacomChana, de outubro de 1986. Ao todo, foram mais de quatro horas de entrevista, realizada no Ferro 's Bar (CHANACOMCHANA, 1987, p. 13). Buscou-se cobrar um comprometimento das candidatas com a pauta homossexual para além da Constituição, garantindo que seus gabinetes estariam abertos às demandas desses indivíduos.

No texto “Balanço das Eleições”, publicado na última edição do ChanacomChana, em maio de 1987, Rosely lamenta que nenhuma das candidatas entrevistadas pelo GALF tenha sido eleita. Pontua os desafios de se construir uma candidatura engajada com as causas de grupos dissidentes — como a falta de financiamento — além de questões relativas à divulgação de suas plataformas, como tempo de televisão reduzido. Em São Paulo, por exemplo, a única deputada

declaradamente feminista eleita foi Ruth Escobar (PMDB). Dos 84 parlamentares eleitos, apenas 4 eram mulheres (SALES, 2019, p. 42). A militante também comemora um acontecimento histórico: a eleição, no Rio de Janeiro, de Herbert Daniel, candidato homossexual pela coligação PT/PV, como deputado estadual.

De forma geral, o balanço das eleições de 1986 resultou num parlamento majoritariamente conservador, com 77% das cadeiras compostas por deputados da coligação PMDB-PFL. Rosely atribuiu a isso a principal motivação da recusa à inserção ao respeito à orientação sexual na Constituição Federal. O inciso IV do artigo 3º foi publicado como: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Destaca-se, no entanto, que respeito à orientação sexual foi amplamente discutido na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias da Constituinte, resultado da participação ativa de representantes do GGB, do Triângulo Rosa e da Turma OK (RJ) na subcomissão.

O texto de Rosely apresenta um tom relativamente otimista para os horizontes do movimento homossexual brasileiro. Apesar de lamentar o resultado geral, vê na continuidade da articulação e fortalecimento das estruturas internas do coletivo o caminho para a construção de uma base que possibilite a ocupação do espaço institucional por candidatos, provenientes ou não do movimento homossexual, que promovam suas pautas e tantas outras. Por fim, conclui:

Andorinha sozinha não faz verão. O mesmo eu digo para as mulheres lésbicas: sem uma organização coletiva, as nossas propostas dificilmente terão um alcance social sequer razoável (CHANACOMCHANA, 1987, p. 24).

Em 1987, o GALF iniciou um processo de reorganização que se consolidou na fundação da Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar. Já em 1987, o grupo passou a editar o boletim Um Outro Olhar, substituindo o ChanacomChana. Seu primeiro número, lançado em setembro de 1987, é o marco de abertura da segunda onda da imprensa lésbica brasileira (BARBOSA, 2019). O final dessa década marca também a fase de transição da segunda para a terceira onda do movimento homossexual brasileiro, que se inicia em 1990 e é marcado pela mobilização política voltada fortemente ao meio institucional como forma de reivindicação do direito à cidadania e nacionalização do movimento (FACCHINI, 2005). Essa tendência à institucionalização também é observada nos veículos de imprensa feministas, por

exemplo, que tentam se incorporar em diversos níveis ao meio acadêmico (KUCINSKI, 2003, p. 72).

O enfoque do Boletim Um Outro Olhar reforça a nova forma de atuação da Rede Um Outro Olhar. Já não operando mais na clandestinidade, a publicação rearticula seu esquema de circulação, adquirindo aspirações nacionais, abandona o mote de afirmação sexual e volta-se à promoção de um novo conjunto de práticas alternativas cotidianas na vida social de lésbicas: “no esporte, na saúde, na educação, no meio ambiente e na cultura urbana” (LESSA, 2007, p. 122). Essa nova proposta visou ainda a ampliação do incentivo à participação coletiva na construção do conteúdo da publicação com o objetivo de aproximar novas mulheres lésbicas da militância política.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, a articulação do Movimento Homossexual no Brasil e seu posterior alinhamento junto a outros setores das lutas democráticas ocorrem como resposta às condições de subalternização desses sujeitos em uma estrutura política que tinha a heteronormatividade como agravante às violências por eles sofridos. Ainda que a primeira onda do MHB tenha seu início marcado pelo surgimento do Somos, o estudo da formação de subculturas homossexuais ligadas à estruturação dos grandes centros urbanos torna possível a constatação de diversos outros ensejos de organização anteriores a 1979, o que permite uma visão menos descontinuada da articulação política em torno das pautas relacionadas às sexualidades. A análise dessas mobilizações de maneira relativamente progressiva permite também uma positivação do horizonte político das pautas LGBTQIAPN+ na medida em que seus momentos de ruptura podem ser encarados como épocas de reestruturação ao invés de desarticulação.

A busca de mulheres lésbicas por autonomia durante esse processo é uma reação às falhas de representação tanto em suas tentativas de organização no movimento feminista como homossexual. No caso específico do GALF, sua independência não limitou a criação de laços de solidariedade com outros grupos, resultando em saldo positivo à agenda política. Seja por meio da reação insubordinada à repressão — em movimentos de contestação à violência policial, por exemplo — ou de mobilizações com caráter institucionalizado — contra a patologização das homossexualidades e inclusão do respeito à orientação sexual na legislação durante a Constituinte — observa-se uma consciência das militantes do GALF a respeito dos entrelaçamentos necessários para a construção da luta política. A atuação do Grupo sofre deslocamentos estratégicos embasados em suas demandas e experiências.

Também como uma reação às estruturas de representação na imprensa hegemônica e alternativa, o ChanacomChana surge, junto a outros periódicos, no que se categoriza como a primeira onda da Imprensa Lésbica Brasileira, como um mecanismo de comunicação militante que objetivava a positivação da identidade lesbiana e reconstrução de suas narrativas históricas. Ainda que a primeira onda tenha seu marco de início 1981, a participação de lésbicas em outros periódicos já era uma constante em anos anteriores e foi justamente em virtude da produção de escritos sobre si mesmas que estas mulheres constataram a importância de sua articulação.

As propostas de intervenções dessas publicações não obedeciam a normativas rígidas de produção, seja em relação ao seu formato ou ao seu conteúdo. No caso específico do ChanacomChana, essa característica reitera as múltiplas estratégias de ação adotadas pelo GALF em meio às lutas democráticas. Enfrentando problemas relacionados a financiamento e distribuição comuns a todos os veículos alternativos desse período, sua continuidade ao longo dos anos esteve garantida justamente por essa capacidade de adaptação às demandas de suas produtoras e leitoras. O boletim foi um dos poucos a não só organizar um projeto de distribuição internacionalizado, como também a se manter operante durante a redemocratização, utilizando-se das possibilidades abertas pela institucionalização para explorar novos métodos de produção de conteúdo e envolvimento com o público.

O ChanacomChana ocupa centralidade entre as produções da primeira onda da imprensa lésbica brasileira pois, para além de seu maior tempo de atividade, contribuiu amplamente para a disseminação de uma série de signos e saberes a respeito da identidade lésbica no período, constituindo-se como uma importante tecnologia de gênero. Ao resgatarem narrativas sobre personagens e momentos da história lesbiana, as produtoras do ChanacomChana causaram fissuras na história oficial, reivindicando agência sobre a construção de suas memórias. Da mesma forma, ao registrarem seus eventos, denunciarem as violências sofridas e construírem redes interconectadas de trocas de experiências por meio das páginas do periódico, as militantes do GALF contribuíram para a ampliação epistemológica das formas como autoritarismo opera em corpos e estruturas sociais. A violência física e exclusão institucional se configuram, assim, apenas como alguns exemplos de como a política sexual levada a cabo pelo regime ditatorial brasileiro operou sobre corpos dissidentes.

Estudar os desdobramentos políticos e editoriais que resultaram na publicação de um periódico como ChanacomChana é também observar o caráter intrinsecamente humano ao fazer comunicacional. Para além de um simples boletim das atividades do GALF ou veículo articulador do movimento organizado, o periódico foi um espaço de sociabilidade tanto para seu público quanto para as mulheres que o produziram. As disputas discursivas em suas páginas se baseiam em demandas coletivas na mesma medida que em individuais, visto que são fruto de elaborações de suas produtoras consigo mesmas, entre si e com suas leitoras. Não é possível, assim, que o caráter militante de periódicos como o ChanacomChana seja limitado a um engessamento categórico relacionado ao seu potencial articulador para eventos e manifestações, por

exemplo. As páginas de trocas de cartas ou produção de poesias se apresentam políticas na mesma medida, visto que também se configuram como propostas de resistência aos resultados multifacetados da repressão sobre corpos dissidentes, mobilizando afetos, emoções e desejos.

Por fim, a situação do ChanacomChana num espaço intermediário entre arquivo e testemunho transforma sua análise num exercício de comoção. Por vezes leve e acolhedora, a experiência dissidente também perpassa toda uma esfera amarga e, eventualmente, solitária de busca por representação e pertencimento. A repressão extrapola a esfera da vivência pública, afetando as subjetividades particulares e mobilizando emoções de maneiras variadas. Gênero, sexualidade e outros demarcadores foram fundantes às experiências das produtoras e leitoras do periódico e é com base neles que se constroem as intervenções discursivas contidas nas páginas do ChanacomChana. É precisamente na evocação à essa multiplicidade de emoções que repousa a sensibilidade necessária às propostas emancipatórias de um veículo de comunicação militante. Como pontuado pelas próprias integrantes do GALF, a liberdade é como uma máquina nova, enquanto não se tiver contato com ela, não será possível manejá-la.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Caio Maia de. **Entre armários e caixas postais: escritas de si, correspondências e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2017. 198 f.
- ALONSO, Angela. **A teoria dos movimentos sociais: um balanço do debate.** Lua nova, são Paulo, n. 76, 2009. P. 49-86.
- AMARO, Jonathan Neves; GENTILLI, Victor Israel. **A ditadura militar e a censura no jornalismo impresso: uma análise dos jornais a gazeta e posição.** Anais do seminário comunicação e territorialidades, v. 1, n. 7, 2021.
- AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa e estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e resistência: o estado de São Paulo e movimento.** Bauru: EDUSC, 1999.
- BANDEIRA, Marcio Leopoldo Gomes. **Será que ele é? Sobre quando o lampião da esquina colocou as cartas na mesa.** 2006. 129 f. Dissertação (mestrado) - curso de história, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.
- BARBOSA, José Fábio. **Homossexualismo em São Paulo: estudo de um grupo minoritário.** In: GEEN, James; TRINDADE, Ronaldo (Orgs.). Homossexualismo em são Paulo e outros escritos. São Paulo: editora da Unesp, 2005.
- BARBOSA, Paula Évelyn Silveira. **Trajectoria da imprensa lésbica no brasil (1981-1995): uma história possível para (re)-pensar o jornalismo.** 2019. 279 f. Dissertação (mestrado) - curso de pós-graduação em jornalismo, universidade estadual de ponta grossa, Ponta Grossa, 2019.
- BASTERD, Leila de Andrade Linhares. **Legalização e descriminalização do aborto no Brasil: 10 anos de luta feminista.** Estudos feministas, v.0, p. 104-130, 1992. Disponível em: <<https://ieg.ufsc.br/storage/articles/october2020//ref/v0/barsted.pdf>>. Acesso em 15/01/2024.
- BORGES, Luiz Augusto Possamai Borges; ZACCHI, Lara Lucena; ZANDONÁ, Jair. **“queremos ser o que somos”:** o movimento homossexual no brasil (1964-1985). In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair.; MELLO, Soraia Carolina (org.). Mulheres de luta: feminismos e esquerdas no brasil (1964-1985). Curitiba: appris, 2019. P. 209-232.
- BORGES, Nilson. **A doutrina de segurança nacional e os governos militares.** In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Oliveira Neves (org.). O brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de janeiro: civilização brasileira, 2003.
- BRANDÃO, Margarida Luiza; BINGEMER, Maria Clara Luccheti. **Mulher e relações de gênero.** São Paulo, Edicoes Loyola, 1994.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia.** Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismos e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2003.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: contexto, 1988. P. 14.

CARDOSO, Ruth. **Movimentos sociais urbanos: balanço crítico**. In: SORJ, Bernardo. *Sociedade e política no Brasil pós-64* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. P. 313-350.

CAVALCANTI, Céu; BARBOSA, Roberta Brasilino; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. **Os Tentáculos da Tarântula: Abjeção e Necropolítica em Operações Policiais a Travestis no Brasil Pós-redemocratização**. *Psicologia: Ciência e Profissão*, vol. 38, nº 2, p. 175-191, 2018.

CIRIZA, Alejandra. **Memoria, experiencia politica e testimonio**. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (orgs.). *Gênero, feminismos e ditaduras no cone sul*. P. 247-248.

COLLING, Ana Maria. **As Mulheres e a Ditadura Militar no Brasil**. *História em Revista*, v. 10, n. 10, 13 jul. 2017.

CORREIA, Beatriz. **Em sua atuação política, atriz Ruth Escobar destacou-se na luta pelas mulheres**. 10 jun. 2017. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=384045>. Acesso em: 15 mai. 2024.

COSTA, Ana Alice Alcantara. **O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política**. *Revista Gênero*, [S.L.], v. 5, n. 2, p. 1-20, 19 fev. 2013. Pro Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - UFF.

COSTA, Suely Gomes. **Movimentos feministas, feminismos**. *Revista estudos feministas*, v. 12, n. SPE, p. 23–36, dez. 2004.

COUTINHO, Gabriela. **Lésbicas no debate da redemocratização: uma análise do boletim ChanacomChana**. 2019. 50 f. Monografia (bacharelado e licenciatura em história) – departamento de história, Universidade de Brasília, Brasília.

CRENSHAW, Kimberle. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. *The university of chicago legal forum*, chicago, n. 140, p. 139-167, 1989.

CRESCÊNCIO, Cíntia Lima. **Quem ri por último, ri melhor: humor gráfico feminista (cone sul 1975-1988)**. 2016. 360 f. Tese (doutorado) - curso de pós-graduação em história, PPGH, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

DORNELLES, Beatriz. **Jornalismo solidário**. 1ª ed. São Paulo: editora GCI. 2006

FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. 191 p.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidade coletiva nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 304 p.

FERNANDES, Marisa. **Ações Lésbicas**. In.: GREEN, James N.; QUINHALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa. História do Movimento LGBT no Brasil. São Paulo: Alameda, 2018.

FERNANDES, Marisa. **Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão e por liberdade**. In: GREEN, James n.; QUINALHA, Renan (org.). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2019. P. 125-148.

FICO, Carlos. **Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão**. In: o brasil republicano: o tempo da ditadura. Rio de janeiro: civilização brasileira, 2003, p. 167 - 206.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. A vontade de saber. Vol.1, 7 ed. Rio de janeiro: graal, 1988, 152 p.

FRANÇA, Fanny. **Resistência e visibilidade lésbica na redemocratização: uma análise interseccional do boletim ChanacomChana**. 2022. 169 f. Dissertação (mestrado) - curso de pós-graduação em história, PPGH, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

FRANCO, Bernardo Mello. **Repressão no Itamaraty: os tempos do AI-5**. 2009. O Globo.

FRANCO, Pablo. Apresentação. In: FRANCO, Pablo. A imprensa alternativa no acervo do sistema nacional de informações 1964-1985. Brasil: Arquivo Nacional, 2016.

FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista"**. Cadernos de campo, v. 15, n. 14/15, p. 231-239, 2006.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. 1987.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**, 1963. Disponível em <<https://bit.ly/3otblrd>> acesso em 15 jan. 2024.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo. Edições Loyola, 1997. 383 p.

GREEN, James n. **Quem é o macho que quer me matar?** Revista anistia política e justiça de transição, Brasília, v. 8, p.58-93, jan. 2012. Ministério da justiça.

GREEN, James n.; CÉSPEDES, Carlos Manuel de; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades**. Comissão nacional da verdade, São Paulo, v. 1, n. 7, p.299-311, mar. 2014.

GREEN, James. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no brasil do século XX**. São Paulo: editora Unesp, 2019.

GUATARRI, Felix. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. 2ª ed. São Paulo: editora brasiliense, 1981.

HENTZ, Isabel c.; VEIGA, Ana Maria. **Entre o feminismo e a esquerda:** contradições e embates da dupla militância. In: PEDRO, Joana Maria; VEIGA, Ana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras do cone sul. Florianópolis: mulheres, 2011. P. 145-164.

IPEA - instituto de pesquisa econômica aplicada. Igualdade de gênero. **Políticas sociais:** acompanhamento e análise, Brasília, v. 1, ed. 1, junho 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11537/17/bps_29.pdf. Acesso em: 18 jan. 2024.

IRE, Binah; SILVA, Camila; LENZI, Maria. **Ser lésbica na ditadura:** vida e militância sob estado de exceção. In: WOLFF, Cristina Scheibe.; ZANDONÁ, j.; MELLO, s. C. (org.). Mulheres de luta: feminismos e esquerdas no brasil (1964-1985). Curitiba: Appris, 2019. P. 185-208.

JACOMEL, Gabriel Felipe. Falar de si, falar de nós: performances e feminilidades alternativas no teatro sul-americano (1975-1984). In: PEDRO, Joana Maria; VEIGA, Ana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras do cone sul. Florianópolis: mulheres, 2011. P. 299-323.

JUNIOR, Paulo Maior; SILVA, Fábio Ronaldo da; VIEIRA, Kyara Maria de Almeida. **American way of life:** a influência do movimento gay dos EUA no brasil através do lampião da esquina. In: seminário internacional fazendo gênero, 10., 2013, Florianópolis. Anais eletrônicos. Florianópolis: UFSC, 2013. P. 1 - 12.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários:** nos tempos da imprensa alternativa. 2. Ed. São Paulo: EdUSP, 2003. 441 p.

KUMPERA, Julia Aleksandra Martucci. **O lesbianismo é um barato:** O GALF e o ativismo lésbico-feminista no Brasil (1979-1990). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2021.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. Technologies of gender, Indiana University Press, 1987. Pp. 1-30. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5673685/mod_resource/content/4/DE%20LAURETIS%2C%20Teresa.%20A%20Tecnologia%20do%20Gênero%20%281987%29.pdf . Acesso em: 15 mai. 2024.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] Campinas, SP editora da Unicamp, 1990.

LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento:** a criação de subjetividades (brasil, 1979-2006). Tese de doutorado em história – universidade de Brasília, Brasília, 2007.

LEWIS, Carolyn Herbst. Introduction. In: lewis, carolyn herbst. **Prescription for heterosexuality:** sexual citizenship in the cold war era. Carolina do norte: University of North Carolina Press, 2010. P. 1-12.

LIMA, Marcus Assis. **Breve histórico da imprensa homossexual no brasil.** Biblioteca on-line de ciências da comunicação, 2001: 2.

LOCKS, Wagner. **Jornal de Viado**: o lampião da esquina no contexto da articulação do movimento LGBT brasileiro. Universidade federal de Santa Catarina, 2018. 80 p.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade**: identidade sexual e política no brasil da abertura. Salvador. Editora da Universidade Federal da Bahia, 2018. 388 p.

MANCINI, Rose. **Do lado do Mappin, mesmo com chuva**. Um outro olhar, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.umoutroolhar.com.br/2012/02/do-lado-do-mappin-mesmo-com-chuva.html>>. Acesso em: 10 mar. 2024

MARCUSCHI, Luís Antonio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: parábola editorial, 2008.

MARTINHO, Miriam. **ChanacomChana 3**: resgate e edição comentada. Um outro olhar, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.umoutroolhar.com.br/2023/03/chanacomchana-3-resgate-e-edicao.html>>. Acesso em: 2 fev. 2024.

MARTINHO, Miriam. **19 de agosto**: há 38 anos, o GALF realizava a primeira manifestação lésbica contra a discriminação no brasil. Um outro olhar, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.umoutroolhar.com.br/2023/03/chanacomchana-3-resgate-e-edicao.html>>. Acesso em: 2 fev. 2024.

MARTINHO, Miriam. **Memória lesbiana**: há 39 anos era lançado o primeiro número do boletim ChanacomChana. 2021. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2021/12/memoria-lesbiana-39-anos-dechanacomchana.html>. Acesso em: 15 mai. 2024.

MARTINHO, Miriam. **Memória lesbiana**: Miriam Martinho e o processo de produção dos boletins ChanacomChana e um outro olhar. 2021. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2021/07/memoria-lesbiana-um-raio-x-dos-boletins.html>. Acesso em: 15 mai. 2024

MCCOMBS, Edward; SHAW, d. L. **The emergence of american political issues**: the agenda-setting function of the press. St. Paul: West Pub. Co, 1977.

MCNALLY, David. **intersections and dialectics**: critical reconstructions in social reproduction theory. In BHATTACHARYA, Tithi (org.). Social reproduction theory: remapping class, recentring oppression. London: Pluto Press, 2017.

MEDITCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: editora da UFSC, 1992.

MELO, José Marques De; ASSIS, Francisco de. De. **Gêneros e formatos jornalísticos**: um modelo classificatório. Intercom: revista brasileira de ciências da comunicação, v. 39, n. 1, p. 39–56, abr. 2016.

MELO, José Marques de; GOBBI, Marina Cristina; SATHLER, Luciano (orgs.). **Mídia cidadã** - utopia brasileira. São Paulo, universidade metodista de São Paulo, 2006.

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais**. Lua nova, são paulo, n. 17, jun. 1989, p. 49-66.

MILLER, Carolyn r. **Gênero como ação social**. In: DIONÍSIO, a. P. & HOFFNAGEL, j. C. (orgs.) Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia. Tradução e adaptação de Judith Chambliss Hoffnagel [et.al.]. – recife: ed. Universitária da ufpe, p. 21- 44, 2009.

MOGROVEJO, Norma. **Un amor que se atrevió a decir su nombre**: la lucha de las lesbianas y su relación con los movimientos homosexual y feminista en América Latina. Cidade do México: Plaza y Valdés, 2000.

MORANDO, Luiz. **Por baixo dos panos**: repressão a gays e travestis e, belo horizonte (1963-1969). In: GREEN, James n.; QUINALHA, Renan (org.). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Edufscar, 2019. P. 51-81.

MOTT, Luiz. **Boletim do grupo gay da bahia**:1981-2005. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2011, 611p.

MUNTASER, Lara Denise. **O poder da comunicação durante o regime militar brasileiro**: uma análise crítica. Universidade federal de Uberlândia, 2017. 28 p.

NAPOLITANO, Marcos; VILLAÇA, Mariana Martins. **Tropicalismo**: as relíquias do brasil em debate. Revista brasileira de história, v. 18, n. 35, p. 53–75, 1998.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

NUNES, Alina dos Santos; WOLFF, Cristina Scheibe. **A todo vapor**: revolução sexual e desbunde. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de (org.). Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no brasil (1964-1985). Curitiba: Appris, 2019. P. 233-253.

OLIVEIRA, Luana Farias. **Quem tem medo de sapatão?**: resistência lésbica à ditadura civil-militar (1964-1985). Revista Periódicus, salvador, v. 1, n. 7, p.6-19, maio 2017.

PALMA, Daniel . Declarações enquadradas de corpos “vadios”: leitura de um arquivo de repressão policial à prostituição de travestis. **ALFA: Revista de Linguística**, v. 67, 1 jan. 2023, 22 p.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **A pesquisa sobre gênero, feminismos e ditaduras no cone sul**: um relato de viagens e algumas reflexões. In: PEDRO, Joana Maria; VEIGA, Ana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no cone sul. Florianópolis: ed. Mulheres, 2011, p. 19-43.

PEREIRA, P. P. G. Violência e tecnologias de gênero: tempo e espaço nos jornais. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, p. 485–505, 1 ago. 2009.

PERES, William; TOLEDO, Livia. **Dissidências existenciais de gênero**: resistências e enfrentamentos ao biopoder. Revista Electrónica de Psicología Política, v. 11, n. 22, p. 261–277, jul. 2011.

PÉRET, Flávia. **Imprensa gay no brasil:** entre a militância e o consumo. São Paulo: publifolha, 2011. 135 p.

PERUZZO, Cicilia. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. Palavra chave: Revista da Facultad de Comunicación. Cundinamarca/Colombia, Universidad de la Sabana, v.11, n.2, p.367-379, dez. 2008.

PONTE, Cristina. **Lentes cruzadas na pesquisa em jornalismo:** a proposta de Barbie Zelizer. V encontro dos núcleos de pesquisa da Intercom, 2005, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Intercom, 2005. P. 1-15.

PORTO, m. P. (1997). **O poder da televisão:** relações entre TV e política. Comunicação & educação, (8), 14-18.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes:** a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). Doutorado em relações internacionais — São Paulo: universidade de São Paulo, 6 jul. 2017.

QUINALHA, Renan. **Uma ditadura hétero-militar:** notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: GREEN, James N. et al (org.). História do Movimento LGBT no Brasil. São Paulo: Alameda, 2018. p. 15-38.

RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço. **De Daniele a Chrysóstomo:** quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena. 2013. 371 f. Tese (doutorado em história) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense Niterói, 2013.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do jornalismo no brasil.** Florianópolis: insular, 2007.

RUBIN, Gale. **Pensando o sexo.** In.: RUBIN, Gayle. Políticas do sexo. Trad. De Jamille pinheiro dias. São Paulo: UBU, 2017, p. 63-128.

SALES, Gabriela Coutinho. **Lésbicas no debate da redemocratização:** uma análise do boletim ChanacomChana. 2019. 50 f., il. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado e licenciatura em história) —universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SANTOS, Henrique Cintra. **Conexões e resistências globais queer durante a Guerra Fria:** movimentos LGBTQIA+ na ditadura brasileira e na Alemanha Oriental. 406 f. Tese (doutorado) - Curso de Pós-graduação em História, PPGH, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

SARTI, C. A. **Feminismo no Brasil:** uma trajetória particular. Cadernos de SCHERER-WARREN, Ilse. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais.** Sociedade e estado, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006. p. 109-130.

SILVA, Camila Diane. **Entre repressões e resistências:** memórias lesbianas no contexto da ditadura civil-militar brasileira e redemocratização (1968-1988). 172 f. Tese (doutorado) - Curso de Pós-graduação em História, PPGH, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

SILVA, Gislene. **De que campo do jornalismo estamos falando?** Matrizes, v. 3, n. 1, p. 197- 212, 2009.

SILVA, Jaíne Chianca da. **Vai ter ChanacomChana sim!:** construção de um grupo lésbico feminista em São Paulo na década de 1980. 175f. Dissertação (mestrado) – Curso de Pós-graduação em História, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença.** In Tomaz Tadeu da Silva (org.) Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: vozes, 2014. Cap.2: p73 a 102.

SILVEIRA, Lorena Burjack da. **Estados unidos e o golpe de 1964:** suporte logístico, bélico, financeiro e a concessão de exílio político. In: 2o seminário de pesquisa da pós-graduação em história UFG/UCG, 2009, goiás. Goiás: UGC, 2009. P. 1 - 31.

SMITH, Anne Marie. **Um acordo forçado:** o consentimento da imprensa à censura no brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2000

SOARES, Gilberta Santos; COSTA, Jussara Carneiro. **Movimento lésbico e movimento feminista no Brasil:** recuperando encontros e desencontros. Revista Labrys [online], n. 20, jul.-dez. 2012, s/p. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/gilberta%20jussara.htm>. Acesso em: 15 mai. 2024.

SOLIVA, Thiago Barcelos. **Clodovis, Bornays e Deners:** uma análise da “cruzada moral” contra os trejeitos e faceirices na televisão brasileira da ditadura militar. Revista Ártemis, [s. L.], v. 23, n. 1, 2017.

SOUZA, André de; COSTA, Cleber; CARVALHO, Lisiane. **As reformas de base e o golpe de 64.** Revista em debate, Florianópolis, v. 3, n. 1, p.1-9, set. 2007.

TAVARES, Elaine. **Porque é preciso romper as cercas:** do MST ao jornalismo de libertação. 1. Ed. Florianópolis. Companhia dos loucos, 2008.

TREVISAN, João Silvério. **“Nossa intenção era nos inserir no bojo das Ituas mais amplas”.** [Entrevista concedida a] Flávia Péret. In: PÉRET, Flávia. Imprensa gay no brasil: entre a militância e o consumo. São Paulo: publifolha, 2011. p.122-129.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso:** a homossexualidade no brasil da colônia à atualidade (4a edição, revista e ampliada). Editora objetiva, 2018.

UM OUTRO OLHAR. **Rosely Roth no Programa Hebe Camargo (25/05/1985).** YouTube, 27 de agosto de 2019. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=JqDzZJfJSbE>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2024.

WOLFF, Cristina. Scheibe. **Corpos narrados nas memórias das ditaduras do cone sul.** Sæculum – revista de história, v. 39, n. 39, p. 267–278, 2018.

Jornais:

ChanacomChana

Jornal Chanacomchana, São Paulo, GALF, 1981

Boletim Chanacomchana, São Paulo, GALF, nº 1, 1982.

Boletim Chanacomchana, São Paulo, GALF, nº 2, 1982.

Boletim Chanacomchana, São Paulo, GALF, nº 3, 1983.

Boletim Chanacomchana, São Paulo, GALF, nº 4, 1983.

Boletim Chanacomchana, São Paulo, GALF, nº 5, 1984.

Boletim Chanacomchana, São Paulo, GALF, nº 6, 1984.

Boletim Chanacomchana, São Paulo, GALF, nº 7, 1985.

Boletim Chanacomchana, São Paulo, GALF, nº 8, 1985.

Boletim Chanacomchana, São Paulo, GALF, nº 9, 1986.

Boletim Chanacomchana, São Paulo, GALF, nº 10, 1986.

Boletim Chanacomchana, São Paulo, GALF, nº 11, 1987.

Boletim Chanacomchana, São Paulo, GALF, nº 12, 1987

Iamuricumá

IAMURICUMÁ. Rio de Janeiro: Iamuricumá, n. 1, Janeiro/1981.

Folha de S. Paulo

Folha de S. Paulo, maio, 1985.

Lampião da Esquina

Lampião da Esquina. Rio de Janeiro, abril. 1978. Edição 0

Lampião da Esquina. Rio de Janeiro, junho. 1978. Edição 1.

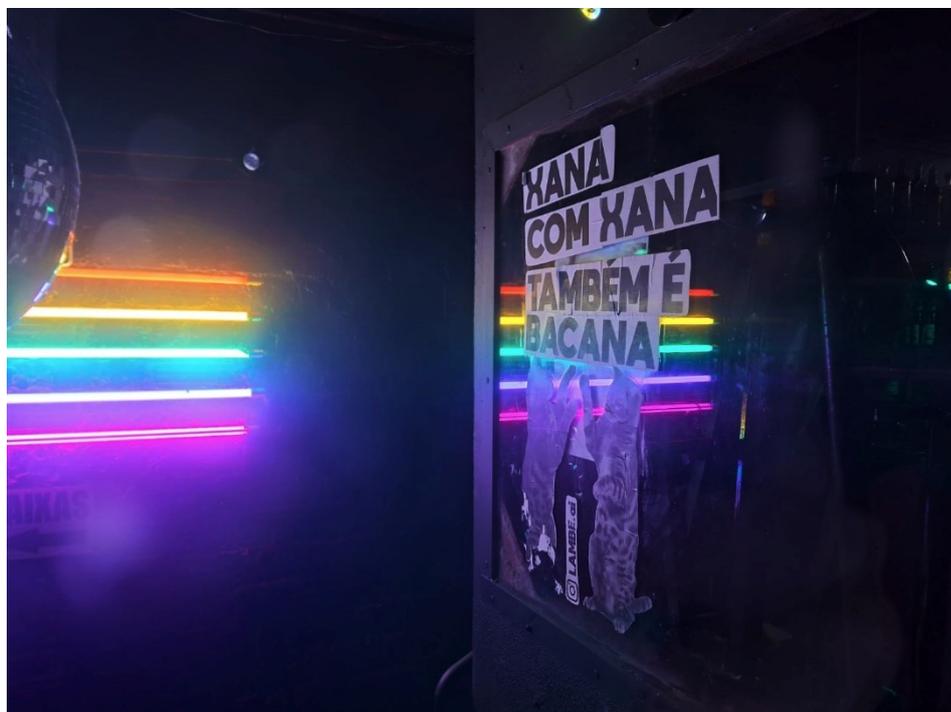
Lampião da Esquina. Rio de Janeiro, abril. 1980. Edição 23.

Lampião da Esquina. Rio de Janeiro, maio. 1980. Edição 24.

Repórter

Reporter, nº 37, janeiro. 1981.

**APÊNDICE A – LAMBE “XANA COM XANA TAMBÉM É BACANA”, NO
BLUES VELVET BAR**



**APÊNDICE B – VALORES DE VENDA E ASSINATURA DO
CHANACOMCHANA**

Edição	Preço
n° 0	não consta
n° 1	não consta
n° 2	Cr\$ 700,00 (anual)
n° 3	Cr\$ 1000,00 (anual)
n° 4	Cr\$ 1500,00 (anual)
n° 5	Cr\$ 6000,00 (anual)
n° 6	Cr\$ 1000,00 (unidade) - Cr\$8000,00 (anual)
n° 7	Cr\$2000,00 (unidade) Cr\$ 10000,00 (anual)
n° 8	Cr\$3500,00 (unidade) Cr\$ 18000,00 (anual)
n° 9	Cr\$ 25000,00 (anual)
n° 10	Cz\$ 40,00 (4 edições)
n° 11	Cz\$ 60,00 (4 edições)
n° 12	Cz\$ 100,00 (4 edições)

**APÊNDICE C – COLABORADORAS DO CHANACOMCHANA, POR
EDIÇÃO**

Edição	Colaboradoras
nº 0	Fanny, Miriam Martinho, Maria Serrath, Teca, Cristina, Silvana, Maria Carneiro e Nair Benedito
nº 1	Miriam Martinho, Rosely Roth, Célia, Zaza, Helena e Maria Serrath
nº 2	Miriam Martinho, Rosely Roth, Regina, Helena e Marisa
nº 3	Miriam Martinho, Rosely Roth, Vanda, Célia e Naná V.
nº 4	Célia, Elisete, Liete, Maria Luiza, Miriam Martinho, Rosely Roth e Vanda
nº 5	Miriam Martinho, Rosely Roth, Vanda, Célia, Naná M.
nº 6	Maria Luisa, Miriam Martinho, Rosely Roth, Leda e Rute
nº 7	Mônica e Rosely Roth
nº 8	Miriam Martinho, Rosely Roth, Maria Luiza e Rute
nº 9	Miriam Martinho, Selma e Maria Luiza
nº 10	Miriam Martinho, Rosely Roth e Maria Luiza
nº 11	Miriam Martinho, Rosely Roth, Zinélia, Maria Luiza e Célia
nº 12	Miriam Martinho, Rosely Roth e Célia

*Agradeço à pesquisadora Jaíne Chianca pelas trocas de informação que me permitiram completar as lacunas que faltavam na classificação de nomes.

**APÊNDICE D – EVENTOS COM PARTICIPAÇÃO DO GALF VEICULADOS
NO CHANACOMCHANA**

Data	Evento	Edição - páginas
jun. de 1980	Encontro Feminista de Valinhos	Nº 3 - pág. 2-8
mar. de 1981	III Congresso da Mulher Paulista	Nº 3 - pág. 2-8
abr. de 1981	Encontro de Grupos Homossexuais de SP	Nº 3 - pág. 2-8
jul. de 1981	Encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso na Ciências	Nº 3 - pág. 2-8
8 de mar. de 1982	Comemoração do 8 de março	Nº 3 - pág. 2-8
abr. de 1982	Debate sobre violência contra a mulher no Sindicato dos Jornalistas	Nº 3 - pág. 2-8
mai. de 1982	Semana “Viva a Homossexualidade!”	Nº 3 - pág. 2-8
ago. de 1982	Bate papo com o psicanalista Félix Gatarri	Nº 3- pág. 2-8
3 a 12 de set. de 1982	Festival de Mulheres nas Artes	Nº 1 (1982) - pág. 7-11
dez. de 1982	Debate “O direito à diferença”	Nº 3 (1983) - pág. 2-8
Sem data	Encontro das Entidades Civis de São Paulo	Nº 1 (1982) - pág. 11
mar. de 1983	Festa do Dia Internacional da Mulher	Nº 3 (1983) - pág. 2-8
5 de abr. de 1983	Reunião de Grupos Homossexuais com o secretário da segurança pública de São Paulo, Manoel Pedro Pimentel, sobre violência contra homossexuais	Nº 3 (1983) - pág. 14
13 de ago. de 1983	Debate “Discriminação e Violência”, na Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo	Nº 4 (1983) - pág. 17-18

14 de ago. de 1983	Reunião sobre saúde da mulher na Assembleia Legislativa de São Paulo	Nº 4 (1983) - pág. 17
19 de ago. de 1983	Levante do Ferro's Bar	Nº 4 (1983) - pág. 2-4
Sem data	Debate "Homossexualismo: diagnóstico médico ou não?", no Centro de Estudos de Sexualidade Humana de São Paulo	Nº 4 (1983) - pág. 17-18
mar. 1985	Comemoração do 8 de março	Nº 7 (1985) - pág. 18
18 de mai. de 1985	Simpósio sobre homossexualidade feminina organizado pelo Centro de Estudos de Sexualidade Humana de São Paulo	Nº 8 (1985) - pág. 17
22 de mai. de 1985	Participação do GALF no programa da Hebe Camargo	Nº 8 (1985) - pág. 8-12
29 de jun. de 1985	Atividade "Vivências Lésbicas", organizada pelo GALF	Nº 8 (1985) - pág. 17
31 de jul. a 4 de ago. de 1985	3º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe em Bertioga (SP)	Nº 8 (1985) - pág. 18 e Nº 9 (1985) - pág. 7-13
28 a 31 de mar. de 1986	8º Encontro Internacional do Serviço de Informação Lésbica Internacional (ILIS), em Genebra	Nº 10 (1986) - pág. 22-29
jul. de 1986	Associação do GALF à ILGA (Organização Gay e Lésbica Internacional)	Nº 12 (1987) - pág. 25
7 a 10 de ago. de 1986	8º Encontro Nacional Feminista em Petrópolis (RJ)	Nº 11 (1986) - pág. 3 a 8